

Pesquisa Trançando Redes no Centro-Oeste
Relatório de pesquisa

Estela Márcia Rondina Scandola
Coordenadora

14/07/2006 a 21/12/2007

RESUMO

Relatório Técnico Final

TC nº 314/2006 – Traçando Redes no Centro-Oeste

Natureza: Pesquisa

Categoria: Social

Coordenador Principal do Projeto: Estela Márcia Rondina Scandola

Coordenador Assistente do Projeto: Laura Márcia Rosa dos Santos

Instituição Executora: Instituto Brasileiro de Inovações Pró-Sociedade Saudável da Região Centro-Oeste

Início da Pesquisa: 14 de julho de 2006

Término da Pesquisa: 21 de dezembro de 2007

Objetivo Geral

Elaborar diagnóstico das Organizações Não-Governamentais envolvidas na garantia dos direitos humanos em HIV/AIDS na região Centro-Oeste.

Método

O estudo foi traçado através da metodologia quali-quantitativa, um tipo de investigação que mesclou análises quantitativas e qualitativas, de modo a compreender o objeto proposto através da aplicação de um instrumental de entrevista, composto por questões objetivas e discursivas no momento da realização da mesma.

Resultados

O trabalho possibilitou o mapeamento de 84 instituições existentes e destas 77 foram entrevistadas. A pesquisa apresenta a análise das suas atuações em relação às políticas públicas, gestão, força de trabalho, fortalezas e fragilidades.

Conclusão

Há um número importante de Organizações na região Centro-Oeste envolvidas na garantia dos direitos humanos em HIV/AIDS, distribuídas de forma equitativa nas quatro Unidades da Federação pesquisadas. A gestão das Entidades é democrática e maioria sobrevive basicamente de doações e do acesso a financiamentos advindos do governo federal.

A fragilidade destas Organizações consiste na falta de melhor infra-estrutura. Suas riquezas se constituem nos serviços oferecidos os quais compõem um conjunto de ações paralelas e complementares ao SUS e SUAS.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Organizações não governamentais da região centro oeste envolvidas com Direitos Humanos e HIV/AIDS, citadas em duplicidade por diferentes fontes.	45
Quadro 2	Organizações não governamentais da região centro oeste envolvidas com Direitos Humanos em HIV/AIDS, com atividades suspensas.	49
Quadro 3	Distribuição numérica das Organizações Não-Governamentais envolvidas com direitos humanos em HIV/AIDS do Centro-Oeste, distribuídas por Unidade da Federação, por município e cidades satélites.	49
Quadro 4	Tipo de Serviços Oferecidos pelas ONGs/AIDS e número de citações.	58
Quadro 5	Fontes de Recursos das ONGs/AIDS e número de citações.	70

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Organizações de Direitos Humanos em HIV/AIDS do Centro Oeste, por ano de fundação	51
Gráfico 2	Cobertura, por público destinatário, da atuação das ONGs/AIDS da Região Centro Oeste	55
Gráfico 3	Eixos de atuação das ONGs/AIDS do Centro Oeste	56
Gráfico 4	Políticas Sociais com maior atuação das ONGs/AIDS da região Centro Oeste	57
Gráfico 5	Critério de atendimento de PVHA	61
Gráfico 6	Tipo de procedimento realizado diante da demanda não atendida	63
Gráfico 7	Locus de escolha da Direção das Organizações	64
Gráfico 8	Processos de Avaliação que ocorrem nas organizações, por número de citações e tipo	65
Gráfico 9	Tempo de Existência da Prática de Elaboração de Relatório de Gestão	67
Gráfico 10	Incidência de controles contábeis por tipo de prestação de contas	68
Gráfico 11	Tempo, em anos, de auditoria externa nas organizações	69
Gráfico 12	Forma de vínculo de trabalho nas ONGs/AIDS do Centro Oeste	73
Gráfico 13	Tipos de Capacitações da força de trabalho realizadas pelas organizações	75
Gráfico 14	Conhecimento das ONGs/AIDS sobre a existência de PVHA na sua força de trabalho	77
Gráfico 15	Dificuldades, por número de citações, que impactam a execução do trabalho das ONGs/AIDS da Região Centro Oeste	79
Gráfico 16	Fortalezas auto reconhecidas, por número de citações, no trabalho das ONGs/AIDS do Centro Oeste	82

SUMÁRIO

1	IDENTIFICAÇÃO	5
2	RESUMO TÉCNICO	7
	2.1 Objetivo Geral	7
	2.2 Objetivos Específicos	7
	2.3 Relevância do Estudo	7
3	ESTADO DA ARTE	9
	3.1 Direitos humanos, neoliberalismo e sociedade civil.	9
	3.2 O saldo da globalização e o HIV/Aids: algumas considerações	18
	3.3 A conjuntura sociopolítica do Centro-Oeste	22
	3.4 Uma questão de direitos humanos	28
	3.5 Cidadania posithiva: uma questão de identidade	30
	3.6 Trançando redes	35
4	METODOLOGIA	41
5	RESULTADOS E PRODUTOS	48
	5.1 Resultados e produtos esperados	48
	5.2 Análise dos resultados obtidos	48
	5.2.1 Algumas considerações sobre o mapa das Organizações Não- Governamentais envolvidas com direitos humanos em HIV/AIDS do Centro Oeste	49
	5.2.2 A atuação das Organizações	57
	5.2.3 Gestão das Organizações	64
	5.2.4 Força de trabalho nas ONGs/AIDS do Centro-Oeste	71
	5.2.5 Auto reconhecimento de fragilidades e fortalezas	78
	5.3 Produtos obtidos	83
6	DIFICULDADES CIENTÍFICAS, METODOLÓGICAS E PRÁTICAS ENCONTRADAS	84
7	CONCLUSÃO	85
8	SUGESTÕES E COMENTÁRIOS PARA APROVEITAMENTO NO SUS	89
9	REFERÊNCIAS	92
	ANEXOS	95

1 IDENTIFICAÇÃO

1.1 No. do TC: 314/2006. **Pesquisa:** Trançando Redes no Centro-Oeste

1.2 Período de realização da pesquisa: início em 14/07/2006 e término em 21/12/2007

1.3 Coordenadora do Projeto: Estela Márcia Rondina Scandola

1.4 Coordenadora Assistente do Projeto: Laura Márcia Rosa dos Santos

1.5 Outros Pesquisadores:

Alexandra Lopes da Costa

Antonio Carlos Sardinha

Eulange de Sousa

Iracema Ferreira de Vasconcelos Silva

Ivanise Hilbig de Andrade Breda

Lindomar Pacheco

Márcia Hora Acioli

Maria Roselly Rodrigues Pinheiro Cândido

Nilda da Silva Pereira

Nathália Eberhardt Ziolkowski

Maria Fernanda Lino Maia

Apoio: Ronaldo Calis da Silva, “Fernanda Venturini”

Sebastião Martins da Silva

Simone Aparecida Bitencourt

Ubirajara Martins Guimarães

Walbe Pierre Messias

- Elaboração e Assessoria de Banco de Dados: Vânia M. Basmage

- Oficina de sistematização: Estela Márcia Rondina Scandola

Laura Márcia Rosa dos Santos

Alexandra Lopes da Costa

Nilda da Silva Pereira

- **Consultora Geral:** Dra. Mariluce Bittar

1.6 Instituição Executora: Instituto Brasileiro de Inovações Pró-Sociedade Saudável da Região Centro-Oeste - IBISS | CO

1.7 Outras instituições participantes:

Pastoral da Mulher Marginalizada (MT)

Cáritas Brasileira (DF)

Comissão Estadual do Movimento Nac. Meninos e Meninas de Rua (GO)

1.8 Tipo de Projeto

1.8.1 Natureza: Pesquisa

1.8.2 Categoria: Social

1.9.Área Geográfica de Abrangência e População-Alvo: Região Centro-Oeste, organizações da sociedade civil envolvidas com direitos humanos em HIV/Aids.

2 RESUMO TÉCNICO

2.1 Objetivo Geral

Elaborar diagnóstico das organizações da sociedade civil envolvidas na garantia dos direitos humanos em HIV/AIDS na região Centro-Oeste.

2.2. Objetivos Específicos

Mapear as Organizações da sociedade civil, envolvidas na garantia dos direitos humanos em HIV/AIDS na região Centro-Oeste.

Analisar a atuação das Organizações da Sociedade Civil envolvidas na garantia dos direitos humanos em HIV/AIDS no que se refere à atuação e relação com políticas públicas, gestão, força de trabalho, fragilidades e fortalezas.

2.3. Relevância do Estudo

A epidemia de HIV/AIDS no Brasil teve como partícipe fundamental no seu enfrentamento e no acolhimento de PVHA, a sociedade civil organizada. As Organizações tiveram nascedouro a partir da eclosão da epidemia e, de outro lado, outras tantas existentes por outras temáticas se envolveram na garantia dos direitos. Localizar essas Organizações e sua atuação torna-se imperativo no momento em que novas exigências são colocadas para o conjunto da sociedade, como por exemplo, a organização de PVHA, sua cidadania e a lida com a discriminação e o estigma, bem como diferentes assuntos que eclodem no cotidiano da sociedade brasileira e sua relação com HIV/AIDS. Do ponto de vista da relação com os governos, assolam as ONGs as demandas de legalidade, gestão e o desafio de mobilização em redes e fóruns, como também a sua sobrevivência política junto aos destinatários.

Na região Centro-Oeste não há estudos que demonstrem o número de organizações e as formas de envolvimento com a epidemia HIV/AIDS, muito embora existam diferentes fontes de informações que com diferentes níveis de atualizações, não sendo capazes de demonstrar o quadro de distribuição das ONGs na região, como também servirem de apoio às demandas da sociedade.

Para a sociedade civil, o mapeamento em questão é fundamental para conhecer-se, articular-se, fortalecer as redes e efetivar ações coletivas de modo a pautar suas necessidades em relação a si mesmas, aos governos e à sociedade em geral. É também uma fotografia da realidade que, poderia estar sendo pensada pelas ONGs como sendo de cunho individual e, que, ao fazer-se conhecer na região, torna-se uma realidade coletiva e, que desta forma, poderá ser encaminhada.

Para os governos, a pesquisa em tela constitui-se num instrumento para avaliar suas relações com as organizações da sociedade civil, repensar sua forma de relacionamento e estabelecer novos parâmetros que garantam ações mais estratégicas no enfrentamento da epidemia e na garantia dos direitos humanos em HIV/AIDS.

Para o conjunto da sociedade, as discussões apresentadas e suscitadas na pesquisa podem sugerir caminhos para o fortalecimento das redes, fóruns e colegiados, como forma de garantir os direitos humanos em todos os aspectos que a epidemia imprime seja nos âmbitos individuais e coletivos. De maneira especial, a pesquisa pode ser um instrumento para as PVHA na busca de seus direitos, sua participação nas ações da sociedade civil organizada e os desafios da auto-organização.

3 ESTADO DA ARTE

3.1 Direitos humanos, neoliberalismo e sociedade civil.

O debate sobre os direitos humanos na contemporaneidade requer uma reflexão sobre a constituição das relações sociais e institucionais em um cenário global marcado pelo capitalismo neoliberal, pautado pela desconstrução dos estados-nação e pela incorporação da esfera política pela econômica, revelando uma verdadeira inaptidão para a socialização do poder político e econômico, concomitante a um novo arranjo dos espaços e das modalidades de participação social.

Nessa direção, as organizações da sociedade civil, especialmente as envolvidas na garantia dos direitos humanos em HIV/Aids, objeto de estudo desse trabalho, não devem ser analisadas de forma separada do contexto sócio histórico em que se inserem. Para tal, faz-se preciso contextualizar brevemente o surgimento do projeto neoliberal e algumas de suas implicações em nossa época, oferecendo subsídios para fomentar a discussão relacionada à sociedade civil organizada.

Conforme Perry Anderson (1996) o neoliberalismo nasce em regiões da Europa e da América do Norte, num momento histórico marcado pelo apogeu da social-democracia, visando à reestruturação da sociedade europeia no período pós-segunda Guerra Mundial. A proposta neoliberal surge como uma crítica teórica e política a essa atuação e tem como base a obra *O Caminho da Servidão*, 1944, do economista austríaco Friedrich Hayek, que exalta a não limitação das barreiras comerciais entre os países.

No arco teórico idealizado por Hayek encontra-se o arsenal com que se ergueu a política neoliberal. Uma proposta que propunha a limitação das regulações do mercado conduzidas pelo Estado. Para Hayek essa intervenção representava uma ameaça às “liberdades” econômicas e políticas, compreendida pelo economista, como uma espécie de servidão moderna¹ (ANDERSON, 1996; NETTO, 2005).

¹ Para Netto, o liberalismo clássico teve seus pilares destruídos quando a ordenação do capital entrou na fase do monopólio, pois tornou retrógrado os alicerces do pensamento liberal, favorecendo a redução do papel do Estado na esfera econômica e social. Ele acredita que o neoliberalismo não deixa de ser uma nova concepção do liberalismo, pois está ligado à muitas particularidades deste. O liberalismo que através de mistificações ideológicas acabou por ser responsável por confundir e reduzir “*liberdade(s) a liberalismo*” e a identificá-lo com democracia revela aí muito da sua resistência ídeo-cultural, e é nesta resistência que se ergueu o que nos tempos hodiernos denota a ofensiva neoliberal. Assim, é especialmente no arco ídeo-teórico polarizado por Hayek e Friedman que a ofensiva neoliberal se apóia. Nesta premissa encontra-se o princípio substancial do neoliberalismo: “*uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma*

O pensamento de Hayeck rapidamente foi ganhando adeptos e em 1947, ocorreu a primeira reunião, em Mont Pèlerin, na Suíça, com os partidários desta nova ideologia, no intuito de combater a política de bem-estar keynesiana e desenvolver a base de um capitalismo livre de regras para cerceá-lo (ANDERSON, 1996). Como argumento, uma retórica requintada que apelava para um discurso que tinha como centro a idéia de liberdade dos cidadãos e da livre concorrência do mercado, considerados imprescindíveis para o desenvolvimento da sociedade.

Hayeck concebia o mercado como uma criação da natureza e não da cultura, por isso a economia e os direitos sociais deveriam submeter-se às suas leis (VIEIRA, 2001) Sendo assim, o Estado de bem-estar era entendido como destrutivo à liberdade e a vitalidade da concorrência, cuja desigualdade representava um fator positivo para impulsionar as sociedades ocidentais (ANDERSON, 1996). A idéia básica gira em torno da igualdade improdutiva, ao passo que a desigualdade impelia a competição, desenvolvia a qualidade, aquecia o mercado e aumentava a riqueza, deste modo, o mercado se incubiria de resolver os problemas sociais.

Na década de 70, a crise do modelo econômico pós-guerra descerra um campo profícuo para o fortalecimento e propagação das idéias neoliberais. Para Hayeck e seus companheiros o problema da crise era decorrente da atuação dos sindicatos e do movimento operário, um calo no sapato que corroía as bases da acumulação do capital com as reivindicações por melhores salários e condições de trabalho, destruindo os lucros das empresas e desencadeando a inflação. A pressão das organizações sindicais junto ao Estado significava o aumento dos gastos direcionados às políticas sociais (ANDERSON, 1996).

Como saída à crise os neoliberais prediziam ser necessário romper com o poder dos sindicatos, cortar os gastos sociais, a focalização das políticas públicas e redução da intervenção do Estado na economia, onde a busca pela estabilidade econômica deveria compor a meta principal a ser alcançada pelos governos. Isso implicava numa disciplina orçamentária com severa restrição das políticas sociais, concomitante a restauração do “natural” índice de desemprego, uma forma de drenar o poder dos sindicatos com o aumento da massa de mão de obra disponível (ANDERSON, 1996).

A crise econômica inaugura os anos 80, conhecido como a década perdida. As sociedades latino americanas, que nunca estiveram completamente alheias às repercussões do

para a democracia”. Ver NETTO, J. P. **A crise do socialismo e a ofensiva neoliberal**. São Paulo, Cortez, 1994, p. 77.

capitalismo internacional, viveram um período de baixo crescimento econômico. O acirramento da concentração de riquezas e o alastramento desenfreado da pobreza se tornaram cada vez mais extremados, atingindo contingentes consideráveis da população e fazendo emergir inúmeras categorias de pobreza e riqueza. Criam-se os diversos níveis de pobres: os mais ou menos pobres, os sub-pobres, os miseráveis², etc. Ao mesmo tempo, surge o rico extravagante, o rico comedido, o milionário, o novo rico, o quase rico, o rico com dinheiro ou investimentos no exterior, etc. É dessa época também o uso indiscriminado do vocábulo exclusão, característica de um crescimento insuportável entre os mundos da riqueza e pobreza (VIEIRA, 2001).

A nova forma de acumulação do capital internacional, em voga desde a década de 70, impôs novos desafios aos países pobres. Assiste-se ao desenvolvimento do capital internacional atrelado às Bolsas de Valores, à especulação financeira e à desregulamentação da economia, fazendo com que muitos Estados fossem incorporados nessa dinâmica de forma assimétrica (VIEIRA, 2001).

A pouca capacidade de controle das operações mundiais contribuiu para o solapamento e até desaparecimento de alguns setores econômicos na grande maioria dos Estados-Nação. Contudo, alguns elementos mantiveram-se intocados, como a facilidade da cobrança de impostos e a desmobilização da oposição (VIEIRA, 2001).

Como consequência desse quadro, pôde-se visualizar no Brasil e na maioria dos países da América Latina, a existência de diversos mundos que se imbricam em distintas realidades político-econômicas, sociais, culturais e ambientais. Estes países vivem internamente contradições lancinantes, características que os hierarquizam e os identificam como primeiro mundo, segundo, terceiro, quarto, quinto, paralelo ao crescente alargamento da distância entre um e outro.

O primeiro mundo não está lá fora, está aqui dentro mesmo, só que devido a desigualdade social presente no país e à incapacidade de superar a política oligárquica extremamente fechada e dependente, incompetente para a maioria da população, sobrevém a necessidade de modernizar-se pela via ideológica. A globalização é mais uma dessas modernizações (VIEIRA, 2001).

No Brasil, apesar da dilapidação econômica ocorrida durante a década perdida, a sociedade civil organizada manteve uma atuação expressiva, uma herança da luta contra o estado ditatorial que culminou no fortalecimento dos movimentos sociais e organizações não

² Neste contexto as políticas sociais se revestem de inúmeras condicionalidades, voltando-se cada vez mais para o atendimento dos indigentes, isto é, das pessoas sem condições de gerar renda mínima. Ver VIEIRA, E. Estado e política social na década de 90. In. Estado e Políticas Sociais no Brasil. NOGUEIRA, F. M. G. (org.), Edunioeste, Cascavel, 2001.

governamentais na defesa dos direitos humanos em todo o país. Por isso, ao contrário do que supunham diversas teorias econômicas - que faziam uma conexão direta entre a queda dos índices de crescimento econômico e a apatia política e a anomia social -, a sociedade brasileira respondeu de maneira positiva mostrando uma grande capacidade de se organizar perante a ofensiva neoliberal (OLIVEIRA, 1996), cuja conquista da Constituição de 1988, constituiu um marco importante dessa trajetória.

No final dos anos 80, a queda do Muro de Berlim, contribuiu para a progressão do ataque neoliberal, pois simbolizou globalmente – a derrocada do projeto socialista e a desqualificação da teoria social de Marx - o fim da idéia de revolução (NETTO, 2005). Nesta ótica, a mensagem deixada às sociedades é clara: os caminhos rumo à uma ordem social diferente são um engodo. E para “endireitar” essa situação, fez-se necessário, mais do que nunca, coroar a “sociedade livre fundada no mercado”. E novamente os candidatos considerados mais sensatos foram os ditos neoliberais, proclamando a invencível “*dinâmica do mercado*” e o capitalismo do “*Estado mínimo*” como arauto de bons tempos³ (NETTO, 2005).

A desregulamentação dos mercados e de bens e serviços, a especulação financeira, a abertura econômica, a flexibilização das leis trabalhistas e a privatização das empresas estatais, são marcos da globalização neoliberal que irrompem nos anos 90 com extraordinária vitalidade. Este modelo tem influenciado a economia de inúmeros países até hoje. Enquanto uns se submetem às características de espoliação econômica, poucos grupos operam as regras do jogo.

Com a aceleração do processo de globalização, essa característica tornou-se marcante, uma vez que algumas empresas e grupos econômicos decidem o destino da humanidade, orientados muito mais pela especulação financeira alienada, do que pela produtividade competitiva, acirrando a separação entre a produção voltada para satisfação das necessidades genuinamente humanas e a auto-reprodução avassaladora - pois tudo se torna material, inclusive o homem -, do capital (Demo, 2005).

³ De acordo com José Paulo Netto, um dos efeitos mais lamentáveis desembocados com a queda do comunismo da ex União Soviética, refere-se à ausência de medo por parte dos ricos, já que não há no mundo hoje - pelo menos por enquanto - um sistema que afrente com credibilidade a ordem atual. Ocorre com isso, a impressão do poder incontido do capital, já que não existe nem uma corrente alternativa que faça realmente frente ao sistema político-econômico vigente. Ver NETTO, J. P. **A crise do socialismo e a ofensiva neoliberal**. São Paulo, Cortez, 1994.

A Terra vive assim uma nova era de conquista, como na época da colonização. Mas, enquanto os atores principais da precedente expansão conquistadora eram Estados, desta vez são empresas e conglomerados, grupos industriais e financeiros privados que pretendem dominar o mundo. Nunca os Senhores da Terra foram tão poucos e tão poderosos. Esses grupos estão situados principalmente na tríade Estados Unidos/ União Européia/ Japão. A metade deles está baseada nos Estados Unidos (RAMONET apud Demo, 2005).

A corrida pela conquista de praças financeiras e mercados torna-se prioritária ante à países. É a lógica do capital sem pátria, acirrando as desigualdades sociais. Os conglomerados internacionais e as instituições financeiras multilaterais - FMI, Banco Mundial, BID, Bolsas de Valores, etc - extrapolam as fronteiras nacionais. A pressão destas instituições orienta as ações de ajuste estrutural nos países “subdesenvolvidos”, priorizando o desenvolvimento econômico e o corte orçamentário das políticas sociais (ROCHA & FERREIRA, 2006).

Porém, como ressalta Evaldo Vieira (2001) a globalização não ocorre de maneira semelhante para todos os países, já que possui graus e diferenças nas exigências para participação nas relações mundiais. Os países pobres não possuem os mesmos trunfos perante os acordos econômicos, políticos e sociais travados com os grupos hegemônicos. Por isso, ela se caracteriza por uma competição desigual na corrida pela dominação de mercados e inserção dos países na economia e cultura mundial. Ao passo que a suspensão das barreiras nacionais destinadas ao livre comércio nem sempre são uma via de mão dupla, pois *os países de capitalismo muito desenvolvido pregam o livre comércio para os outros, mas não para eles* (VIEIRA, 2001, p. 26).

Assim, a economia global permite que os países mais ricos invadam mercados internacionais, quase sempre livres de responsabilidades, fragilizando o mercado interno e arrastando as regiões mais remotas do globo para a mesma infernal dinâmica financeira. Não é a toa que *cada uma das cem principais empresas globais vende mais do que cada um dos 120 países mais pobres exporta* (RAMONET, 2003, p. 11 apud DEMO, 2005, p. 17). Isso representa em torno de 70% do comércio mundial, complicando ainda mais a desigualdade social nos países em desenvolvimento.

No Brasil, por exemplo, um país que apresenta grandes contradições hierárquicas e de distribuição de riquezas, a produção de grãos é suficiente para alimentar a população inteira de alguns países europeus, contudo mantém internamente taxas para segurança alimentar. Conforme Galbraith (1987), esta contradição é um elemento da globalização, pois o mercado não foi estabelecido para diagnosticar e atenuar os problemas sociais e promover os direitos humanos, tornando-se comum a condução da economia desvinculada de considerações éticas entre meios e fins.

Ao lado da aparente liberdade as injustiças sociais são exorbitantes. A abundância da produção de alimentos e o vertiginoso desenvolvimento da técnico-ciência e informação convivem com a miséria crescente da maior parte dos humanos do globo. *Entre os seis bilhões de habitantes do planeta, apenas 500 milhões vivem confortavelmente, ao passo que 5,5 bilhões passam necessidades. É o mundo às avessas*, observa Ramonet (RAMONET, 2003, p. 11 apud DEMO, 2005, p. 15).

Segue o mesmo ritmo das desigualdades a concentração de capital: a riqueza das 225 fortunas do mundo, cerca de mais um trilhão de euros, equipara-se à renda anual de 47% da população mais pobre do planeta. Deste modo, alguns poucos indivíduos são mais ricos que países inteiros. O patrimônio das 15 pessoas mais afortunadas do mundo é maior do que o Produto Interno Bruto (PIB) de todos os países da África Subsaariana (RAMONET, 2003 apud Demo, 2005).

Conforme Netto (1994), os prosélitos do capitalismo parecem ignorar que este sistema funciona para cerca de 15% da humanidade apenas, desprezando, por conseguinte a generalização da pobreza que essa ordem vem produzindo. Nas últimas décadas do século XX, ele se manifesta pela “*curva decrescente*” de eficiência econômico-social, oferecendo projeções de progressiva instabilidade e insegurança, concomitante à incompatibilidade para com a socialização do poder político e econômico.

No cerne deste processo, reside a violência estrutural da sociedade capitalista que patrocina o acirramento das desigualdades e tensões sociais utilizando-se como convém da classe trabalhadora, concomitante ao aumento da insegurança no mundo do trabalho e o desemprego. Por outro lado, os avanços do desenvolvimento tecnológico, especialmente a automação não tem significado para contribuir a melhoria das qualidades de vida do trabalhador e reduzir os postos de serviços, aumentando os índices de desemprego e miséria.

Até mesmo a crise da falta de emprego cumpre um papel específico, qual seja, a formação do exército de reserva. Paralelo a isso, assiste-se a flexibilização e precarização do mundo do trabalho, num esquema de terceirização, cuja demissão massiva dos trabalhadores é efetuada com vistas a uma re-contratação com salários decrescentes e carga horária extensiva (DEMO, 2005). Assim, cai por terra a crendice de que o emprego geraria sociedades mais igualitárias.

Nesta conjuntura, a pobreza mais do que um indicador de uma condição social de classe torna-se um produto das relações onde se produzem e reproduzem as desigualdades no sistema capitalista. E mais do que um não acesso aos bens de consumo, o capitalismo neoliberal versus inclusão à margem, patrocina a violência e globaliza a pobreza,

configurando um quadro definido pela formação econômica e social que nos alcança diariamente: trabalho escravo, remuneração escassa, jornadas exaustivas e condições de trabalho insalubres, ausência de educação de qualidade, precariedade dos serviços públicos, exploração sexual comercial, trabalho informal, tráfico de seres humanos, migração forçada, xenofobia, etc.

A devastação do meio ambiente, o consumismo exacerbado, a mídia de massa e a manipulação insidiosa das tecnologias da informação, também são fatores preocupantes da sociedade contemporânea. O apelo comercial para o consumo, como forma de bem estar, deixa a sociedade à deriva do mar da próxima novidade, recriando necessidades humanas artificiais e arregimentando o lucro do capital empresarial.

Até mesmo a escola, reproduz os conceitos desta mesma sociedade. Num modelo de educação tecnicista mais voltado para o mercado do que para a transformação social. O trabalhador é levado a se apropriar das tecnologias alheias ao questionamento da realidade. *Com isso, encobre-se que a globalização liberal destrói o coletivo e apropria-se, via mercado e setor privado, das esferas pública e social* (DEMO, 2005, p. 16). Ou seja, no capitalismo do Estado mínimo, os países são levados, seja por motivos de crise orçamentária, seja pela patrulha ideológica dos defensores do livre comércio, ao desmonte das políticas sociais, com a subsequente mercantilização dos direitos sociais - saúde, educação, previdência, etc - transformando-os em reles produtos para serem vendidos no mercado⁴ (VIEIRA, 2001).

Neste contexto de violação dos direitos humanos ampliam-se as disparidades sociais, as tensões, conflitos, miséria, violência e criminalidade, paralelo ao surgimento de novos movimentos sociais e a para a economia a explosão do terceiro setor. Soma-se a isso, um novo arranjo dos espaços e das modalidades de participação, o que inclui novas estratégias de ser/ estar nas sociedades pelos sujeitos.

As lutas populares movidas por interesses de classes foram substituídas, na contemporaneidade, por outros movimentos: liberação sexual, feminismo, visibilidade gay, etc. Enquanto para alguns, estes movimentos sociais se caracterizam por uma massa nebulosa de indivíduos atomizados, que nem sempre se articulam com os demais, para outros, os novos movimentos oferecem a possibilidade de discussão das diversidades e singularidades escamoteadas pelos, então, movimentos de classe de outrora.

⁴ Segundo Evaldo Vieira não existe política social no Brasil hoje. De acordo com ele, política social é uma estratégia governamental de intervenção e não um serviço de distribuição de alimentos, pura e simplesmente. Ver VIEIRA, E. Estado e política social na década de 90. In. **Estado e Políticas Sociais no Brasil**. NOGUEIRA, F. M. G. (org.), Edunioeste, Cascavel, 2001.

De acordo com Netto (2005), isto revela que a burguesia aliada às grandes corporações capitalistas e as instâncias estatais acentuam uma autonomia do sistema face às aspirações dos movimentos democráticos, configurando seu caráter contraditório: a compatibilidade para com a socialização da política e ao mesmo tempo a incompatibilidade para com a socialização do poder político.

Diante deste quadro, o debate sobre a sociedade civil organizada não é neutro e apresenta posições das mais variadas. Para Mazzeo (1995) o conceito genérico de sociedade civil organizada que pulula nos tempos hodiernos não é novo, posto que a sociedade civil é produto da revolução burguesa, derivada da Revolução Francesa. Isto significa, que desde o período após a revolução, é na sociedade civil que se encontram organizadas as classes sociais: burguesia e proletariado. Por essa lógica, é na própria sociedade civil que a burguesia exerce sua hegemonia, seja por intermédio dos aparelhos ideológicos – veículos de comunicação de massa, a família, a escola, a igreja – ou pelo controle dos meios de produção. Logo, a sociedade civil é palco das lutas de classes e contradições, mas também é preciso observar que os problemas que acometem a sociedade civil são originários de contextos de classe.

Desta maneira, Mazzeo (1995) acredita que as ong's representam frações importantes de parcelas particulares da sociedade civil, mas de outro lado, revelam também, como subproduto, a fragmentação dessa mesma sociedade.

Podemos dizer que as ong's, em seu aspecto genérico, acabam apresentando frações singulares, no contexto da sociabilidade universal capitalista, o que significa dizer que na maioria das vezes, essas reivindicações, ainda que justas, ficam limitadas a ações meramente pontuais, de caráter lobbista e reformista, de curto alcance social (MAZZEO, 1995).

Demo (2005) cita Montañó (2002) que reflete o posicionamento ambíguo que vem sendo adotado pelas organizações não governamentais, já que não querem ser Estado nem mercado, mas usufruem dos dois, com um certo espírito privatizante neoliberal.

Ao ressaltar que Estado e mercado são elementos históricos vigentes nas sociedades, enfatizando que é praticamente impossível viver sem eles, Demo (2005), destaca ser necessário o prevailecimento do bem comum, para o qual a garantia do bom funcionamento do Estado e dos mercados é condição decisiva. Por isso, *há que se combater o Estado e mercado capitalistas* (p. 8), diz ele. E as Organizações Não Governamentais parecem caminhar na sombra deste quadro, ora transitando em um, ora em outro.

Todavia, alguns autores apontam uma série de valores que caracterizam e diferenciam as organizações não governamentais do Estado, como a transparência, os métodos

participativos de atuação e gestão, a disponibilidade de aprendizagem, a busca para o desenvolvimento da sociedade e a justiça social, entre outros (HAYLEY, 2000 apud Pedlowski, in Silva 2002).

Já para Robinson (1997 apud Pedlowski, in Silva 2002) o que caracteriza o real pertencimento das ongs à sociedade civil é a capacidade de implementar e afetar a formulação das políticas públicas. Noutra extremo Korten (1991 apud Pedlowski, in Silva 2002) afirma ser cada vez mais freqüente a adoção dos valores de mercado pelas organizações não governamentais, ao mesmo tempo, em que elas acreditam continuar mantendo seus objetivos estratégicos e de autonomia no fortalecimento da sociedade civil. Segundo ele, esse hibridismo comporá o perfil das ongs prestadoras de serviço no futuro.

Outro ponto que merece ser analisado no cenário que envolve as organizações não governamentais na atualidade, são as reflexões apontadas pelo antropólogo Bernard Haur. Ele chama atenção para a importância da autonomia das organizações não governamentais nos países em desenvolvimento, especialmente no que se refere aos recursos financeiros e a sustentabilidade de suas ações, para que não dependam dos financiamentos estrangeiros. Para Haur, muitas organizações sediadas nos países ricos com atuação de campo nos países pobres, apresentam uma estratégia de recolonização comercial, composta por métodos de dominação complexos e revestidas por um viés humanitário. Deste modo, por trás dos elementos aparentemente inocentes da “ajuda humanitária”, se escondem os interesses de instâncias da globalização internacional, como estratégia para controlar crises e instaurar uma “moral controladora” nos países periféricos⁵.

Na opinião de Boaventura de Souza Santos (2005), a proliferação de discursos, por vezes ambíguos, sobre o Estado e a sociedade civil, revelam em parte a utilização indiscriminada dos esquemas conceituais de análise provindos do século XIX, logo incapazes de se adequar com inteireza aos processos sociais da atualidade. Por outro lado, a categoria de Estado-Nação predomina enquanto suporte de investigação suprema, o que dificulta a compreensão científica dos processos locais infra-estatais e dos movimentos globais do sistema mundial. Assim, mesmo com os esforços teóricos inovadores das últimas décadas, a teoria sociológica ainda se mantém arraigada às experiências sociais das sociedades centrais – centrocentrismo -, caindo-se no risco de excessiva generalização. Sendo assim a distinção Estado/sociedade civil, evidencia uma “ortodoxia conceptual”, cuja predominância no discurso político também revela uma falência teórica. Portanto, a discussão nem de longe está

⁵ Ver entrevista: “Bernard Hours: crítica à ideologia humanitária”, por Izabela Moi. Disponível no endereço eletrônico <http://arruda.rits.org.br>. Consultado em 10, Dez, 2007.

encerrada, e precisa, cada vez mais, lançar luz sobre os processos históricos de sua constituição.

É por isso que discutir o papel da sociedade civil, enquanto espaço de construção de hegemonia para incidência dos direitos humanos, e mais, refletir sobre como a sociedade civil está e/ou pode se organizar e responder às demandas das pessoas vivendo com HIV/Aids é entender como a cartilha do capitalismo neoliberal articula os direitos humanos nessa mesma sociedade civil, espaço dos movimentos sociais, que historicamente se consolidaram e se relacionam. A compreensão e a relação entre essas categorias – neoliberalismo, sociedade civil e direitos humanos – são pressupostos para o analisar as implicações da epidemia da Aids nas relações cotidianas e as respostas que muitas organizações sociais podem oferecer a essa problemática. Esse é um caminho, que pensado pela ótica das políticas públicas, torna possível (re) pensar as estratégias em execução e as ações que estruturalmente possam ser arquitetadas no âmbito da sociedade civil para uma intervenção qualificada na garantia dos direitos humanos em HIVs.

3.2 O saldo da globalização e o HIV/Aids: algumas considerações

Com as mudanças operadas pelo capitalismo no processo de acumulação do capital, que ganham ênfase a partir dos anos 80, aumentam-se os problemas sociais na América Latina, perpetrados pelo avanço do Estado neoliberal. A ênfase para o desenvolvimento econômico em detrimento dos direitos sociais, juntamente com a explosão dos mercados de cambio, acabaram diminuindo o comércio mundial de mercadorias (ANDERSON, 1996).

Apesar de toda investida neoliberal, a economia dos países não cresceu de forma significativa nos últimos 20 anos. Segundo dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE, órgão vinculado à Organização das Nações Unidas – ONU, duas razões principais explicam esse paradoxo: o aumento tanto do desemprego quanto de aposentados na população, levando os Estados a gastarem bilhões em seguros e pensões (ANDERSON, 1996). Além disso, as reduções dos gastos públicos na área social, acabaram por fragilizar ainda mais as instituições de proteção social dessas sociedades (PARKER & MATTOS & VERIANO & JUNIOR, 2001).

O aumento gritante das mazelas sociais leva os países a pleitearem fundos junto as grandes instituições multilaterais, especialmente o Banco Mundial, tornando-se cada vez mais endividados perante esses credores. Montantes que se transformam em dívidas intermináveis.

Além disso, os empréstimos são efetuados mediante severas condicionalidades, impondo medidas aos governos: privatização, abertura econômica, corte dos direitos sociais e focalização de ações, que violam a soberania dos Estados (PARKER & MATTOS & VERIANO & TERTO JUNIOR, 2001; ROCHA & FERREIRA, 2006).

A promessa de integração dos países periféricos à economia mundial proporcionando o tão sonhado desenvolvimento não se cumpre. As economias dos países ricos continuam protegidas, enquanto o capital mundial regozija-se da privatização estatal nos países pobres (PARKER & MATTOS & VERIANO & TERTO JUNIOR, 2001). A balança comercial se desequilibra, os recursos adquiridos com a venda das estatais são rapidamente solapados com o pagamento dos juros das dívidas e(x)ternas.

Estas políticas tem sido alvo de inúmeras críticas por parte das organizações não governamentais no mundo inteiro, evidenciando as devassas condicionalidades para concessão de empréstimos realizados pelo FMI e Banco Mundial. Estas medidas influenciam o financiamento do Banco Mundial ao governo brasileiro no que se refere à temática do HIV/Aids no Brasil.

A pauta da Aids é um tema importante na agenda de instituições multilaterais, como o Banco Mundial. Embora nem sempre expressa de forma clara nos documentos de assistência aos países, o Banco Mundial tem sido um dos principais financiadores externos para a prevenção e o controle da Aids no mundo. Até porque, segundo o mesmo, a Aids representa um empecilho para o desenvolvimento e não apenas uma questão de saúde pública (PARKER & MATTOS & VERIANO, TERTO JUNIOR, 2001).

No que se refere ao Brasil, data-se de 1994 o primeiro empréstimo voltado à prevenção das DST/Aids, correspondendo à cifra de R\$ 160,00 milhões. Em 1998, um novo recurso, no valor de R\$ 165,00 milhões, devendo durar até 2002, foi destinado à política de saúde (PARKER & MATTOS & VERIANO & TERTO JUNIOR, 2001). Sendo que os três eixos principais pautados pelo Banco foram: aumentar o acesso aos serviços de saúde nas áreas mais pobres, criar conselhos fomentando a participação política, desenvolver pesquisas para aumentar a eficiência do setor público de saúde e disponibilizar recursos para projetos de controle das DST/ HIV/Aids.

Estes empréstimos mudaram o relacionamento das Ongs com o Poder Executivo, onde aos poucos uma política de confronto foi substituída por uma ação de co-responsabilidade com o governo. Nesse período organizações não governamentais junto com o Programa Nacional de DST/Aids, formularam propostas de intervenção com ênfase para as seguintes

áreas: prevenção, fortalecimento institucional, vigilância, serviços de assistência, pesquisa, etc (VENTURA, 2005). Ou seja, basicamente as mesmas solicitadas pelo Banco Mundial.

Foi nessa época que as organizações não governamentais - com projetos aprovados - começaram a desenvolver de forma mais efetiva, em conjunto com o setor público, ações de enfrentamento à epidemia do HIV/Aids. Militantes e profissionais engajados nos direitos humanos em HIV/Aids, em geral ligados ao trabalho institucional das ongs, foram contratados para auxiliar o governo, questionando o papel dessas organizações na correlação de forças governo-sociedade (VENTURA, 2005).

Ao mesmo tempo, surge uma nova preocupação, pois a cooptação dos militantes também poderia representar uma estratégia para drenagem da força opositora, facilitando a legitimação de uma política governamental e *fazendo com que essas entidades passassem a girar em sua órbita como órgãos consultivos e de colaboração, sem poderes substantivos para intervir no processo* (VENTURA, 2005, p.140). Conforme reflete Boaventura dos Santos:

Os movimentos sociais e as associações têm de ser autônomos, não podem ser atrelados aos partidos e governos, porque assim não teríamos uma democracia participativa, teríamos uma farsa. A relação de complementaridade, e não de condicionamento, resulta sempre na confrontação, nem sempre é pacífica, no entanto, sempre será mais democrática (SANTOS, 2003 apud ROCHA & FERREIRA, 2006).

Deste modo, têm-se dois questionamentos principais: o ingresso das Ongs/Aids na gestão política estatal, obedeceu apenas à uma mera formalidade da Constituição Federal, que prevê a participação da comunidade na organização dos serviços de saúde, ou realmente estas organizações foram e são capazes de afetar as políticas públicas de Aids (VENTURA, 2005).

Nesta política de forças se inserem as estratégias, nem sempre harmônicas, adotadas pelo Poder Público e Banco Mundial, e suas relações com as Ongs/Aids nos recursos disponibilizados para ações de prevenção e assistência as PVHA da Aids no Brasil. Para compreensão destes processos e das dificuldades apresentadas pelo governo brasileiro em suas inter-relações com as instituições multilaterais e a sociedade civil, faz se necessário lembrar que o surgimento da epidemia em nosso país data-se de um período marcado por grave crise econômica, política e social.

Os primeiros casos da Aids foram registrados em 1982 e 1983, durante os últimos cinco governos militares que administram o país desde o golpe de 1964, e a disseminação contínua da epidemia têm-se desenvolvido como pano de fundo da tentativa do país, às vezes tênue de voltar à democracia. Ao mesmo tempo, a crise econômica, associada à imensa dívida externa brasileira e à política tanto de empréstimo quanto de dependência econômica internacionais, tem acentuado os problemas já existentes na estrutura do sistema de saúde pública do país e limitado a capacidade do governo de responder aos problemas colocados por uma nova doença epidêmica. Seja lá o que acontecer, a política de Aids no Brasil tem-se desenvolvido em relação a este contexto histórico e econômico mais amplo (PARKER apud VENTURA, 2005).

Sabe-se que a resposta à Aids adotada pelo governo brasileiro é anterior aos financiamentos dos projetos pelo Banco Mundial. A partir da Constituição Cidadã, a saúde passou a ser reconhecida como um direito universal. Desde então, a política de saúde deveria assegurar a todos o acesso gratuito aos serviços públicos. Com a implantação do Sistema Único de Saúde – SUS, os princípios que o norteiam - universalização, integralidade, descentralização e participação social – representaram uma contra-corrente no processo da hegemonia neoliberal, então à galope na sociedade brasileira. Sob o impacto do neoliberalismo, com a crescente redução dos financiamentos, o SUS sofre já na década de 90 a fragmentação da seguridade social (ROCHA & FERREIRA, 2006).

Contudo, mesmo em face dessa realidade, o governo brasileiro implanta uma política inovadora para aumentar a qualidade de vida das PVHA, cuja meta era a distribuição gratuita dos medicamentos anti-retrovirais, consolidando e ampliando as diretrizes preconizadas pelo SUS. O papel dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada foram decisivos nesse processo, como também de técnicos compromissados com a construção de um sistema de saúde voltado para a universalidade (PARKER, R & MATTOS, R. A. & VERIANO, JR. T; 2001).

Assim, foi criado nos anos 1990, o Programa Nacional de DST/Aids, que em certa medida funcionava separado do SUS. Este programa era executado tanto com financiamentos externos quanto com recursos provenientes do próprio governo federal, buscando garantir a assistência hospitalar e a oferta gratuita de medicamentos a quem deles precisasse.

Embora estas premissas destoem radicalmente das propostas recomendadas pelo Banco Mundial ao Brasil, por duas vezes o financiamento direcionado ao controle das DST/Aids foi renovado⁶. Em parte porque continuar emprestando constitui uma estratégia

⁶ As recomendações do Banco Mundial se pautam pela não distribuição gratuita dos anti-retrovirais, considerado um subsídio exagerado oferecido à população. Também recomendam que as pessoas vivendo com HIV/Aids paguem pelo tratamento, de forma semelhante, em termos de proporção, ao que acontece com outras doenças. Ver PARKER, R.; MATTOS, R. A.; TERTO, JR. V. As estratégias

para minimizar os riscos do não pagamento. Por outro lado, isso evidencia uma outra política adotada pelo Banco: aumentar o diálogo com o governo brasileiro, dissuadindo-lhe do atendimento universal e da distribuição gratuita de medicamentos, demonstrando que os recursos poderiam ter maior impacto se fossem utilizados de outra forma. Por isso, algumas vezes as instituições multilaterais concedem empréstimos, mesmo não concordando. *Desloca-se assim o campo da batalha, da negociação dos empréstimos para o debate das idéias* (PARKER & MATTOS & VERIANO & TERTO JUNIOR, 2001).

Scandola (2003) destaca os processos contraditórios com que o Programa Nacional de DST/Aids vem se desenvolvendo, caracterizado em parte, pelo recebimento de recursos dos bancos multilaterais num processo de terceirização dos serviços prestados pelas Ongs. Com isso, muitas organizações da sociedade civil distanciam-se das ações de controle social e monitoramento das políticas públicas, tornando-se executoras das ações do poder público. Soma-se a isso, a baixa-remuneração da força de trabalho, a sobrecarga do mesmo, a ausência dos direitos trabalhistas, etc. No fundo, uma ação que vai de par com a proposta neoliberal, pois significa o barateamento dos custos com os direitos sociais, conforme preconiza o próprio documento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para o país.

Diante do que foi exposto, numa conjuntura ainda turva e pouco definida o programa da Aids que até então foi considerada a “prima rica” dos programas sociais, basicamente sustentada com empréstimos das instituições multilaterais, e, portanto, dívida externa, passa a ser operado com organicidade nas três esferas de governo, sendo seu aporte financeiro composto nos marcos do “pacto pela saúde” utilizado como estratégia do governo para comprometer as três esferas de gestão em metas estratégicas diante do desafio epidemiológico. É nesse processo de complexidade e de mudanças permanentes de um SUS em construção que os processos de financiamento e apoio as ongs tem sido descentralizado, sendo operado na esfera do governo federal os editais de financiamento para ações estratégicas e designado para as esferas dos governos estaduais e municipais projetos de caráter preventivo e de assistência com base geográfica correspondente.

3.3 A conjuntura sócio-política do Centro Oeste.

Desde a década de 80, quando se registrou o primeiro caso de Aids no Brasil, a epidemia vem sofrendo transformações sucessivas, pois abrange não só questões médicas,

biomédicas ou sanitárias, mas um conjunto de caracteres sócio-culturais, históricos, ambientais, político e econômicos. É por isso que a epidemia do HIV não evolui da mesma forma em todas as sociedades, possuindo especificidades que vão influenciar nos padrões de disseminação que acometem os diversos segmentos da sociedade.

A partir da década de 90 estas características se acentuaram, sendo a infecção via relação sexual heterossexual desprotegida uma das marcas mais expressivas da exposição⁷. Nesse panorama estão imbuídas questões relativas aos estilos de vida, ao contexto sócio-cultural, econômico, demográfico e, sobretudo, às suas disparidades, refletindo as múltiplas vulnerabilidades que perpassam as formas de prevenção e infecção da doença. Matizes que envolvem os diversos grupos sociais influenciando na probabilidade de exposição à doença.

De 1980 a junho de 2007, foram notificados no Brasil 474.273 casos da síndrome, segundo dados do último Boletim Epidemiológico Nacional, sendo que desses 26.757 pertencem à região Centro Oeste. Porém, como o HIV pode hospedar-se no corpo humano por muitos anos incubado, o Ministério da Saúde admite a possibilidade de que aproximadamente 600 mil pessoas convivam com HIV/Aids.

Em Mato Grosso do Sul o segmento mais atingido está entre a faixa etária dos 20 aos 49 anos⁸. Até dezembro de 2006 foram notificados 4229 casos de Aids na população do estado, apontando um número expressivo da epidemia nas regiões interioranas. As características da exposição apontam 6% de transmissão em decorrência do uso de drogas injetáveis - com grande incidência nas regiões de fronteira -, 4% de casos pela transmissão vertical, sendo a grande maioria dos casos, 70%, via relação sexual. Desses 50% correspondem às relações heterossexuais. Em relação ao gênero, a estimativa aproximada da infecção na população masculina/ feminina apresenta-se na proporção 2:1, seguindo a tendência nacional. Enquanto no estado de Goiás essa proporção é semelhante, sendo que foram notificados 9657 mil casos gerais até junho do presente ano⁹. As populações pobres e com baixa escolaridade têm sido frequentemente atingidas.

⁷ Cabe destacar que os fenômenos da interiorização, feminização e pauperização são elementos que afetam de maneira diferente os diferentes segmentos sociais. No que se refere à feminização, por exemplo, os elementos de vulnerabilidade também relacionam-se aos fatores estruturais atingindo de maneira diversa as diferentes mulheres provindas das camadas populares, grupos sociais, contextos culturais, históricos e idades variadas. Ver PARKER, R. & JUNIOR, K. R. de C. **Pobreza e HIV/Aids: aspectos sociológicos e antropológicos**. Texto disponível no endereço eletrônico: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v16s1/2215.pdf>, consultado em: 15 dez. 2007.

⁸ Estes dados foram retirados do Boletim Epidemiológico do Hospital Universitário da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. V.2, n° 4, Dezembro, 2007.

⁹ Ver Boletim Epidemiológico AIDS DST, 2007. Informação disponível no endereço eletrônico: www.aids.gov.br, consultado em 15 dez. 2007.

No Mato Grosso, esta realidade não se diferencia muito do panorama dos outros estados da região, respondendo por 5669 casos notificados, apresentando vulnerabilidade à infecção nos segmentos femininos, camadas empobrecidas e interioranas. O primeiro caso registrado de Aids no Distrito Federal ocorreu em 1985, tendo sido notificados desde então 6246 casos. Apesar destes números serem expressivos, segundo o boletim epidemiológico nacional de 2007, na região do Centro Oeste há uma tendência de estabilização da epidemia.

No Centro Oeste brasileiro, a conjuntura atual aponta que o mercado global, sem fronteiras geográficas, ainda é uma dificuldade para as questões regionalizadas e humanas. Os três estados que compõe a região, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, mais o Distrito Federal, convivem com o impacto dos processos macro-sociais econômicos e políticos que tem atravessado o país nas últimas décadas.

Esta região é marcada por grandes distorções econômicas que atingem diretamente às populações, como visto anteriormente, o capitalismo mundializado tem expressão direta nas sociedades locais, como se pode observar na região Centro Oeste, um espaço geográfico estratégico para integração latino americana e como um aporte da economia brasileira para a produção de grãos. De um lado uma pequena elite abastada, detentora dos meios de produção, domina o poder político e econômico, enquanto a grande massa de trabalhadores vende a sua força de trabalho em troca da remuneração que os manterá vivos.

Os indicadores sócio econômicos de pobreza da região apontam que com exceção do Distrito Federal, em torno de 30% das famílias tem renda per capita até meio salário mínimo. Muito embora outros índices apontam que nos estados de Mato Grosso do Sul e Goiás a expectativa de vida é de 70 anos, sendo 71 no Distrito Federal, e o menor deles no Mato Grosso, ou seja, a média regional somente é inferior a região Sul. Segundo dados do Ministério Público do Trabalho – MPT, Mato Grosso e do Sul e Mato Grosso ocupam as principais posições do ranking nacional de exploração da mão de obra escrava. E Goiás oficialmente tem o maior número de mulheres traficadas para a Europa. O Distrito Federal composto por plano piloto, cidades satélites e região do entorno, tendo naquele primeiro os melhores índices de qualidade de vida, escolaridade e renda per capita, contrariando os índices de miséria, violência e desemprego apresentados nas cidades do entorno.

Durante anos a principal base econômica da maioria dos estados que compõe a região – MS, MT, GO - esteve assentada na agro-pecuária extensiva, especialmente voltada à produção de grãos e bovinos. A abundância na produção de alimentos contrasta radicalmente com a miséria e fome que atingem parcela crescente da população.

Na contemporaneidade o desenvolvimento do agronegócios, juntamente com o setor industrial, apresentam-se como um *Deus ex machine* para criação de empregos e solução para o desenvolvimento da região. A contradição desta retórica se revela na dificuldade do mercado em compartilhar o lucro e conseqüentemente reverter à desigualdade. A remuneração salarial é a mínima necessária para a reprodução da força de trabalho, já que os donos dos meios de produção, por serem donos de quase tudo, não necessitam repensar a questão do “salário mínimo” – ou da mais valia -, aprimorando a concentração de capital e, conseqüentemente, os problemas sociais.

Como exemplo, em Goiás, com o desenvolvimento do parque industrial os trabalhadores têm convivido com diversos tipos de vínculos de trabalho, sob a égide da “flexibilização”. Este novo modelo de contratação prioriza o trabalho terceirizado e temporário, com a redução dos salários, dos direitos previdenciários e trabalhista. Deste modo, as principais violações aos Direitos Humanos nesse estado referem-se à esfera do trabalho, relata a assistente social Eulange Souza, militante do Movimento Nacional dos Meninos de Rua e dos Direitos Humanos em Goiás¹⁰.

Mato Grosso do Sul passa por um estágio de mutação, no qual o binômio boi-soja perde espaço para as novas culturas, principalmente a da cana-de-açúcar, produzidas pelas usinas que se ancoram na região. De acordo com o advogado Maucir Paulette, coordenador da Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições do Trabalho no Estado (CPIFCT/MS) e do curso de direito da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, ao redor das principais cidades onde há instalação de usinas observa-se um grande estoque de mão de obra reserva que irá servir às empresas, mas que efetivamente pouco ou quase nada terão de volta. Já que um dos maiores problemas apontados por ele refere-se às péssimas condições de trabalho que as usinas costumam oferecer. Com isso, distancia-se a imagem que associa o trabalho à dignidade.

Outro ponto é a insuficiência de trabalhadores para suprir a demanda do avanço da fronteira agrícola, implantações de agro-indústrias, pólos minero-siderúrgicos e mega projetos de infra-estrutura - hidrelétricas, estradas, etc. – visando maior integração latino americana. Como resposta a esse processo de desenvolvimento hegemônico, pautado pela concentração de renda, expropriação da força de trabalho e dos recursos ambientais, os operadores do capital aprofundam as vulnerabilidades tanto regionais quanto nacionais na medida em que

¹⁰ Todas os autores citados neste texto foram retirados do relatório da primeira Oficina de Direitos Humanos do Centro Oeste. Ver **Relatório da Oficina de Direitos Humanos do Centro Oeste**. Instituto Brasileiro de Inovações pró Sociedade Saudável do Centro Oeste, IBISS/CO, 2007.

priorizam a exploração da mão-de-obra indígena e de migrantes. Além disso, diversos autores apontam que as características de mobilidade, migração e trabalho sazonal - que geralmente vêm acompanhados de situações de extrema pobreza -, constituem-se de vulnerabilidades ao HIV/AIDS¹¹. No que se refere aos povos indígenas o trabalho sazonal contribui para uma maior desorganização interna nas aldeias, influenciando na questão do suicídio, na exposição ao HIV, exploração sexual infanto-juvenil e uso indevido de drogas, elementos passíveis de serem constatados na região.

Nestes termos, além da destruição ambiental, do subemprego e das péssimas condições de trabalho que acabam com a saúde do trabalhador brasileiro, há uma série de ônus para os governos e a sociedade, pois favorece o aumento dos gastos nas áreas da saúde, previdência e assistencial social. O disparate deste tipo de situação é que a maioria dos empreendimentos é de capital estrangeiro e contam com uma série de abonos fiscais enquanto a maior parte do lucro vai para outros estados e países. Destaque-se que grande parte dos investimentos são instalados em municípios e localidades de pequeno porte com baixa capacidade de atenção aos trabalhadores e defesa de seus direitos.

Outra característica marcante da região são as rotas do narcotráfico internacional que transitam nesta área de abrangência geográfica, influenciando no acesso e disponibilidade para aquisição de substâncias psicoativas proibidas. O movimento da venda e distribuição da droga torna-se uma possibilidade para geração de renda face às limitadas oportunidades do mercado de trabalho, impulsionando a economia informal e o comércio ilegal. O tráfico de drogas, chacinas e crimes de pistolagem na região da fronteira constituem uma situação que afeta diretamente a vida da população. Neste panorama é significativa a presença de usuários de drogas injetáveis - UDIS, constituindo-se em mais um fator de risco à infecção do HIV, especialmente nos municípios fronteiriços.

A baixa participação política da população nas instâncias de decisões coletivas contribui para o esfacelamento da discussão, paralelo ao crescimento dos programas sociais de cunho assistencialistas. Além disso, observa-se uma política coronelista que submete as populações nativas – ribeirinhas, pesqueiros, quilombolas, indígenas, etc – a conviverem sob as regras da elite fundiária. O turismo sexual nas cidades turísticas, especialmente na região do Pantanal, envolvendo a exploração sexual de crianças e adolescentes também é outra problemática encontrada.

¹¹ Ver PARKER, R. & JUNIOR, K. R. de C. **Pobreza e HIV/Aids: aspectos sociológicos e antropológicos**. Texto disponível no endereço eletrônico: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v16s1/2215.pdf>. , consultado em: 15 dez. 2007.

O racismo, a pobreza, a violência contra a mulher, às assimetrias de gênero e a homofobia também dão a tônica das violações aos direitos humanos presentes na região, contribuindo para acentuar as probabilidades para a infecção das DST/Aids¹². Soma-se a isso um conjunto de desigualdades, baixa escolarização e apatia política que dificultam a conquista da cidadania plena.

De maneira sintética, pode-se dizer que as epidemias da Aids no estado são múltiplas e possuem várias especificidades que influenciam e são influenciadas pela violência estrutural, caracteres culturais e o contexto sócio econômico vigente. Em termos gerais, os imperativos do modelo econômico privilegiam a concentração de riquezas concomitante ao aumento das disparidades sociais, alargando as desigualdades de classe, orientação sexual, gênero, geração e étnicas/raciais.

A conjuntura contemporânea revela a incapacidade do econômico em reestruturar o social, pois ao manter os altos índices de pobreza, quase sempre assistidos por políticas sociais fragmentadas e tendências assistencialistas, vislumbra-se na região a incapacidade dos governos em promover mudanças estruturais efetivas – reforma agrária, demarcação de terras indígenas e quilombolas, universalidade da saúde, etc – para superação das injustiças e transformações na ordem social. Neste cenário, os principais desafios a serem alcançados com relação à prevenção e enfrentamento da pandemia do HIV/Aids no Centro Oeste são romper com os mecanismos discriminatórios e excludentes das desigualdades ocasionadas pelo

¹² Em meio à esta realidade, a pluralidade cultural continua a ser um grande desafio para alcançarmos uma sociedade democrática e justa. De acordo com Edson Cardoso, jornalista e representante do Movimento Negro do Distrito Federal, um dos maiores problemas da sociedade do planalto central e brasileira - em relação à diversidade étnica-cultural – refere-se à incapacidade de assegurar o pluralismo com igualdade de oportunidades para todos. Para Cardoso, os descendentes de afro brasileiros e indígenas continuam sendo os que mais sofrem o processo de “sub-cidadania” em nosso país. Na convivência com a Aids tendem a sofrer o peso duplo da discriminação. Para a coordenadora do Fórum de Entidades do Movimento Negro de Mato Grosso do Sul, Raimunda Brito, no caso da mulher negra vivendo com HIV/ Aids, a invisibilidade no mercado de trabalho é total. Vale lembrar que a interação entre “subdesenvolvimento”, pobreza e as assimetrias nas relações de gênero são elementos de vulnerabilidade que podem ser observados dentro da maioria das sociedades. Um aspecto essencial a ser ressaltado é que a população negra, em decorrência de um processo histórico perverso, está mais sujeita a sofrer a violência estrutural da sociedade brasileira. Agrega-se a isso a dupla jornada de trabalho e os menores salários oferecidos às mulheres. A violência estrutural, preconceito e explosão de afetos de ódio também atingem o público homossexual, Cícero Moraes, coordenador do Centro de Referência de Combate a Discriminação e Homofobia do estado de Mato Grosso, explica que esta é uma situação encontrada tanto em Mato Grosso, na região Centro Oeste quanto em todo o país. Não obstante aos muitos anos de luta do movimento GLBT, os homossexuais ainda continuam sendo brutalmente assassinados. Um exemplo disso é Rondonópolis, uma das cidades brasileiras que já esteve entre o ranking das que mais cometem crimes por homofobia no Brasil. Para Joelma Cezário, presidente da Ong Coturno de Vênus de Brasília, como se não bastasse tamanho crime, os assassinatos de homossexuais vem quase sempre acompanhados por requintes de crueldade, porque refletem o sentimento de repulsa homofóbica existente em alguns setores da sociedade. Ver **Relatório da Oficina de Direitos Humanos do Centro Oeste**. Instituto Brasileiro de Inovações Pró Sociedade Saudável do Centro Oeste, IBISS/CO, 2006.

contexto econômico, étnico-racial, de orientação sexual e no âmbito das relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres. Todavia, esta também é uma luta pela conquista de direitos no plano social, econômico, político, cultural e ambiental com ênfase à garantia dos direitos sociais básicos a toda à população.

3.4 Uma questão de direitos humanos

O debate sobre os direitos humanos na sociedade moderna teve como marco a Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada em 1948, depois de um período de crises provocadas pela Segunda Guerra Mundial. A luta pela garantia dos direitos da pessoa humana assume uma dimensão individual e ao mesmo tempo universal, por colocar indivíduos, antes reduzidos pela figura do Estado, em sujeitos jurídicos, e por ampliar para além das fronteiras nacionais a necessidade de pensar os direitos. Do ponto de vista ético, a declaração representa uma tomada de consciência do homem para com sua humanidade, o que reflete um avanço moral.

O Estado Brasileiro incorpora essa percepção de maneira mais contundente a partir da Constituição de 1988, adotando princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos e articulando um sistema de proteção pautado na idéia de que o fundamento da República é a dignidade da pessoa humana, pensada nesse caso como um fim em si mesmo para a garantia dos demais direitos.

O comprometimento por parte dos estados e da sociedade em geral com a construção de mecanismos para garantir aos sujeitos de seus grupos a dignidade e a igualdade, dois princípios balizadores no pensar sobre os direitos humanos, estimulou a criação de instrumentos legais e institucionais, como os sistemas mundiais que gravitam em torno da Organização das Nações Unidas e os regionais, como o Sistema Interamericano (Organização dos Estados Americanos), o Europeu e o Africano. A organização dos sistemas inclui o funcionamento de instâncias como Comitês e Conselhos, responsáveis pela garantia dos pactos, tratados, convenções e declarações assinadas pelos países-membros no âmbito de cada organização. As pactuações estão distribuídas em documentos gerais, como o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966) e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), e documentos especiais como a Convenção Sobre os Direitos da Criança (1989) e a Convenção pela Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (1965).

O Estado brasileiro é signatário dos principais pactos sobre direitos humanos, que por força da Constituição de 1988 passam a vigorar como norma constitucional. O país vem construindo o seu sistema nacional de promoção e defesa dos direitos, em um processo de avanços e recuos que tem incorporado uma série de atores, como instituições governamentais e os poderes legislativo e judiciário, bem como a sociedade civil por meio de movimentos, fóruns e redes de organizações com atuação local, regional e nacional. Pela iniciativa de muitas desses atores, apesar das dificuldades institucionais e políticas, foi possível incluir a pauta dos direitos humanos na agenda pública de debates.

O fato é que muitos passos ainda precisam ser dados para que os direitos da pessoa humana se tornem as diretrizes de todas as políticas sociais, servindo como ponto de partida e não de chegada para a intervenção política diante dos problemas da contemporaneidade. O desafio é transferir o debate sobre os direitos humanos da esfera simbólica para o plano institucional e político, onde são desenhadas as práticas sociais que dão sentido a existência do sujeito homem. Esse é um dos paradoxos da contemporaneidade apontado por Giuseppe Tosi ¹³. A sociedade atual enumera uma série de direitos para serem defendidos, mas concretamente avança muito pouco para protegê-los, contradição que pensada a partir de um cenário global ganha sentido.

Percebemos um ambiente hostil à garantia dos direitos humanos em meio a despolitização dos espaços públicos, da privatização das demandas coletivas e da incorporação da esfera política pela econômica, em que as regras da sociabilidade passam a ser ditadas pela lógica do mercado e as relações humanas acabam mediadas não por sujeitos, mas por homens/objetos que se inscrevem de maneira burocrática no mundo de relações coesificadas, previsíveis e controladas.

Em tempos de globalização, falar em direitos humanos é antes de tudo considerar as relações de poder que permeiam e sustentam as relações sociais e não descartar o desejo humano de se colocar diante do mundo, afirmando sua identidade e sua autonomia. Desejos que se constroem pelo e para o exercício e vivência dos direitos, mas que por sua vez esbarram em uma sociedade globalizada em suas dimensões econômicas, mas mundializada no trato com questões de natureza social e humana.

¹³ TOSI, Giuseppe. Direitos Humanos, Direitos Humanizantes - disponível em www.dhnet.org.br

A capacidade de des-objetivar-se (deixar de ser um mero objeto capitalístico para a condição de sujeito) aparece comprometida pela dimensão existencial de relação com o mundo – imersos que estão num curto-circuito de sem-sentido absoluto. (KEIL e PIRES, 2000, p.47).

No jogo de forças que se estabelecem no mundo contemporâneo, a construção de subjetividades emancipadoras está limitada ao exercício do poder, encarado nesse contexto como um componente simbólico que desequilibra as relações sociais, categorizando os cidadãos passíveis de direitos, os indivíduos passíveis de concessões e aqueles que estarão por completo fora dos círculos e dos discursos legitimadores do direito a ter direito. Em um contexto onde a política, enquanto intervenção para a promoção do bem coletivo, separa-se da ética (teoria do comportamento humano), essas manifestações de poder do capitalismo globalizado se fortalecem a ponto de ocupar e legitimar, por sua vez, as estruturas construídas para naturalizar a exclusão e a violação dos direitos e selecionar os sujeitos aptos a compartilhar dos espaços de cidadania ativa.

E por isso que pensar os direitos humanos na contemporaneidade - em especial os direitos de grupos que historicamente não compartilham da esfera simbólica do poder que legitima práticas sociais ou que estão em desvantagens no embate de forças - requer um exercício de toda a sociedade, principalmente da sociedade civil organizada que historicamente configura-se como espaço de agendamento da pauta dos direitos humanos. O desafio a todos os atores que atuam na promoção e garantia de direitos é apontar caminhos e discutir estratégias que entendam a conquista dos direitos humanos a partir de um equilíbrio e superação de forças em uma sociedade globalizada que expõe o discurso do direito humano pela via desumanizante, particular e utilitarista. Em linhas gerais, o desafio será criar as condições para que todos joguem, antes mesmo de definir a quem cabe o troféu de ganhadores e perdedores.

Essa percepção é importante para discutir as respostas da sociedade na promoção dos direitos humanos de pessoas vivendo com HIV/AIDS, em um período em que epidemia é a do estigma e da discriminação, onde a inscrição dos sujeitos na história tem se dado pela afirmação de identidades e onde a garantia dos direitos humanos se constrói no terreno simbólico permeado pelas relações de poder.

3.5 Cidadania positiva: uma questão de identidade

O debate sobre HIV/AIDS começa a ganhar corpo no Brasil no início da década de 80. As primeiras notícias, publicadas antes mesmo da confirmação dos primeiros casos de AIDS,

construíram posteriormente o que seriam as matrizes para o modo como a sociedade agiria em relação à doença. Apontada como um “câncer gay”, fruto de uma associação direta e equivocada ao público de homossexuais, a AIDS já surgia relacionada a concepções distorcidas, sem mesmo ter sido afirmada como uma nova doença. A descoberta das formas de transmissão não livrou as pessoas, que se descobriam vivendo com o vírus, das manifestações de preconceito. O “enquadramento” dessa população surge com a construção da categoria “grupos de riscos”, responsáveis por personificar a epidemia na figura dos homossexuais, das prostitutas, dos hemofílicos e das pessoas que usam droga.

O aumento da produção de conhecimento e a disseminação de informações relativas à epidemia não foram suficientes para desconstruir a imagem pré-conceituosa sobre as pessoas infectadas. Mesmo sendo divulgados boletins que apontam para a feminização, interiorização e juvenização da doença, bem como a presença em espaços simbolicamente mitificados, como as famílias, e a existência de outras formas de contágio que não apenas pela adoção de posturas “profanas” e “ímorais”, possibilidade reforçada pelo discurso discriminatório construído inicialmente em torno da doença, toda essa reconfiguração da doença anos depois não foi suficiente para um olhar menos estigmatizante em relação à AIDS.

As repostas da sociedade chegaram um pouco depois. A partir de meados da década de 1980, surgem as primeiras organizações da sociedade civil dedicadas a atuar com a temática do HIV/AIDS que concentraram ações de atendimento e apoio jurídico, de pressão política e pesquisa e de pessoas que viviam com a doença, construindo um espaço de atuação característicos que são as ONGS/AIDS.¹⁴

A Atuação desses grupos foram fundamentais para a implantação de políticas públicas pelo governo brasileiro, ações que colocaram o Brasil como referência mundial no enfrentamento à AIDS. Apesar dos avanços, alguns computados em lei (como a 9313/06, que torna obrigatória a distribuição de medicamento pelo Estado), outros visíveis pela ampliação das esferas na qual o debate passa a ser incorporado e os desafios continuaram à medida que a epidemia, anunciada com ares apocalípticos, continua a se manifestar nos espaços sociais.

Conforme Mann (*apud* Parker e Aggleton, 2001), a epidemia da AIDS se manifesta em uma determinada comunidade em três fases: a primeira está relacionada à epidemia silenciosa da infecção pelo HIV; a segunda é a epidemia da AIDS propriamente dita, ou seja,

¹⁴ Conceito que segundo Silvia Ramos (*In O papel das ONGs nas políticas de saúde: AIDS, a saúde da mulher e a saúde mental*) apresenta divergências. Alguns analistas consideram que a classificação ONGs/AIDS deve incluir apenas as organizações com atuação exclusiva na área, enquanto que outros atentam para inclusão de grupos e movimentos com atuação indireta no contexto da doença, como os movimentos feministas, homossexuais entre outros.

onde ocorre a manifestação das doenças infecciosas oriundas da infecção pelo HIV e a terceira, a *potencialmente mais explosiva*, é a epidemia do estigma, da discriminação e da negação.

Um olhar para a história da epidemia no Brasil nos leva a entender que o país já vivencia os efeitos dessa silenciosa e perversa, apesar de explosiva, terceira fase da manifestação da doença. Para as duas etapas anteriores, políticas públicas governamentais e não-governamentais foram constituídas, algumas estão em plena atuação, para garantir às pessoas vivendo com HIV/AIDS os direitos fundamentais que proporcionem a qualidade de vida e condições mínimas de sobrevivência.

Mas para a epidemia do estigma, as estratégias são articuladas em esferas até então pouco presentes nas políticas públicas e ainda pouco exploradas pelas instituições que atuam na área. A questão, nesse caso, está mais do que nunca expressa como questão de direitos humanos, no sentido sistêmico que o termo carrega, exigindo respostas que caminhem para frentes de atuação que presumem não só a proteção legal para pessoas com HIV/AIDS, mas ações nas esferas políticas, comunitárias e simbólicas.

As intervenções concebidas com o objetivo de motivar o poder de resistência da população e das comunidades estigmatizadas têm sido mais raras – apesar disto, os estudos empíricos a respeito do empowerment e da mobilização social em resposta ao HIV/Aids demonstram claramente que as respostas mais poderosas e eficazes à epidemia (...) tem ocorrido precisamente quando as comunidades afetadas têm se mobilizado para lutar contra a estigmatização e a opressão relacionadas às suas vidas. (PARKER e AGGLETON, 2001, p. 39).

No entanto, uma postura mais incisiva diante dessa face da epidemia requer mais do que tomada de consciência, mas a compreensão de como se constroem os processos de estigmas, como se manifestam e se constituem como uma violação dos direitos humanos. Esse debate não só tem um caráter elucidativo, como remete a propostas de intervenção em que a participação da sociedade civil assume dimensões estratégicas, em especial quando consideramos o *modus operandi* dos atores sociais em atuar na sociedade contemporânea – entre outras modalidades está a articulação e o trabalho em rede para a garantia dos direitos humanos, foco da presente pesquisa que será detalhado mais adiante.

Parker e Aggleton (2001) já apontavam que embora muitas vitórias tenham sido alcançadas na luta contra a AIDS - como o desenvolvimento de tratamentos novos e mais eficazes e terapias para as pessoas que vivem com a doença - foram pequenos os avanços para superar o impacto do estigma e da discriminação na vida das pessoas afetadas pela epidemia.

Considerados como construções sociais e não individuais, os estigmas são processos históricos, formados em contextos peculiares que remetem a situações de poder e, por isso,

são usados estrategicamente para reproduzir e/ou manter relações desiguais. Retomando a idéia de que as relações de poder são realidades que sempre estiveram presentes nas sociedades humanas e que pelo exercício do poder são construídas, legitimadas e naturalizadas as relações sociais e humanas, destacamos o estigma, a partir do entendimento de Foucault (*apud* Parker e Aggleton, 2001) sobre a relação entre cultura, poder e desigualdade, como produto da diferença produzida culturalmente.

Os sistemas culturais (de conhecimento do mundo) são constituídos de regimes de poder responsáveis por controlar os seres individuais e sociais, alvo de um processo de sujeição e conformidade. O resultado desse processo é a produção da diferença a serviço dos mecanismos de poder, ou a estigmatização, mecanismo esse em que são sinalizadas as diferenças entre categorias de pessoas que, por sua vez, são inseridas nas estruturas de poder a partir da rotulação que esse mesmo sistema lhe confere.

Esse processo de inserção de sujeitos na estrutura de poder pela produção cultural da desigualdade é legitimado por outros processos. Para Bourdieu, por meio da violência simbólica, onde um sistema articulado de símbolos (palavras, imagens e práticas) estrategicamente atua como produtores de um consenso que impede aos dominados a percepção para o fato de que as práticas, os significados e a socialização culturais estarem permeados por interesses e aturem para aumentar as diferenças. O que equivale, na percepção de Gramsci, a existência da hegemonia, modo como são construídas relações complexas entre várias forças para atribuir e negociar significados que legitimam práticas e posturas. (*apud* Parker e Aggleton, 2001).

Nos bastidores desse cenário imbricado de relações nem sempre explícitas e concretas acabam sendo elaboradas, portanto, as representações sobre a AIDS, responsáveis por estigmatização e discriminação de pessoas que vivem com a doença.

Essas representações carregam uma série de metáforas e sentidos. Nesse contexto, passam a ser práxis a associação da AIDS ao crime, punição, vergonha, medo e morte, e mais, torna-se “natural” relacionar a doença a outros estigmas como o sexual, a comportamentos de gênero, a questões socioeconômicas. A imagem das pessoas que vivem com HIV/AIDS acaba atrelada a de grupos moralmente condenados como o de homossexuais, prostitutas, aos excluídos economicamente, tornando-os sujeitos à discriminação. Os soropositivos são envolvidos em um contexto de perversão, desvios e transgressões.

A pessoa que vive com HIV/AIDS acaba assim estigmatizada, ou seja, recebe um atributo depreciativo, que segundo Goffman (1988), afeta a construção de sua identidade social. O estigma, portanto, enquanto atributo negativo elaborado pela construção cultural

negativa das diferenças, corrobora para a deterioração das identidades dos sujeitos que vivem com HIV/AIDS. Essa relação que no campo simbólico presume a segregação e restrição à construção das subjetividades, na prática representa a segregação física e a anulação do sujeito cidadão. A discriminação, nesse contexto, retoma a idéia exposta anteriormente sobre os padrões de dominação e opressão que expressam a luta pela legitimação de poder nas sociedades humanas.

A preocupação com a construção e legitimação de estigmas em torno do HIV/AIDS não busca apenas revelar as violações dos direitos humanos e os mecanismos de opressão e exclusão presentes nas sociedades contemporâneas. O importante nesse contexto é discutir em que sentido a deterioração das identidades das pessoas que vivem com HIV/AIDS influenciam na vida cotidiana e nas relações sociais que cada um desses sujeitos estabelecem com seus pares.

Neste início de século, em plena era da globalização das relações econômicas, políticas e culturais, a identidade (ou as identidades) assumem um papel importante nas experiências humanas. A identidade responde não só pela inscrição dos cidadãos na história, fazendo frente a identidades hegemônicas, como também são estratégicas para construir as subjetividades autônomas, capazes de redefinir as relações, redescobrir possibilidades e reconfigurar espaços a fim de avançar na mudança de estruturas, percepções e representações de mundo.

A afirmação identitária é o início de um processo de autonomia diante das violações de direitos e das relações arbitrárias de exercício do poder. Para as pessoas vivendo com HIV/AIDS a auto-afirmação de identidade significa desconstruir as identidades deterioradas pelos estigmas em torno da doença e reafirmar seu *ethos* de cidadão, associando esse processo a um outro mais amplo, que é a construção de uma diferença positiva, ou melhor, da diversidade enquanto categoria a ser inserida nos significados e práticas culturais que resignifique os estigmas estruturais anteriores à AIDS. Esses sim, geradores da exclusão e da produção de relações opressoras que se potencializam quando acrescidas de novas fontes de discriminação, nesse caso, a soropositividade.

(...) a história da Aids no Brasil tem se caracterizado como um movimento político pelas entidades e sujeitos envolvidos com a causa na busca de seus direitos sociais, e como diz Faleiros (1999:166): 'o portador do vírus HIV (sic) precisa defender seus direitos, mas não do portador do vírus e, sim, em primeiro lugar, de cidadão. (KERN, 2003, p. 55).

Essa é a questão central que nos leva a entender o papel que a sociedade civil, enquanto espaços de relações e conflitos econômicos, sociais, ideológicos e religiosos que

apresenta as demandas que o sistema político é chamado a responder, conforme afirmou Norberto Bobbio. O debate nos conduz agora a compreender o papel da sociedade civil, em especial dos movimentos sociais na contemporaneidade para entender como o posicionamento desse grupo frente aos desafios colocados pela problemática da AIDS, com destaque para o modo como a articulação dessas organizações sociais pode responder a essas demandas.

3.6 Trançando redes

A sociedade civil historicamente tem desempenhado um papel importante no debate sobre direitos humanos. Terreno fértil onde nascem os conflitos, as ações coletivas organizadas e encabeçadas pela sociedade civil engendram a dinâmica de relações sociopolíticas e humanas que dão sentido à sociedade. Composta por uma gama de atores que atuam para dar forma a esse conjunto da vida espiritual e intelectual, permeada de relações ideológico-culturais (Gramsci), a sociedade civil é fiadora de ações coletivas que afetam a dinâmica e (re) configuram as relações sociais. *Lócus* dos movimentos sociais, essa mesma sociedade civil é espaço para construção de hegemonia e atua como mediadora da infraestrutura econômica e o Estado em seu sentido restrito. O Estado em seu sentido mais amplo é constituído, portanto, pela esfera da sociedade civil e pela esfera da sociedade política (conjunto de mecanismos em que a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência. (RAMOS, 2005). Em uma relação dialógica a sociedade civil exerce a hegemonia pela direção política e o consenso e a sociedade política pela coerção. Na dialética entre coerção e consenso, ditadura e hegemonia que são expressos o poder de uma classe.

Desde que a concepção marxista sobre o papel da luta de classes para o entendimento da sociedade começa a ser alterado em meados da década de 1970 (Goss e Prudêncio, 2004), novas questões passam a ser introduzidas para análise e compreensão da realidade social, dentre elas a ênfase em outras relações que não apenas econômicas como caminho para pensar as relações, o deslocamento de atenção da sociedade política para a sociedade civil e da luta de classes para os movimentos sociais. Os sujeitos políticos deixam de ser analisados pela relação classe-partido-Estado. Em outras palavras, a categoria classes sociais torna-se insuficiente para entender os movimentos arquitetados no âmbito da sociedade civil.

Surge, assim, o que alguns autores da área chamam de novos movimentos sociais, com atuação pautada em questões identitárias e com foco na politização de espaços alternativos de luta, que não apenas os partidos políticos e sindicatos. Entre as alterações mais significativas está a idéia de que o político passa a ser um componente presente em toda prática social e não

apenas em espaços específicos, o que configura os movimentos sociais como *ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas*. (GOHN, 2004, p. 13). Essas mesmas ações coletivas criam identidades em espaços não institucionalizados que geram transformações no espaço social.

A essência de atuação dos movimentos sociais é chamar o sujeito como forma de resistir à dominação social. Resistir ao poder é defender o sujeito.

(...) As novas contestações não visam criar um novo tipo de sociedade, mas ‘mudar a vida’, defender os direitos do homem, assim como o direito à vida para os que estão ameaçados pela fome e pelo extermínio, e também o direito à livre expressão ou à livre escolha de um estilo e de uma história de vida pessoais. (Touraine apud Goss e Prudêncio, 2004, p.80)

Na ausência de adversários, os movimentos sociais discutem e pautam questões que antes estavam na esfera privada, como as questões de gênero, sexual e étnicas e ao mesmo tempo compartilham de lutas mais abrangentes. Alguns movimentos da sociedade civil de cunho identitário na busca pela afirmação de suas diferenças acabam tocando em questões estruturais.

E é na sociedade construída, sustentada e mediada pelas relações de poder, como apontamos anteriormente, que estão criadas as bases férteis para os movimentos sociais se fecundarem. É que aponta Eurípides da Cunha Dias (2004), em uma análise sobre a semelhança entre os movimentos populares tradicionais e os contemporâneos, a partir da arqueologia foucaultiana:

(...) compreende-se que o húmus discursivo de onde nascem as reflexões sobre os movimentos sociais não seria o liberalismo, esse fenômeno do mundo ocidental, nem o Estado Liberal, nem a sociedade civil em si mesmos, mas as práticas políticas e de poder, os modos de atualização da liberdade e igualdade na sociedade civil e as conquistas da realização da cidadania e dos direitos individuais. (GOHN, 2004, p. 98)

Em se tratando de estratégias, os movimentos sociais contemporâneos em plena era da globalização e da informação atuam em redes, formas de articulação que potencializam a ação dos sujeitos que interligados por meio de uma teia de relações ampliam sua esfera de atuação.

A atuação em rede é uma resposta a individualização que desintegra a cidadania. As redes enquanto forma de relação social que atua segundo objetivos estratégicos, produzindo resultados estratégicos para os movimentos e para a sociedade em geral se colocam como espaços para uma ação coletiva disposta a defender a esfera pública e de responder a crise da noção de cidadania.

É importante destacar que no âmbito da presente pesquisa, consideramos que as redes não se constroem exclusivamente de organizações da sociedade civil, mas incluem uma multiplicidade de atores de organizações governamentais e outras de natureza pública, como são as Defensorias e Promotorias de Justiça, as Comissões de Direitos Humanos das Assembléias e Câmaras Legislativas.

A organização em redes também contribui para uma nova leitura da realidade e colocam novos significados às transformações sociais, conforme aponta Scherer-Warren (apud Goss e Prudêncio, 2004). O destaque é para o fim da crença em uma única orientação para a transformação social (desfundamentalização), a existência de atores diversos reivindicando projetos distintos (descentramento), o combate aos essencialismos em direção ao interculturalismo e o engajamento dialógico na rede, para a superação da distinção teórica e prática, ou seja, entre a produção intelectual, a mediação e a militância.

Diante desse novo contexto de articulação e configuração dos movimentos sociais existentes na sociedade civil, é importante considerar como se delinea a construção de um diálogo em torno da epidemia da AIDS e da vivência e incidência dos direitos humanos de pessoas que vivem com a doença.

Com a projeção da AIDS para o plano social a manifestação da terceira fase da epidemia, a do estigma e da discriminação, o discurso de defesa dos direitos humanos ganha um tom mais incisivo. As ações estigmatizantes e discriminatórias ao negarem a socialização da pessoa vivendo com HIV/AIDS e marcarem sua identidade negativamente, contribuíam para a exclusão subjetiva, afetando com isso a construção das subjetividades. Sem isso, essas pessoas acabam não experimentando o mundo social por meio da partilha das subjetividades. Para o homem que se inscreve no mundo pela relação com o outro, essa violação ao direito de partilhar subjetividades compromete a sua vida em sociedade.

Nesse sentido, a sociedade civil e os movimentos sociais ligados a defesa dos direitos humanos assumem um papel importante, no sentido de fazerem frente ao discurso hegemônico que pretende legitimar as relações de poder pelas práticas estigmatizantes. Considerando que a luta dos movimentos sociais se dá em um campo discursivo para a conquista de cidadania, de direitos e, sobretudo, da liberdade diante das práticas de poder e que essa mesma luta está pautada pela democratização das relações sociais a partir da defesa do sujeito, os atores sociais que estão assumidamente inseridos na luta pelos direitos das pessoas vivendo com HIV/AIDS tem pela frente o desafio de desenvolver identidades de resistências e de projetos capazes de redefinir a posição dos soropositivos na sociedade, fazendo com que busquem a mudança na estrutura das relações sociais estigmatizantes.

O *advocacy*, a mobilização e a ação política e as intervenções operadas nesse contexto quando articuladas e desenhadas estrategicamente com a participação dos atores em especial das pessoas vivendo com HIV/AIDS potencializam esse sujeito que se descapitaliza socialmente diante da deterioração de sua identidade enquanto cidadão.

A intersubjetividade remete ao reconhecimento das teias e das redes sociais, criando um sentido singular de ser existente, de ser capaz, percebendo a pessoa com AIDS 'como um sujeito não visto através da doença, do problema, mas como sujeito em relação, e em processo (Faleiros, 1997:26). (KERN, 2003, p. 49).

As redes, portanto, surgem como matrizes pelo qual é possível pensar os direitos humanos das pessoas vivendo com HIV/AIDS e como respostas da sociedade globalizada e da informação a demandas apresentadas por essa mesma sociedade. Pensada não só do ponto de vista técnico operacional, mas ético-político as redes sociais pavimentam o caminho para resignificação da pessoa vivendo diante de si e do mundo e são um passo para a construção do Kern classifica como sociedade do afeto. Uma sociedade onde o ser humano surge como categoria central e por isso precisa estar alicerçada na simplicidade, na coerência e na igualdade social, ou seja, fundamentados nos princípios balizadores dos direitos da pessoa humana.

O desafio é compreender as organizações em redes, os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil, resultado de uma série de composições históricas, paradoxais, não lineares e, por vezes, antagônicas, diante da hegemonia das sociedades de mercado globalizadas. É por isso que analisar as organizações não governamentais, ligadas à garantia dos direitos humanos das pessoas vivendo e convivendo com a epidemia do HIV/Aids no Centro Oeste, pressupõe debruçar-se sobre um objeto complexo em demasia, composto por uma diversa malha de interesses e atores sociais.

Para o estudo desta questão, as reflexões travadas pelo movimento de AIDS no Brasil, no XIV Encontro Nacional de ONGs/AIDS, realizado no município de Goiânia oferecem possibilidades elucidativas para pensar em como o contexto histórico atual, no concernente ao reflexo das propostas neoliberais do passado e presente, tem repercutido no interior de um movimento em permanente construção.

Nosso movimento depara-se com uma crise, a qual não é sinônima de destruição. Dialogar sobre esse momento nos faz perceber que é desorganizando que podemos nos organizar e que nos deparamos com problemas e limites que devem ser levados em consideração para esse novo momento histórico: de construção do Movimento Social de Luta Contra a Aids¹⁵.

Como já exposto anteriormente, a explosão da epidemia da Aids, juntamente com a emergência das organizações da sociedade civil voltadas à temática, do movimento social Ong/Aids e do próprio SUS, surgiram numa época fortemente marcada pelas políticas neoliberais. O andamento deste processo sugere que essas instâncias têm se desenvolvido em meio a dificuldades, avanços, conquistas, retrocessos e crises influenciados sobremaneira pelo contexto hegemônico vigente.

Conforme Scheffer (ENONG, 2007), pode-se observar três fases distintas que pontuam o movimento de luta contra AIDS brasileiro. O ativismo de urgência, caracterizado por ações de denúncia e atenção as demandas emergentes, logo nos primeiros anos da epidemia. O ativismo de conquistas a partir da década de 90, cujo ápice foram às pressões políticas frente o governo que impulsionaram a criação da política pública de enfrentamento à AIDS. E o período atual, que Scheffer denomina de ativismo de manutenção, pautado pela preocupação em manter as conquistas e impedir retrocessos, num misto de comodismo e exaustão que permeiam o espaço político banalizando o ativismo¹⁶.

Diante desse quadro, é significativo o documento produzido pelo movimento Ong/Aids acerca de si mesmo. De um lado, nos oferece subsídios para pensar em como a sociedade civil tem se organizado diante de um cenário repleto de contradições, e por outro, refletir sobre sua capacidade para contrapor-se ou não à tendência de crescente liberalização da economia, centralização de políticas públicas, individualização e desmonte das políticas sociais. Sabe-se que as subjetividades também são socialmente produzidas e entranhadas pelas ideologias circundantes, que também afetam a forma como os grupos se organizam e conduzem seu trabalho.

¹⁵ Ver **Relatório do XIV Encontro Nacional de Ongs/ Aids** - ENONG, realizado entre os dias 04 à 07 de novembro de 2007, em Goiânia.

¹⁶ Ver SARDINHA, A. C. ENONG – “Teoria dos Três ciclos e das Três crises” para entender o Movimento Ong/Aids. Disponível no endereço eletrônico: www.ibiss-coblogspot.com. Acesso em 18 dez. 2007.

Vivemos uma crise de identidade afetada pela centralização, disputa e hierarquização do poder, o que junto com a falta de comunicação desencadeou um processo de sobreposições das agendas individualistas, atreladas muitas vezes a recursos e demandas governamentais, que acarretaram a perda do foco de trabalhos de base comunitária. Talvez o modelo vigente de movimento Aids e de ENONG não digam mais o que desejamos e sonhamos, “se esgotou no seu formato por não possibilitar tempo para reflexão”, auto-crítica e avaliação; o modelo de execução dos nossos encontros tornou-se elitista e com propostas repetitivas, o que dificultou o exercício da autonomia e do ativismo¹⁷.

O reconhecimento por parte do movimento nacional Ong/Aids de suas crises e fragilidades talvez seja o primeiro passo para repensar as estratégias de ação e revitalizar as bases que o compõe, em busca de um outro modelo de atuação, cuja capacidade de intervenção, questionamento e participação política dos sujeitos envolvidos possam realmente contribuir para construção de políticas e práticas na contramão da redução da extensão dos direitos e políticas sociais dominantes.

¹⁷ Ver **Relatório do XIV Encontro Nacional de Ongs/ Aids** - ENONG, realizado entre os dias 04 à 07 de novembro de 2007, em Goiânia.

4 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos utilizados na presente pesquisa são frutos do projeto *Trançando Redes no Centro-Oeste* desenvolvido pelo IBISS | COE pretendem elucidar algumas características institucionais das organizações da sociedade civil, ligadas à garantia dos direitos humanos das pessoas vivendo e convivendo com a epidemia do HIV/Aids, na região Centro-Oeste.

A importância sobejamente reconhecida destas entidades na história brasileira pautou-se em diferentes eixos de atuação: mobilização social, atendimento, prevenção, promoção e garantia de direitos, firmados na premissa da existência de diferentes matizes ideológicas, por vezes, inclusive, contraditórias. Assim, os únicos dois pré-requisitos para o mapeamento das organizações foram: ser organização não governamental e ter envolvimento com o tema do HIV/Aids.

Perante as complexidades de uma pesquisa de tal envergadura, envolvendo organizações de três estados – Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás - mais o Distrito Federal, os métodos referendados pela ciência médica, biológica ou epidemiológica, quase sempre voltados à quantificação dos resultados, tornam-se insuficientes para compreensão dos meandros internos do universo pesquisado.

Como observa o antropólogo Edward Macrae¹⁸ os estudos no campo de saúde ainda são incipientes nas análises que relacionam a produção da doença com os conflitos existentes na sociedade (MINAYO, 2006). De forma análoga, a pouca atenção que vem sendo dada no diagnóstico científico da heterogeneidade das ações da sociedade civil nos marcos dos direitos humanos em HIV/Aids, são ofuscadas pela extensa gama das pesquisas, que embora importantes, não se pautam para o conhecimento das contradições das dinâmicas da sociedade, como também, não objetivam a compreensão dos discursos e representações sociais.

Minayo (1996), observa que nem a teoria nem a prática são neutras e isentas de interesse e subjetividade. Embora o positivismo sociológico pregue a atividade estritamente objetiva, à luz das ciências naturais, as dimensões subjetivas são impossíveis de serem capturadas por dados estatísticos. Por isso, as metodologias de pesquisa qualitativas devem

¹⁸ Ver MACRAE, Edward. Abordagens qualitativas na compreensão do uso de psicoativos. Artigo disponível no endereço eletrônico: www.neip.info, consultado em: 01 nov. 2007.

ser capazes de compreender a questão do significado e intencionalidade como intrínsecas aos atos, cuja criação e transformação são frutos de construções humanas. Em face da problemática da quantidade versus qualidade, que vez por outra rondam o universo da pesquisa, a dialética assume a qualidade das relações sociais e o movimento dos fatos como inerentes à vida social e ao processo do estudo. Assim, a idéia das dicotomias quantidade e qualidade, macro e micro, objetivo e subjetivo, externo e interno dissolvem-se, posto que estas características se mesclam e se interdependem como parte integrante da totalidade à ser estudada ao nível das representações e suas determinações sociais.

Diante desse dilema, esse estudo foi traçado através da metodologia quali-quantitativa, um tipo de investigação que mesclou análises quantitativas e qualitativas, de modo a compreender o objeto proposto através da aplicação de um instrumental de entrevista, composto por questões objetivas e discursivas (ANEXO 1). Outrossim, o instrumental também contém espaço reservado para anotação das impressões captadas pelas (os) pesquisadoras (es) no processo da entrevista, a serem registradas após o momento da realização da mesma. Deste modo, é preciso dizer que a análise de dados foi realizada com base nas informações adquiridas nas entrevistas juntamente com as percepções e observações registradas pelos pesquisadores no instrumental, e que se encontram armazenadas no banco de dados do IBISS | CO. Portanto, por ora foge ao objetivo da pesquisa checar a veracidade dos dados levantados durante a entrevista, sendo a análise realizada a partir da fala dos entrevistados, entrevistadas e observações dos pesquisadores.

Conforme Pontual (2005 apud Silva 2005), os métodos são a busca criativa, permanente, à luz desses princípios gerais que constituem nossa metodologia, de construir os procedimentos mais adequados de trabalho para cada situação concreta e para cada grupo em particular (p. 82). Assim, os princípios metodológicos reconhecidos e aceitos universalmente, necessitam ser traduzidos, repensados e reformulados de acordo com os variados contextos de pesquisa. Sem dúvida, isso implica numa posição, por parte dos pesquisadores, questionadora e criativa.

Esse tipo de criação tem sido comum na produção do conhecimento desenvolvido pelas organizações da sociedade civil, cuja preocupação nos remete à construção do “método enquanto caminho do conhecimento”, conforme proposto por Freire (FREIRE, 1982 apud SILVA, 2005, p. 94). Na perspectiva freiriana a pesquisa como ato do conhecimento implica numa práxis dialógica, em que os pesquisadores profissionais - sujeitos cognescentes -, e os grupos populares, debruçam sobre o objeto a ser desvelado que se funda na realidade concreta. Segundo Freire:

Quanto mais, em uma tal forma de conceber e praticar a pesquisa, os grupos populares vão aprofundando, como sujeitos, o ato de conhecimento de si em suas relações com a sua realidade, tanto mais vão podendo superar ou vão superando o conhecimento anterior em seus aspectos mais ingênuos (FREIRE apud BRANDÃO, 2001 in SILVA 2005).

Nesses termos, são elaborados instrumentos de crítica para o conhecimento supostamente universal, favorecendo novos saberes e a criação de instrumentos para a produção coletiva de conhecimentos, visando à transformação da realidade.

O processo de construção da metodologia desenvolvida nesse trabalho remete-se diretamente a uma estratégia política e organizativa que foi se fazendo nas diversas etapas do projeto, tão necessárias para o mapeamento quali-quantitativo pensado, facilitando uma maior inter-relação entre a instituição proponente e as entidades pesquisadas e, assim, ampliando a atuação política e articulação.

Nesta pesquisa proposta por uma Organização que tem o comprometimento com as transformações sociais, o primeiro movimento de compor a equipe se deu na busca de pesquisadores, apoiadores e organizações locais visando a coleta de dados, e a apreensão da realidade num movimento dialético de imersão. O convite aos pesquisadores e entidades relacionou-se com o compromisso político-ideológico, técnico-científico e com a capacidade de interagir na perspectiva que a pesquisa seja em si um movimento capaz de articular a produção do conhecimento – antigo e novo - com a realidade, possibilitando um incessante redescobrimento entre as partes durante todo o processo, com vistas a incitar um futuro engajamento para a necessária transformação social.

A relação dialética entre teoria e realidade empírica se expressa no fato de que a realidade informa a teoria que por sua vez a antecede, permite percebê-la, formulá-la, dar conta dela, fazendo-a distinta, num processo sem fim de distanciamento e aproximação. A teoria domina a construção do conhecimento através de conceitos gerais provenientes do momento anterior. Seu aprofundamento, de forma crítica, permite desvendar dimensões não pensadas a respeito da realidade que não é evidente e que não se dá: ela se revela a partir de interrogações elaboradas no processo de construção teórica (MINAYO, 1996).

A firmatura de parcerias nos estados e no Distrito Federal com organizações já envolvidas com a temática e com experiência de pesquisas em rede na Região Centro Oeste, também compuseram o quadro das atividades da pesquisa.

Duas fontes de influências diretas na construção do instrumental da pesquisa são necessárias serem registradas. A primeira foi o estabelecimento de parceria com a Universidade do Vale do Rio Sinos, através do Laboratório de Políticas Públicas e do Terceiro Setor, coordenado pela assistente social Dra. Jaqueline de Oliveira Silva, que disponibilizou o relatório final da pesquisa: Organizações Não Governamentais e Assistência Social do Vale

do Rio Sinos, cujo banco de dados foi a base para elaboração de parte do instrumental. A segunda é o resultante de uma oficina com pessoas vivendo e convivendo com HIV/Aids para o levantamento da principal problemática enfrentada com a descoberta e a (in) visibilidade da soropositividade e o relacionamento com as organizações não governamentais.

De posse do instrumental piloto duas entrevistas foram realizadas e, com a revisão final e instrumental definitivo foi realizada a capacitação dos pesquisadores, tendo a coordenadora e a assistente de coordenação mantido durante todo o processo da pesquisa interlocução sobre as demandas das organizações parceiras e pesquisadores.

Após o primeiro levantamento geral do escopo da pesquisa percebeu-se a necessidade da estruturação de um banco de dados eletrônico. A elaboração desse banco de dados possibilitou que essas informações ficassem armazenadas servindo como fonte para outras pesquisas, como também, para os órgãos públicos governamentais e não governamentais.

Para o diagnóstico, a primeira ação foi mapear as organizações. O mapeamento partiu da premissa que os dados existentes no Ministério da Saúde e Coordenações Estaduais seriam suficientes para a busca posterior direta às organizações, visando a entrevista. Diferentes formas de busca foram realizadas:

- a – Acesso aos endereços eletrônicos do Programa Nacional de DST/AIDS¹⁹;
- b – Solicitação às Coordenações Estaduais de DST/AIDS sobre o rol de organizações não governamentais que atuam nos estados. Estas informações foram repassadas por escrito, com exceção do Distrito Federal que repassou as informações via telefone;

¹⁹ Foram consultados os seguintes endereços:

<http://www.aids.gov.br/main.asp?View=%7BF482FC25%2D32D7%2D44D0%2DBAD7%2D568C99F2CEF7%7D&Team=¶ms=UF=GOI%C1S%3B&UIPartUID=%7B56BE7C20%2DB0D9%2D4807%2D96CE%2D9FA77EE2C452%7D>

<http://www.aids.gov.br/main.asp?View=%7BF482FC25%2D32D7%2D44D0%2DBAD7%2D568C99F2CEF7%7D&Team=¶ms=UF=MATO%20GROSSO%3B&UIPartUID=%7B56BE7C20%2DB0D9%2D4807%2D96CE%2D9FA77EE2C452%7D>

<http://www.aids.gov.br/main.asp?View=%7BF482FC25%2D32D7%2D44D0%2DBAD7%2D568C99F2CEF7%7D&Team=¶ms=UF=MATO%20GROSSO%20DO%20SUL%3B&UIPartUID=%7B56BE7C20%2DB0D9%2D4807%2D96CE%2D9FA77EE2C452%7D>

<http://www.aids.gov.br/main.asp?View=%7BF482FC25%2D32D7%2D44D0%2DBAD7%2D568C99F2CEF7%7D&Team=¶ms=UF=DISTRITO%20FEDERAL%3B&UIPartUID=%7B56BE7C20%2DB0D9%2D4807%2D96CE%2D9FA77EE2C452%7D>

http://www.aids.gov.br/data/documents/storedDocuments/%7BB8EF5DAF-23AE-4891-AD36-1903553A3174%7D/%7B3FFAABD2-B15E-4BF8-9E8E-13DEE788A837%7D/Projetos_liberados_via_fundo_setembro_2005.xls

<http://www.aids.gov.br/data/documents/storedDocuments/%7B5201784E-4DFF-4FE2-AA76-7B93421476D4%7D/%7BA6B365F7-E448-412E-89DB-6CCA0362A02F%7D/LISTA%20CASAS%20DE%20APOIO.pdf>

c - Apresentação da pesquisa aos Fóruns Estaduais de Ongs/AIDS que responderam, por meio de sua coordenação, via telefone sobre o rol das organizações, com exceção do estado de Mato Grosso que repassou a lista por e-mail;

d - Informações sobre outras organizações existentes a partir do desenvolvimento das entrevistas.

Com as informações colhidas ao longo da pesquisa, o mapa das organizações tornou-se um instrumento em permanente construção, posto que os dados disponíveis, por via eletrônica e documentais não foram suficientes para o desenho do mesmo, pois estes nem sempre condiziam com a realidade, exigindo dos pesquisadores diferentes meios de busca. Somente a partir das entrevistas com os representantes das organizações foi possível coletar informações basilares capazes de montar o primeiro rol de organizações (Anexo 2).

Para facilitar a compreensão tanto da equipe de pesquisadores, como dos destinatários da pesquisa em tela, a lista de organizações foi codificada em cores assim distribuídas:

- Amarela: Organizações não localizadas
- Azul: Organizações com pessoa de referência localizada e cujas atividades estão suspensas;
- Branca: Organizações localizadas, contactadas e que não responderam à solicitação de entrevista;
- Verde: Organizações localizadas, entrevistadas e que não tem caráter jurídico de organização não governamental;
- Lilás: Organizações não governamentais localizadas e entrevistadas e,
- Cinza: Organizações com diferentes nomes e, portanto descartadas as duplicidades, mantendo o nome jurídico.

A partir do levantamento, pode-se perceber que no conjunto de 124 Organizações citadas, dez estavam em duplicidade:

QUADRO 1: Organizações não governamentais da Região Centro Oeste envolvidas com Direitos Humanos e HIV/AIDS, citadas em duplicidade por diferentes fontes.

Nº	Nome utilizado na pesquisa	Outros nomes citados por fontes	Estados
01	Associação de apoio a Portadores de AIDS Esperança no Senhor	Associação de apoio a Portadores de AIDS Esperança	MS
02	Grupo Vida Ativa de Direitos Humanos e Cidadania LGVT	Associação GLS Vida Ativa e	MT
03		Grupo Vida Ativa	
04	Associação de Gays, Lésbicas e Transgêneros - GO	Associação Goiana de Gays, Lésbicas e Travestis	GO
05	Associação Hospital São Pio X – Grupo Amor e Vida	Grupo Amor e Vida	GO
06	Fraternidade Assistencial Lucas	Comunidade Fale	DF

	Evangelista – Comunidade Fale		
07	Instituto Brasileiro de Inovações Pró-Sociedade Saudável – IBISS-CO	Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde	MS
08	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua	Movimento de Meninos e Meninas de Rua - GO	DF
09	Arcana Instituto de Arte e Desenvolvimento Humano	Piramundo	DF
10	Centro Voluntário do Distrito Federal – Voluntário Candango	Voluntário Candango	DF

Fonte: Traçando Redes no Centro-Oeste. IBISS | CO 2007.

Algumas organizações quando surgiram tratavam-se de grupos informais e quando criadas juridicamente ocorreram mudanças de nomenclatura, como também organizações de âmbito nacional que apareceram sobrepostas no âmbito estadual e/ou regional. Há também as situações em que organizações aparecem de forma diferente nos registros da página oficial do Programa Nacional em detrimento do nome jurídico existente e conferido durante a entrevista.

Ao tratarmos das diferentes possibilidades de organizações que tem pautado a temática das DST/HIV/AIDS, encontramos redes e movimentos, Fóruns e Universidades que estão desenvolvendo pesquisa e intervenção social por meio de núcleos²⁰. A citação destas instituições, por diferentes fontes, nos leva a acreditar que embora não sejam organizações constituídas juridicamente como Organização Não-Governamental, tem sido referência para as demais organizações, mas, no entanto, não fazem parte do escopo da pesquisa.

As entrevistas ocorreram durante todo o processo da pesquisa, posto que ao se estabelecer parcerias com outras Organizações, entrevistadores locais e pessoas apoiadoras, especialmente as PVHA, a busca pela localização das entidades ocorreu durante todo o processo da pesquisa, encerrando-se apenas 30 (trinta) dias antes da Oficina de Sistematização.

As entrevistas realizadas foram mandadas para a sede do IBISS | CO onde foram feitas as transcrições dos instrumentais para o Banco de Dados, incluindo também as Organizações que não responderam à entrevista, mas que, pelo trabalho da equipe de pesquisadores, tem-se os dados de localização suficientes para compor o mapa das 84 (oitenta e quatro) organizações localizadas e em funcionamento.

De posse do Banco de Dados alimentado, foi organizada a Oficina de Sistematização composta por 5 (cinco) pesquisadores e pela Consultora da pesquisa, com o propósito de analisar coletivamente os dados envolvendo pesquisadores, coordenadores e consultora.

²⁰ Estas entidades foram: Cidadã Positiva (MS), Colcha de Retalho: a UFG saindo do armário (GO), Condomínio Solidariedade (GO), Fórum de Transexuais de Goiás (GO), Fórum Luta contra AIDS (GO), Fundação Uniselva (MT), Movimento Nacional Cidadãs Positivas - HIV (DF), NEAMCES - Universidade de Brasília (DF), Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/Aids (RNP+/ DF), UNEMAT - Sinop (MT).

Foram elencados 5 (cinco) blocos de análise para os dados coletados:

- a) Algumas Considerações sobre o Mapa das Organizações Não- Governamentais ;
- b) A atuação das Organizações;
- c) Gestão das Organizações;
- d) Força de trabalho nas ONGs/AIDS do Centro Oeste ;
- e) Auto-reconhecimento de fragilidades e fortalezas.

Os blocos de análise compõem o conjunto da pesquisa e são interdependentes, assim como os gráficos, tabelas e quadros elaborados, posto que os números apresentados são integrantes da análise que é feita, levando em conta as declarações e apontamentos feitos pelos entrevistadores. Os dados levantados foram apresentados aos participantes da Oficina que expressavam suas análises e, cujas idéias eram registradas por um relator. Ao final, a leitura do texto da análise foi realizada coletivamente e aprovada pelos participantes.

Com o Estado da Arte tendo sido elaborado durante todo o processo da pesquisa, em diferentes encontros de estudo e fundamentação teórica, após a organização dos dados obtidos, exigiu o retorno à fundamentação teórica e o aconchego de autores que estão pensando as questões referentes a direitos humanos em HIV/AIDS, numa interação onde a realidade busca autores para se compreender e a fundamentação teórica se renova no encontro com a realidade.

5 RESULTADOS E PRODUTOS

5.1 Resultados e produtos esperados

- a) Mapeamento das organizações da sociedade civil de direitos humanos em HIV/AIDS na região centro-oeste;
- b) Diagnóstico coletivo da realidade das organizações da sociedade civil de direitos humanos em HIV/AIDS na região Centro-Oeste nos aspectos atuação e relação com políticas públicas, gestão, força de trabalho, fragilidades e fortalezas.

5.2 Análise dos resultados obtidos

Do total de 104 (cento e quatro) Organizações Não-Governamentais identificadas pela equipe de pesquisadores, para serem incluídas na pesquisa, 12 (doze) não foram localizadas²¹. Estas organizações são citadas em páginas de Internet oficiais governamentais, como também são de lembrança de lideranças e coordenações de Fóruns Estaduais de ONGs/AIDS. Por essas razões, infere-se que elas tenham algum tipo de atuação na sociedade, mas por situação momentânea não tenham sido encontradas. Como elas representam 11,5% do total, considerou-se que não influiriam nos resultados finais da pesquisa.

Das 92 (noventa e duas) Organizações localizadas, 8 (oito) estão com atividades suspensas²², conforme Quadro a seguir:

²¹ ASA (MT), Associação de Cooperação Agrícola do estado de Goiás (GO), Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (DF), Cidadania.com (MS), Eu sou você amanhã (GO), Grupo Atitude (DF), Grupo de Ação e Recuperação de Recursos Ambientais – GARRA (MT), Grupo Tartaruga Gay (MS), Instituto Cidade Saudável – ICISA (DF), Memorial Chico Mendes (DF), Núcleo de Estudos e Atenção à Exclusão Social (DF), Sociedade Viva Camapuã (MS). No caso do Memorial Chico Mendes, embora exista uma Organização com este nome, um dos representantes informou que esta organização não tem a ver com a temática da AIDS e, portanto, deveria ser uma outra entidade, que, embora procurada, não foi encontrada.

²² A confirmação da suspensão das atividades foi feita por meio de pessoa de referência da entidade, localizada pelos pesquisadores e com a data da entrevista realizada.

QUADRO 2: Organizações não governamentais da região centro oeste envolvidas com Direitos Humanos em HIV/AIDS, com atividades suspensas.

Nome da Organização	Estado
Assoc desportiva de Gays, Lésbicas e Transgêneros - ADGLT	GO
Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais - MS AMTR	MS
Associação Grupo de Mulheres	MS
Grupo de Orientação ao Soropositivo - GOSP HIV	GO
Grupo Luz e Cura	DF
Interativa - Projetos de intervenção	MS
Mescla Latina	MS
Vida e Liberdade	MS

Fonte: Pesquisa Traçando Redes no Centro-Oeste. IBISS|CO, 2007.

Em todas as entrevistas realizadas com as pessoas de referência²³ não se observou a decisão de fechamento definitivo da Organização, sendo que os principais motivos citados foram: ausência de condições de sustentabilidade financeira: de gestão e documental, como também, o deslocamento de lideranças para outras atividades e/ou organizações. Essas Organizações não compõem o mapa que passaremos a expor.

5.2.1 Algumas Considerações sobre o Mapa das Organizações Não-Governamentais envolvidas com direitos humanos em HIV/AIDS do Centro Oeste.

O mapa das Organizações Não-Governamentais do Centro-Oeste (anexo 4) que trabalham com a questão dos direitos humanos em HIV/Aids é composto por um conjunto de 84 (oitenta e quatro) entidades, distribuídas nas quatro Unidades da Federação: Distrito Federal 18 (dezoito); Goiás 23 (vinte e três); Mato Grosso 14(quatorze) e Mato Grosso do Sul, 29 (vinte e nove), tendo suas sedes distribuídas em 21 (vinte e um) municípios e 4 (quatro) localidades do Distrito Federal, incluindo o Plano Piloto.

QUADRO 3: Distribuição numérica das Organizações Não-Governamentais envolvidas com direitos humanos em HIV/AIDS do Centro-Oeste, distribuídas por Unidade da Federação, por município e cidades satélites:

UF / Município	Número de Organizações Não Governamentais
GO – Anápolis	04
GO – Aparecida de Goiás	02

²³ Considerou-se pessoa de referência aquela que tenha participado da direção da Organização ou seja depositário de documentos referentes à mesma.

GO – Goiânia	13
GO - Itumbiara	01
GO – Jataí	01
GO – Jussara	01
GO – Valparaíso	01
MS – Campo Grande	16
MS – Corumbá	04
MS – Coxim	01
MS - Dourados	02
MS – Nova Andradina	01
MS – Ponta Porã	01
MS – Sidrolândia	01
MS – Três Lagoas	03
DF – Plano Piloto	14
DF – Ceilândia	01
DF – Recanto das Emas	01
DF – Taguatinga	02
MT – Cáceres	03
MT – Cuiabá	03
MT – Pontes e Lacerda	01
MT – Rondonópolis	04
MT – Sinop	01
MT – Várzea Grande	02

Fonte: Pesquisa Traçando Redes no Centro-Oeste. IBISS | CO 2007.

O quadro acima demonstra que em todos os estados e no Distrito Federal, há processos de descentralização da presença de sedes das Organizações Não-Governamentais, sendo que a concentração maior é na capital dos três estados e no Plano Piloto do Distrito Federal, sendo que nestes casos, as organizações geralmente são de âmbito estadual e distrital e, especificamente, no Plano Piloto, há organizações de atuação no âmbito nacional (anexo 5).

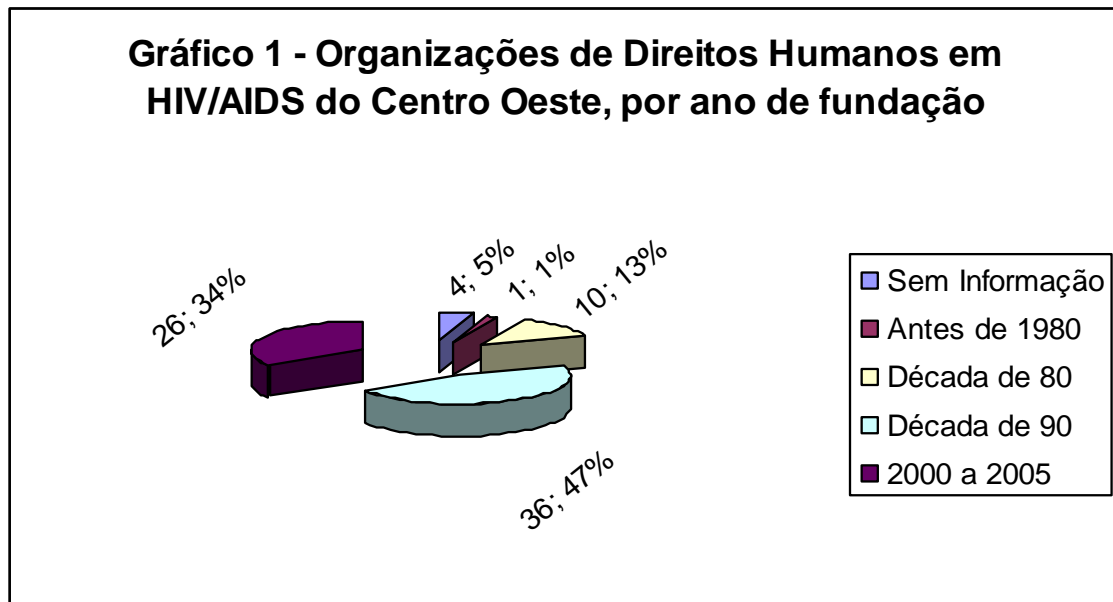
Em alguns casos, a sede está anunciada em uma localidade, porém, a área de abrangência pode ser local, estadual, regional, nacional e internacional. Os municípios-sede das Organizações representam, na verdade, a formalidade para comunicação, como também podem compartilhar a (s) unidade (s) de atenção às pessoas vivendo e convivendo com HIV/AIDS.

Embora diferentes procedimentos tenham sido executados, 7 (sete) Organizações não responderam à solicitação de entrevista²⁴, perfazendo um total de 8,5 %, das organizações

²⁴ O desencontro para a participação da entrevista, ocorreu devido à indisponibilidade das entrevistadas, posto que todas foram agendadas e desmarcadas por mais de uma vez, com instrumental e apresentação da pesquisa enviada previamente. São elas: Cfêmea (DF), Curumins Cia Teatral (MS), Centro Comunitário de Valparaíso (GO), Associação de Mulheres de Pontes e Lacerda (MT), Associação das Travestis de Mato Grosso (MT), Associação Comunitária de Educação e Assistência Social de Nova Andradina (MS), Associação Comunitária do Brasil Central (DF).

localizadas e em funcionamento. Dos contatos que a equipe de pesquisadores estabeleceu para tentar realizar a entrevista, percebeu-se que a pessoa de referência para a temática de HIV/AIDS não participa mais dos quadros da Organização ou está vinculada a outros projetos. É importante ressaltar que mesmo não tendo sido entrevistada, durante os contatos realizados observou-se que todas continuam atuando na temática dos direitos humanos em HIV/AIDS.

Pode-se afirmar que a constituição do quadro atual de Organizações da sociedade civil teve grande incremento a partir de 1990 (anexo 6), conforme revela o Gráfico a seguir:



Fonte: Pesquisa Traçando Redes no Centro-Oeste. IBISS | CO2007.

Com exceção do Hospital São Julião que foi criado no processo de atenção à epidemia de hanseníase, na década de 1940, as Organizações do Centro-Oeste mapeadas, tiveram sua origem a partir da década de 1980, sendo que a característica predominante desta década é a existência de Organizações que lutavam pelos direitos humanos de uma forma mais geral, pois o Brasil vivia sob a égide da ditadura militar. Além disso, duas Organizações do estado de Goiás (Transas do Corpo e CEVAM) caracterizam-se pelo envolvimento com as questões dos direitos das mulheres, com recortes objetivos de saúde e violência. Num olhar mais apurado, é possível encontrar nessa década, uma genealogia das Organizações fundada nos marcos da teologia da libertação, situação observada quando questionou-se os motivos e os grupos de apoiaram suas fundações.

Desse modo, pode-se localizar na década de 1990, no Distrito Federal, o surgimento das primeiras organizações envolvidas especificamente com a epidemia do HIV/AIDS. As motivações de criação têm a ver com o atendimento de pessoas e seus familiares sendo a

busca dos direitos ao tratamento em saúde o elemento central da maioria das Organizações com essa característica.

Ao buscar a identificação dos diferentes grupos que impulsionaram a criação de Organizações da sociedade civil, foram identificados pela pesquisa dois movimentos que se encontram visando a responder às necessidades de atenção às pessoas atingidas pela epidemia. O primeiro movimento é das famílias que se mobilizam em diferentes frentes, mas, a predominância nesse período é a busca de tratamento em saúde e o acolhimento. O segundo movimento ocorreu internamente nos serviços de saúde destinados ao tratamento; os trabalhadores desses serviços aliaram-se às pessoas vivendo²⁵ e seus familiares na busca de condições de atendimento às necessidades. Esse movimento dos trabalhadores em saúde, coloca-os na condição de partícipes do processo de enfrentamento da epidemia, num exercício de cidadania, criando laços importantes com um movimento externo aos serviços, composto de pessoas vivendo e convivendo com HIV/AIDS, familiares e grupos discriminados.

Um grupo significativo de organizações cita o acolhimento, inclusive abrigamento, como sendo uma necessidade de atenção às pessoas em situação de discriminação e abandono. Frisa-se que parte das Organizações de atendimento não tinha registro jurídico, pois eram compostas de grupos de pessoas voluntárias que não visavam inicialmente a legalização do atendimento prestado. Isso ocorrerá posteriormente, inclusive com pequenas mudanças nos nomes das Organizações²⁶.

Na década de 1990 surgem as primeiras Organizações com titulação emblemática da diversidade sexual. Deixam explícitos no nome da Organização, a visibilidade de gays, lésbicas, travestis e transgêneros. Se de um lado a fase da epidemia que identificava “grupos de risco”, agudizou o estigma com base na orientação e identidade sexual, de outro, impulsionou a formação de grupos que, contrapondo-se aos valores hegemônicos sexistas, até então, baseados na visibilidade heterossexual, imputaram a presença de Organizações disputando espaços nas lutas por garantia de direitos.

É possível perceber nas mudanças dos nomes das Organizações, a partir dos movimentos sociais, uma seqüência de inclusão de novos recortes das sexualidades, como o B de bissexual, o T de travesti e novamente outro T de transgêneros. A diversidade sexual passa a ser explicitada nos nomes de organizações gerais – GLBTT ou específicas. É a partir de

²⁵ Consideraremos a partir daqui a grafia vivendo para designar as pessoas que vivem com o vírus HIV. Essa decisão é feita para registrar a forma como o grupo de ativistas do movimento das pessoas que vivem com HIV/AIDS se auto denominaram graficamente.

²⁶ Aqui reside parte da justificativa porque Organizações são citadas com diferentes nomes nas páginas oficiais e ao serem entrevistadas, apresentam outras identificações.

2000 que surgem grupos com o público não heterossexual, por orientação sexual, como lésbicas e travestis, criando suas próprias Organizações.

Com base religiosa, surgiram ainda na década de 1990 duas iniciativas de atenção às prostitutas. Não se tratava de um movimento do público em tela, mas de organizações com ações de assistência social e prevenção de HIV/AIDS. Somente em 2005 surge uma Organização específica de trabalhadoras sexuais: Dignidade, Ação, Sexualidade Saúde e Cidadania - DASSC²⁷, em Corumbá-MS, fruto de um trabalho de pesquisa desenvolvido pelo Ministério da Saúde. Envolvendo os trabalhadores e trabalhadoras do comércio sexual há projetos destinados à prevenção e/ou organização dos destinatários. Contudo não há registro de outra organização autônoma na região.

Quanto às Organizações de teatro, a sua criação, embora não tenha se pautado pela temática do HIV/AIDS os grupos mapeados registram que, ao se envolverem em ações de prevenção e comunicação, surgiram novos atores sociais e metodologias no enfrentamento da epidemia. De acordo com as entrevistas realizadas, a pauta motivadora para a inserção na temática foi a disseminação de informações e a prevenção, sendo que estas encontraram grupos sensíveis para assunção da temática. Organizações da área da infância e adolescência surgiram no âmbito do movimento de implantação e implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, sendo que 04 (quatro) delas nasceram em 1993 afirmam que somente na década posterior se envolvem em projetos pontuais e/ou sistemáticos de prevenção e protagonismo dos infantes.

A partir de 2000 diversificam-se as motivações para a criação de Organizações envolvidas com HIV/AIDS incluindo as temáticas da violência, dependência química e violação de direitos vinculada à orientação e identidade sexual e à discriminação de pessoas vivendo. As ações de prevenção, defesa de direitos, visibilidade, fortalecimento e organização dos grupos eclodem como inerentes à integralidade dos direitos, sendo a AIDS um dos elementos importantes para essas organizações, mas não o único.

A missão institucional das Organizações (anexo 7) não foi explicitada por 11 (onze) delas, no processo das entrevistas. Três delas não informaram durante a entrevista e 8 (oito) afirmaram não ter missão institucional ou ainda não estar definida. Destas, 7 (sete) Organizações tem na AIDS seu foco de atuação principal, 1 (uma) é de teatro, 2 (duas) do público GLBTT e 1 (uma) vinculada à igreja católica. Dado que todas responderam ter registro jurídico, é possível que haja uma lacuna entre a documentação oficial e as respostas

²⁷ Veja-se que, embora seja uma organização de trabalhadoras sexuais, nenhum nome correlato aparece na denominação da Organização.

das pessoas que estão envolvidas com a entidade e que foram designadas para responder à pesquisa.

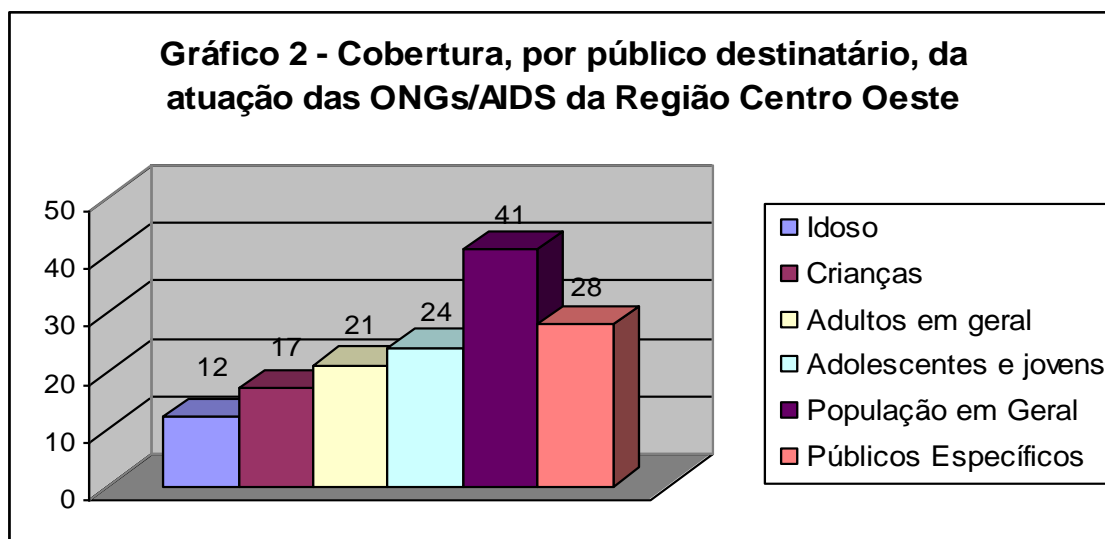
Em algumas entrevistas observou-se que a missão institucional é confundida com a ação desenvolvida ou descrevendo o público destinatário da ação, como por exemplo: *atender crianças de 0 a 12 anos com HIV/AIDS; atender a população de rua e nunca negar um prato de comida; cuidar para que pessoas vivendo consigam se manter sozinhas; cuidar da vida da menina pra que ela seja independente ou ainda atender famílias de pessoas soropositivas.*

Observou-se, por outro lado, que há Organizações que têm uma missão institucional inscrita nos seus estatutos e, de forma recorrente, estabelecem um discurso mais informal sobre a mesma como: *contribuir para o freiamento da epidemia DST/AIDS; instrumentalizar e empoderar a mulher negra; ajudar as pessoas vivendo com HIV/AIDS; valorização da mulher em todos os âmbitos; apoiar pessoas desamparadas ou lutar contra flagelo da dependência química que assola tantas famílias de nossa sociedade.*

Também há Organizações que, para responderem à entrevista, enfatizaram a missão institucional amplamente trabalhada na Organização, fixada na sede e nos seus materiais de divulgação, inclusive distribuindo informativos, como forma de firmar a sua identidade. Encontram-se neste grupo as Organizações que têm em comum a pauta da defesa dos direitos humanos de forma mais ampla.

De forma geral alguns verbos são recorrentes, como por exemplo: cuidar, apoiar, defender, promover, atender, trabalhar, resgatar, lutar, enfrentar, empoderar e combater. Esses verbos podem combinar entre si ou antagonizar, na medida em que o envolvimento na atenção aos direitos humanos em HIV/AIDS está eivado de valores com diferentes perspectivas ideológicas. Apoio e defesa podem fazer parte da mesma Organização ou contrapor-se no modo de agir com os grupos envolvidos pela epidemia.

Buscando compreender qual a cobertura geracional efetivada pelas ONGs/AIDS do Centro Oeste, obtivemos a seguinte demonstração:



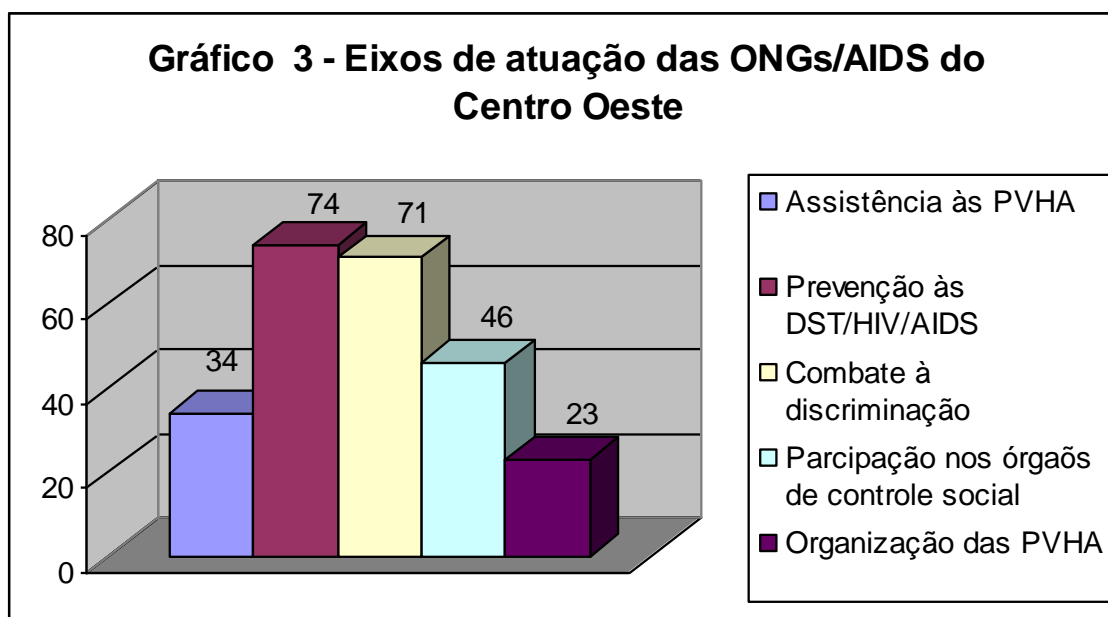
Fonte: Pesquisa Trançando Redes no Centro-Oeste. IBISS | CO 2007.

A maioria das organizações assinalou que o público destinatário das suas ações não tem recorte etário fazendo atendimento a partir de outros critérios como pobreza, grupos vulneráveis, gênero, orientação sexual, sorologia para o HIV/AIDS, motivação da sua existência, missão institucional, dentre outros. Observou-se que, quando se trata de organizações cujo foco central não é a temática do HIV/AIDS, esta foi incorporada em projetos ou ações pontuais, impulsionadas por apoio financeiro e/ou sensibilidade dos dirigentes ou ainda, por pressão das demandas surgidas.

A faixa etária com maior cobertura específica refere-se às organizações que estão envolvidas com o público adolescente e jovens que, se somado às organizações que atendem crianças, teremos 66% das ONGs/AIDS da Região Centro Oeste. É possível que esse dado esteja vinculado com as organizações que fazem prevenção, cuja atuação refere-se com adolescentes e jovens de uma maneira geral, sem especificar se são pessoas que vivem com HIV/AIDS. No caso das organizações que atendem a mais de uma faixa etária, percebeu-se que quando se trata de públicos adultos, 28 (vinte e oito) organizações especificaram qual o grupo social a quem está vinculada sua atuação, sendo enfáticos no seu público prioritário, como GLBTT, mulheres, PVHA, negros, povos indígenas, população carcerária e trabalhadoras do comércio sexual. É possível inferir que, mesmo atuando no conjunto de toda a sociedade, há prioridade na atenção aos grupos específicos, ou, além disso, surgiram para e a partir desses públicos, numa reação à epidemia, especialmente para ações de prevenção e assistência aos vivendo e convivendo com HIV/AIDS.

Diante das exigências da realidade, as Organizações passaram a agregar outros eixos na sua atuação, especialmente o combate à discriminação e o apoio à auto organização, fazendo assim um leque indissociável entre a promoção de direitos, prevenção, assistência e

protagonismo dos destinatários, e como ação transversal, a participação nos colegiados de políticas públicas pautando as temáticas em que estão inseridas, conforme pode ser visualizado no Gráfico a seguir:



Fonte: Pesquisa Traçando Redes no Centro-Oeste. IBISS | CO 2007.

O eixo da prevenção às DST/HIV/AIDS e o combate à discriminação aparecem quase que simultaneamente nas entrevistas, numa compreensão que o enfrentamento dos preconceitos é uma forma de prevenção às doenças. O preconceito, neste caso, não se reduz a quem tem ou não o vírus HIV, mas a toda a gama de discussões que perpassam não somente a AIDS e seus problemas de saúde biológica, mas também as situações e temáticas relacionadas com a epidemia e seus estigmas, como as identidades sexuais, dependências químicas, relações de gênero, raciais e de geração.

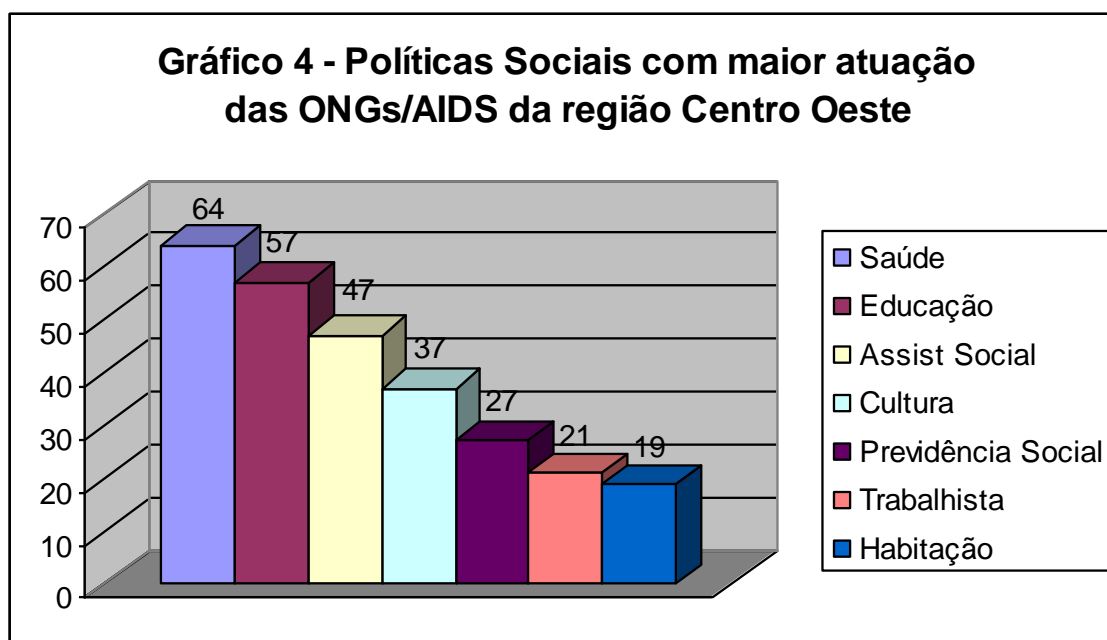
Do universo das Organizações pesquisadas, 34 (trinta e quatro) afirmaram que fazem algum tipo de assistência às PVHA²⁸ e, somente 23 (vinte e três) delas, definem como um de seus eixos de atuação institucional a organização de PVHA. Observa-se que dentre estas, a maioria absoluta tem na sua missão institucional e/ou quadro de direção, pessoas que vivem e convivem com HIV/AIDS e cujo nascedouro foi protagonizado por este mesmo público. Assim, a auto-organização é inerente à missão institucional, muito embora esta nem sempre esteja escrita ou seja verbalizada.

²⁸ Pessoas Vivendo com HIV/AIDS

5.2.2 A atuação das Organizações

Como já afirmado anteriormente, as Organizações eclodiram a partir da década de 1990, em sua grande maioria, influenciadas pelos efeitos da epidemia de HIV/AIDS e, por outro lado, impulsionadas por possibilidades de apoio financeiro dos órgãos governamentais, especialmente o Programa Nacional de DST/HIV/AIDS.

Percebeu-se, no entanto que, no seu relacionamento com as políticas sociais, não é a Saúde, seu único foco de atuação, embora seja nesta política, citada por 64 (sessenta e quatro) organizações, sua maior incidência, como se observa no Gráfico a seguir:



Fonte: Pesquisa Trançando Redes no Centro-Oeste. IBISS | CO2007.

Seguida da política de saúde, a Educação é citada por 57 (cinquenta e sete) Organizações e, observou-se que, o relacionamento se pauta, principalmente, por ações de prevenção dirigida aos adolescentes, formação de educadores e/ou executando ações de escolarização.

Na política de Assistência Social, dois focos são importantes: as distribuições de cestas de alimentos e a busca do direito ao Benefício de Prestação Continuada - BPC. É comum o relato do relacionamento das ONGs/AIDS com as Organizações Governamentais do Sistema Único da Assistência Social - SUAS que estabelecem diferentes parcerias para execução de ações inerentes a esta política, como a distribuição de cestas de alimentos e controle dos destinatários, visando a impedir a duplicidade de benefícios. Há, também,

Organizações que são executoras da Política de Assistência Social, participando da rede do SUAS, inclusive mantendo serviços educativos e jurídicos visando à inclusão de pessoas vivendo no BPC.

Na política de Cultura, observou-se que as Organizações tem atuações específicas como os grupos de teatro, por exemplo. Em outras, o elemento cultura refere-se a um conjunto de ações desenvolvidas no interior das Organizações que podem ser em parcerias com os governos, como também desenvolvimento de pequenos projetos pontuais com o seu público destinatário.

O registro da atuação na política da Previdência Social e na política do Trabalho tem a ver com o impacto que a epidemia causa no conjunto das pessoas e famílias que foram envolvidas por ela. O relacionamento com o INSS é pauta recorrente das Organizações que ouvem as queixas dos segurados como também o impacto da descoberta da soropositividade na renda familiar.

Nas entrevistas realizadas, um ponto a ser destacado é a indicação por parte de 23 Organizações que sua atuação nas políticas sociais se pauta pelo “auxílio ao poder público”. De fato, muitas delas foram criadas a partir do movimento interno do serviço público, como expusemos anteriormente e, de forma bastante explícita, realizam serviços para complementar aquilo que não é oferecido pelo setor público governamental. A identidade de movimento fiscalizatório, reivindicatório é substituído ou convive com ações e serviços de diferentes graus de complexidade, como pode-se observar no quadro a seguir:

QUADRO 4: Tipo de Serviços Oferecidos pelas ONGs/AIDS e número de citações.

Serviços Oferecidos	No. de Citações
Encaminhamento para a Rede de Serviços	52
Orientação e Apoio Familiar	47
Atendimento Psicológico	39
Orientação e Acompanhamento Jurídico	35
Apoio à auto-organização	34
Assistência Jurídica	31
Atividades Socio-recreativas	28
Providência de Documentos	24
Atividades Religiosas	20
Profissionalização	20
Terapia Ocupacional	20
Serviços de Saúde em geral	17
Colocação Profissional	16
Abrigo	14
Alfabetização	11
Exames Clínicos	8

Fonte: Pesquisa Traçando Redes no Centro-Oeste. IBISS | CO2007

A prática do encaminhamento para a Rede de Serviços é efetivada por grande parte das Organizações entrevistadas significando relações pré-estabelecidas com diferentes políticas públicas e seus serviços. Com a constatação desse dado pode-se inferir que as Organizações detêm certa respeitabilidade nos serviços, sendo que há um processo de chancela da necessidade do usuário. Embora a prática do encaminhamento exija o conhecimento da Rede, este procedimento ainda é pouco registrado, visto que não é valorizado quando se refere à garantia de direitos. Além disso, para a realização do encaminhamento é necessário o conhecimento da Rede, a acolhida, a coleta de informações necessárias, infra-estrutura e uma série de outras ações que requerem tempo, dedicação e compromisso para acompanhar a demanda até o seu atendimento.

Quanto à orientação e o apoio familiar percebeu-se que é uma prática cotidiana das Organizações, que podem responder tanto às pequenas solicitações, como o endereço de onde conseguir o vale-transporte ou casos de maior complexidade que podem envolver situações de discriminação, direitos trabalhistas e previdenciários, violência e (in)visibilidade da sorologia e a mediação de conflitos.

Aliado aos dois procedimentos anteriores, aparece de forma importante a ocorrência do atendimento psicológico, observando nas entrevistas que diferentes concepções podem estar presentes nesta afirmativa, como exemplo, algumas Organizações compreendem a acolhida, a entrevista e as atividades grupais, como sendo atendimento psicológico. Conforme registro de um dos pesquisadores “[...] a Organização considera o atendimento religioso como modalidade de atendimento psicológico”. Ainda neste quesito, aparece a presença da Organização como campo de estágio para estudantes de psicologia. O atendimento psicológico é realizado com frequência por meio de parcerias, com serviços públicos e universidades, não sendo realizados necessariamente na sede da Instituição. A presença de profissionais de psicologia na Instituição não garante em si, o atendimento psicológico.

Das Organizações que prestam assistência jurídica ou orientação, percebeu-se que não se destinam exclusivamente as temáticas do HIV/Aids, posto que algumas delas participam de outras redes de garantias de direitos. daquelas que atendem diretamente demandas de ordem jurídica o foco principal é o acesso aos direitos em saúde, previdência e assistência social. Constatou-se que a defesa de direitos por meio de orientação e assessoria jurídica, foram elementos incorporados pelas organizações cujo foco central é a temática da Aids. As Organizações, já existentes, de defesa jurídica na região, especialmente as dos Centros de

Defesa dos Direitos Humanos – CDDH, pontualmente incorporaram e implementaram projetos de defesa jurídica.

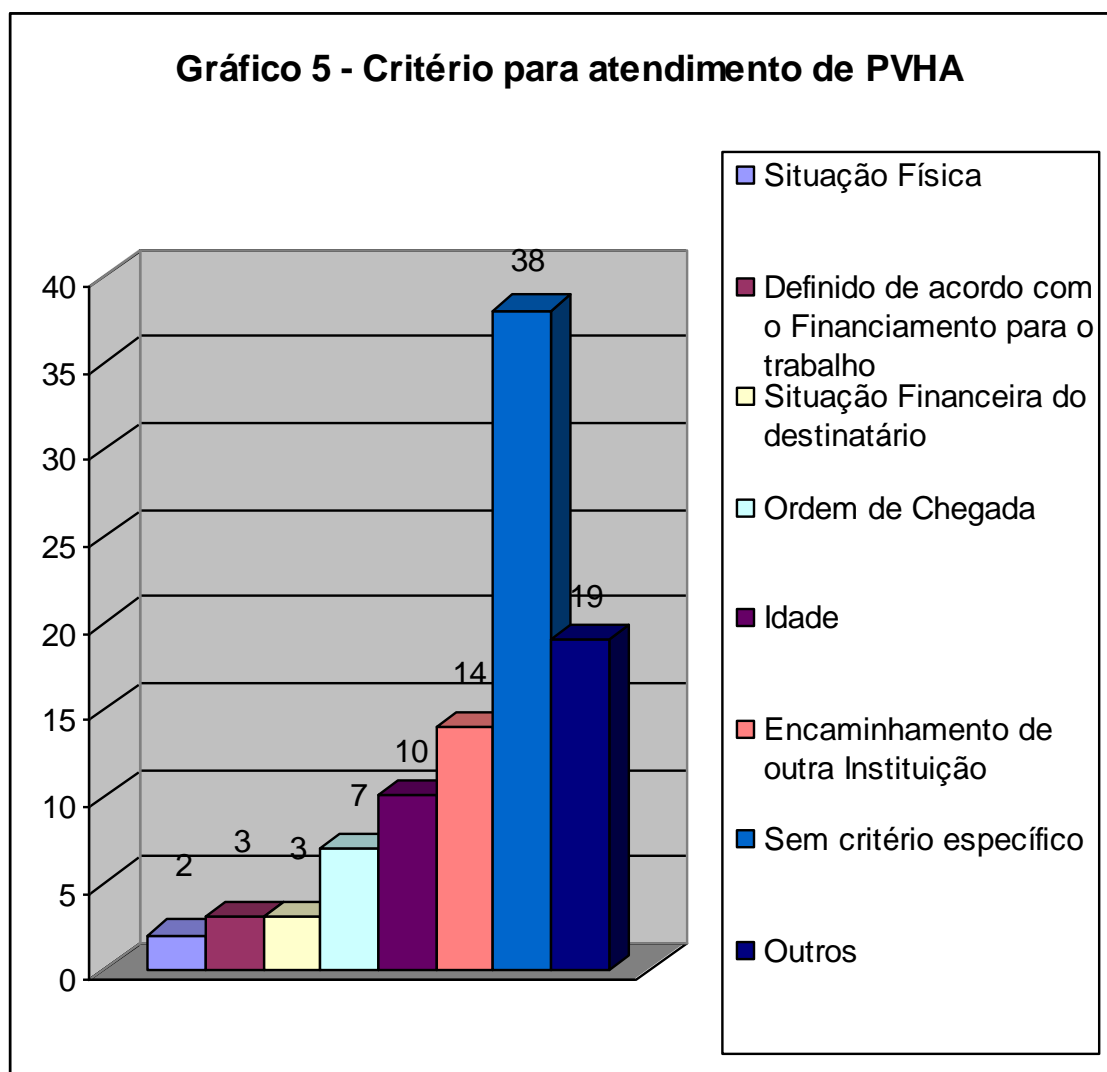
Nas ações de apoio à auto-organização, é preciso registrar que algumas entidades foram disseminadoras da possibilidade da criação de novos grupos e Organizações que surgiram com as demandas dos destinatários da primeira. Aparecem como ações de apoio à auto-organização as atividades destinadas ao fortalecimento das diferentes redes, como a RNP+ e a Cidadã Positiva, que podem transitar entre diferentes Organizações.

Dentre as possibilidades de atuação, aparece com menos de 40% de incidência de ações de providência de documentação, atividades sócio-recreativas, religiosas, profissionalização, terapia ocupacional, colocação profissional e alfabetização. É importante frisar que estas atividades não são exclusivas do público envolvido com a epidemia da Aids.

Enfatiza-se, também, que na questão do abrigo 14 (quatorze) Organizações realizam esta ação com diferentes públicos e tempos de permanência. Há abrigos específicos para a infância, que fazem atendimento pontual e permanente podendo incluir crianças em situação de agravamento de doença com retorno posterior para a família, ou então, quando a criança aguarda família para adoção. No caso dos abrigos para a população adulta a predominância é da existência de casas de passagem, ou como a maioria se autodenomina, Casa de Apoio. De forma análoga, ao que se passou com os CDDHs, alguns abrigos existentes para o atendimento à outros públicos passaram a atender PVHA, implementando suas ações após a política de incentivo financeiro realizada pelo Sistema Único de Saúde, embora a maioria seja integrante da Rede SUAS.

Sobre os critérios para atendimento, a primeira questão a ser levantada é que o conceito de atendimento é compreendido, pelo senso comum como ações específicas para a temática do HIV/AIDS, sem descortinar outras necessidades que a população tem, especificamente, neste caso, as PVHA, como por exemplo, a convivência e orientações diversas, inclusive as não específicas da temática do HIV/AIDS.

Sobre o atendimento, as organizações entrevistadas, responderam de forma diversificada e em mais de um quesito, como pode ser observado no gráfico que segue:



Fonte: Pesquisa Trançando Redes no Centro-Oeste. IBISS | CO2007.

As organizações que não possuem um critério específico representam 49,5% do total das entrevistas. Em outras entrevistas encontramos mais de um critério para a realização de atendimento. A ausência de critério específico para atendimento, pode denotar por um lado, que não há seleção para o atendimento. Isso pode ser encontrado tanto nas organizações que são específicas da temática do HIV/AIDS como organizações gerais que tem outras temáticas como ponto central. No primeiro grupo, ao não se definirem os critérios, é possível que o acolhimento seja amplo como também são únicas referências para as pessoas vivendo, não tendo, essas pessoas, outra alternativa que não sejam essas organizações citadas.

As organizações que têm outras temáticas como ponto central e informaram não possuírem critério para atendimento, há dentre elas, organizações em que a sorologia é irrelevante para acesso aos serviços oferecidos pela entidade. Entende-se que essa irrelevância pode significar acesso a bens e serviços de forma igualitária aos demais cidadãos. No entanto,

é possível também que a invisibilidade da sorologia pode levar a temática do HIV/AIDS a estar fora do cotidiano, como por exemplo, uma organização que responde: “aqui atendemos todas as mulheres e não importa se é HIV positivo ou não”. É como se ser mulher e ser mulher com HIV/AIDS não houvesse diferença.

Para 14 (catorze) organizações o seu público já vem referenciado por outros serviços e entidades, ou seja, mantém atendimentos específicos que denotam certo grau de especialidade. Neste critério, encontram-se majoritariamente os abrigos e atendimentos especializados com dependência química.

O critério idade é apresentado também por organizações com a temática específica de HIV/AIDS quando o atendimento refere-se exclusivamente às crianças. Quando a organização é de atendimento a todas as pessoas vivendo, nestas, as crianças estão também incluídas. Assim, o recorte etário não está colocado para as crianças quando as organizações são para público em geral. No caso de abrigos que atendem mulheres vivendo, todos atendem também crianças. No caso dos abrigos que atendem homens exclusivamente, o critério é o não atendimento de crianças.

Dois critérios têm a ver com uma prática também realizada nos serviços governamentais: ordem de chegada e lista de espera. As organizações que assinalaram essas alternativas têm vínculo direto com atendimentos individuais, disponibilizando serviços da rede de saúde, inclusive compartilhando ambientes físicos com o SUS.

Quando o critério de atendimento assinalado foi que este ocorre mediante a existência de financiamento, observou-se que tratam-se de organizações que disponibilizam assistência emergencial na área de alimentação, como as cestas básicas, tendo como apoio tanto as organizações governamentais como as doações de pessoas físicas e jurídicas. Neste caso, as Organizações Não-Governamentais são arrecadoras e distribuidoras de benefícios pontuais.

Os critérios de atendimento vinculados à situação física e situação financeira das PVHA foram assinalados por organizações que realizam atendimento emergencial temporário e abrigamento. Assim, as organizações atendem pessoas que estão em situação de extrema vulnerabilidade, grupos que as políticas públicas governamentais não os alcançam ou não dispõem de serviços.

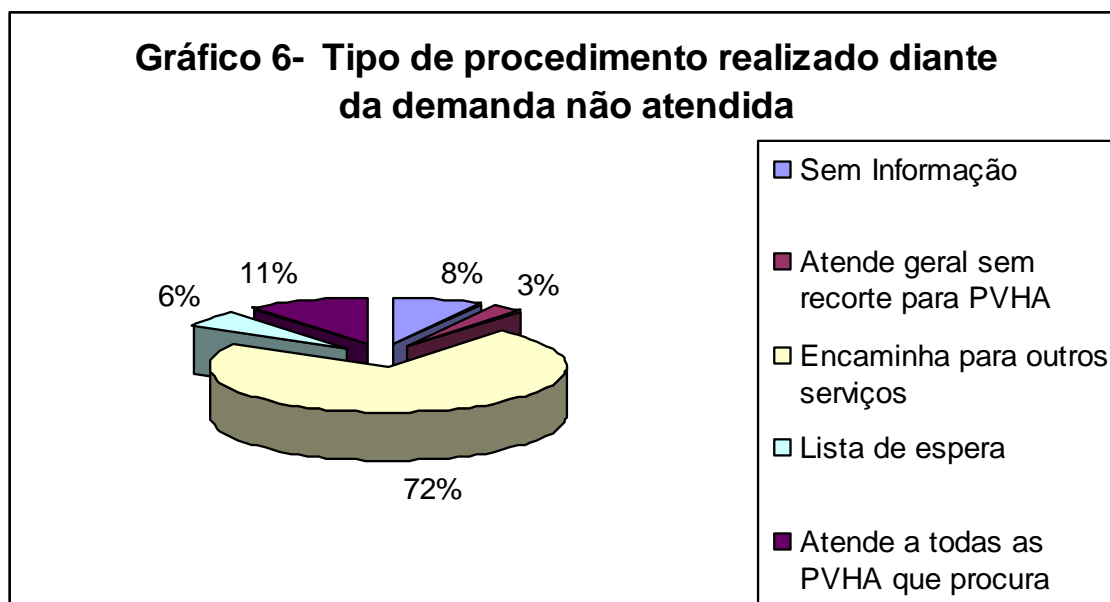
Dentre os que assinalaram o item “outros”, estão as organizações que afirmaram não atender PVHA, definindo sua atuação como sendo somente de prevenção e não verbalizam se há pessoas vivendo no conjunto das ações da organização. Embora tenham ações de execução direta com diferentes públicos, afirmam não fazer recortes para as pessoas

vhivendo. Dentre estas, estão 02 (duas) organizações que fazem o recorte de gênero e orientação sexual.

Também estão neste grupo “outros” 05 (cinco) organizações que afirmaram que esta questão não se aplicava a elas, posto que não chegam pessoas vhivendo e convhivendo para atendimento direto, muito embora já tenham desenvolvido ou desenvolvem projetos na temática do HIV/AIDS. Estas organizações mapeadas se reconhecem como envolvidas no enfrentamento da epidemia, apresentam uma dicotomia entre prevenção e atendimento, possivelmente baseada na incompreensão do que é atendimento. No entanto, é possível também que organizações que desenvolveram projetos e ações na temática do HIV/AIDS mantenham-se distantes e alheias ao conjunto de pessoas vhivendo e toda a gama de discriminação e preconceito, numa atitude de negação do seu papel social e do impacto e importância dessa epidemia, ou então, não tem informação sobre a dimensão da epidemia e o quanto ela está presente no cotidiano da sociedade.

Ainda neste grupo 04 (quatro) organizações não informaram o critério de atendimento, inclusive afirmando que o estabelecerão posteriormente.

Sobre os procedimentos adotados quando surgem demandas que as Organizações não podem atender, a pesquisa obteve as seguintes respostas:



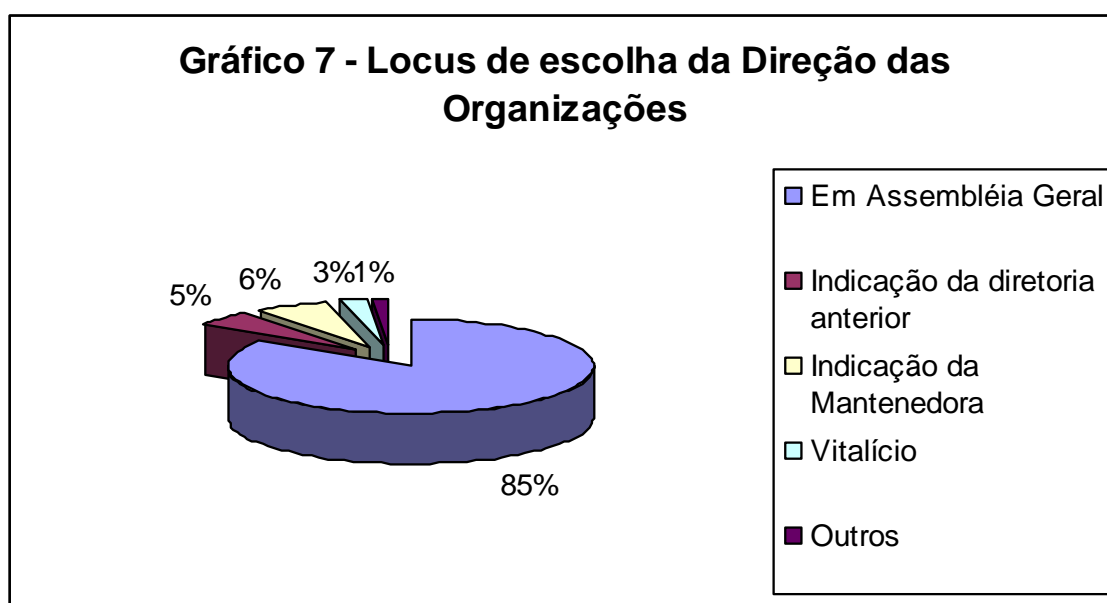
Fonte: Pesquisa Trançando Redes no Centro-Oeste. IBISS | ,CO2007.

Percebeu-se novamente nessa resposta o trabalho articulado entre as diferentes organizações e serviços que estão envolvidos na epidemia do HIV/AIDS. Observou-se que o encaminhamento tem uma ação anterior que é a busca a articulação com o serviço que está sendo demandado, é de conhecimento de pessoas das organizações quais as pessoas com suas necessidades que podem ser encaminhados e quais os serviços mais preparados. A lista de

espera referiu-se apenas a algumas organizações que tem projetos com públicos determinados e um conjunto de organizações afirma que atende a todas PVHA que a procura. Neste caso, em especial, são organizações exclusivas de atendimento a este público e, mesmo atendendo a todas as pessoas, realiza encaminhamentos para um conjunto de organizações com vistas à atenção às necessidades.

5.2.3 Gestão das Organizações

A pesquisa privilegiou, também, o levantamento sobre a forma de escolha dos gestores das Organizações Não-Governamentais, obtendo-se as seguintes características, conforme o Gráfico:

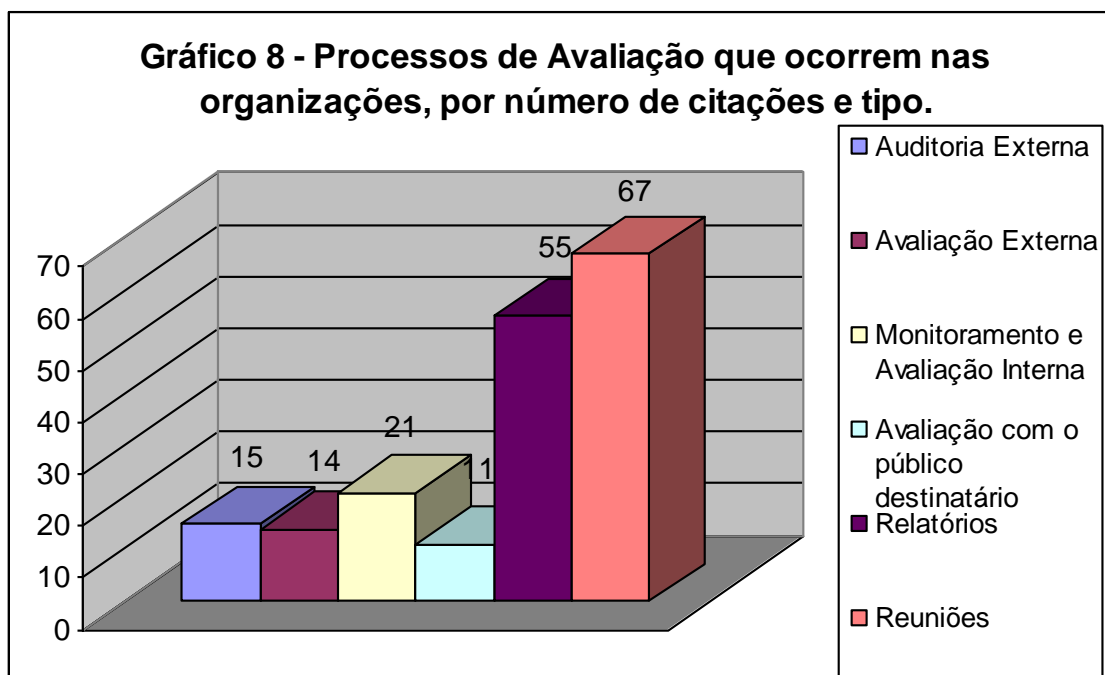


Fonte: Pesquisa Trançando Redes no Centro-Oeste. IBISS | CO2007.

A eleição da direção por meio de Assembléia foi o elemento marcante do processo de escolha, na quase totalidade das Organizações entrevistadas, sendo que apenas duas Instituições, referem-se à inexistência de processos eleitorais, sendo dirigidas por pessoas ligadas a estruturas religiosas. Mesmo aquelas que têm seus dirigentes indicados pelas mantenedoras, registram a presença de conselhos e colegiados para a tomada de decisões sobre a indicação dos gestores da Organização mantida. Esta informação permite afirmar que na grande maioria das Organizações pesquisadas, há processos decisórios coletivos periódicos, possibilitando mobilidade de pessoas no acesso a cargos de direção, podendo haver mudanças na condução dos serviços e dos rumos da organização. Externamente podem

ocorrer pressões ou coerção em grupos e movimentos impulsionados por conjunturas políticas e pela própria atuação dos órgãos governamentais e financiadores.

No que se refere aos processos de avaliação das Instituições, percebeu-se que os procedimentos que ocorrem na sociedade civil, primam por ações coletivas, tendo no quesito reunião uma característica de 87% das Organizações entrevistadas, como pode ser observado a seguir:



Fonte: Pesquisa Trançando Redes no Centro-Oeste. IBISS | CO 2007.

Percebe-se que atividades de caráter coletivo estão colocadas no cotidiano das organizações e, mesmo que perto de 20% tenham sistemas de auditoria e avaliação externa, estas estão aliadas a processos de monitoramento e avaliação interna, com participação das pessoas do cotidiano da organização. É preciso considerar que há vários mitos que envolvem a avaliação externa, bem como perspectivas teóricas que defendem o distanciamento do avaliador como forma de garantir uma pretensa neutralidade e a validade do processo de avaliação. Esses procedimentos de avaliação e monitoramento como exigência técnica e de padrões impostos por financiadores e governos são estranhos à cultura de gestão da maioria das ONGs/AIDS.

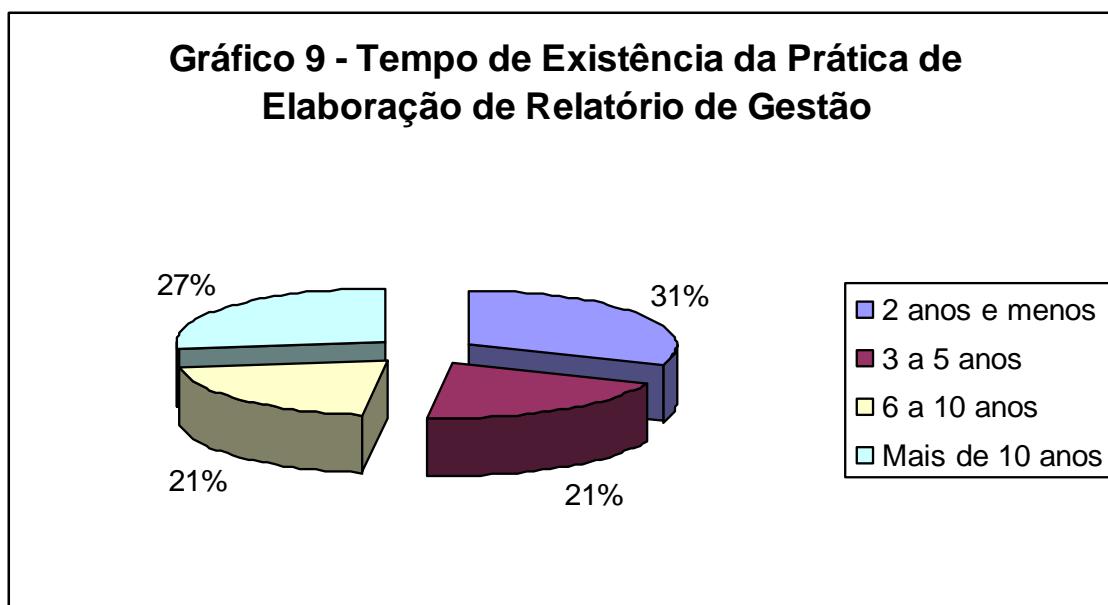
A fragilidade da avaliação se dá quando o questionamento é feito sobre a participação do público destinatário dos processos de avaliação, posto que as organizações que afirmaram a ocorrência dessa forma de avaliação, foram de menos de 15%. É importante lembrar, nesse aspecto que, quando se trata de organizações, cujas organizações são as próprias pessoas vivendo e convivendo com HIV/AIDS, o público destinatário e dirigente podem ser

constituídos em um mesmo público, com isso, a participação em processos internos, em tese, poderia ser também ser considerado como avaliação com participação dos destinatários.

Das Organizações que afirmaram realizar avaliação externa, a pesquisa revelou que nem sempre conseguem aliar os procedimentos técnico-metodológicos com o seu cotidiano. Pode-se afirmar, portanto, que a avaliação externa não pode ser cumprida como mero instrumento burocrático para ser apresentado às agências financiadoras e nem deve ser compreendida como alheia à Organização, mas como um processo construído no cotidiano de suas atividades, como uma ação pedagógica que leve à revisão de suas práticas, metas e objetivos.

Ao serem questionadas se realizam “Relatório de Gestão”, 79% das Organizações afirmaram que esta é uma prática da gestão das Entidades. Percebeu-se, no entanto, que um conjunto significativo das organizações confundem o Relatório de Gestão que é um documento com normas técnicas específicas e necessário para o cumprimento de exigências na conquista de titulações, com relatórios de projetos para apresentação aos financiadores. Em alguns colegiados, como os Conselhos Municipais, Estadual e Nacional de Assistência Social, o Relatório de Gestão é documento obrigatório para concessão de registros e certificados. De fato, é prática das organizações relatar suas atividades sendo que isso é feito, como rotina, de forma escrita ou verbal, sem que, tenha um caráter técnico mais aprofundado ou cumprindo regras legais, para a maioria.

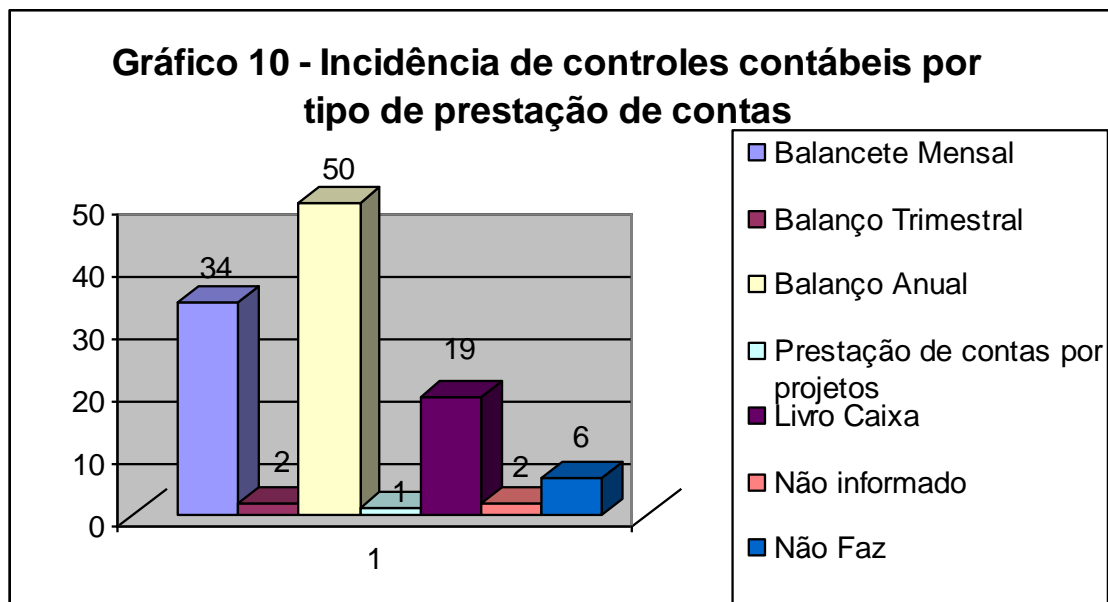
Ressalte-se que as organizações que tem registro ou certificado emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social, assinalaram manter regularidade na elaboração do Relatório de Gestão. Ao questionarmos há quanto tempo essa prática é desenvolvida, 09 (nove) organizações responderam não saber o período. Dentre aquelas que informaram o período, obtivemos o seguinte gráfico:



Fonte: Pesquisa Trançando Redes no Centro-Oeste. IBISS | ,CO2007.

Percebe-se que 73% das Organizações elaboram Relatório de Gestão há menos de 10 (dez) anos que, no processo histórico de ordenamento jurídico para as organizações da sociedade civil, coincide com a Lei 9790 de 1999. As orientações que foram sendo feitas, especialmente pelos Conselhos da Assistência Social que possuem um conjunto de normativas para o registro das organizações não governamentais e, dentre os documentos a serem apresentados, está o Relatório de Gestão. Ao observarmos que 31% faz o Relatório de Gestão há menos de 2 (dois) anos, aliados às 9 (nove) organizações que não sabem há quanto tempo fazem e outras 16 (dezesesseis) que afirmam não realizar, temos aí, sem dúvida uma fragilidade importante na gestão das Organizações. A ausência dessa documentação pode ser compreendida, como afirmou uma delas, “uma burocracia a mais” ou uma possibilidade de construção de uma ação estratégica de sustentabilidade técnico-política para a sociedade que, de forma regular e constante, precisa demonstrar e documentar sua atuação para os órgãos fiscalizadores e/ou financiadores. Sobre as organizações que há mais de 10 (dez) anos fazem Relatório de Gestão, ao verificarmos parte da sua trajetória, percebeu-se que um dos elementos importantes é que sua atuação ocorre em mais de uma área das políticas sociais, tendo aporte financeiro importante de organizações internacionais. Também é dessas organizações o maior número de registro no Conselho Nacional de Assistência Social- CNAS, que pode nos indicar que a documentação é realizada por uma conjugação de decisão política de realização, como de exigência legal para obtenção de titulação que garanta alguns benefícios decorrentes de seus registros legais.

Visando aprofundar sobre as formas de avaliação e acompanhamento da gestão das organizações, a pesquisa perguntou sobre os tipos de controles contábeis executados na organização, obtendo o gráfico abaixo:



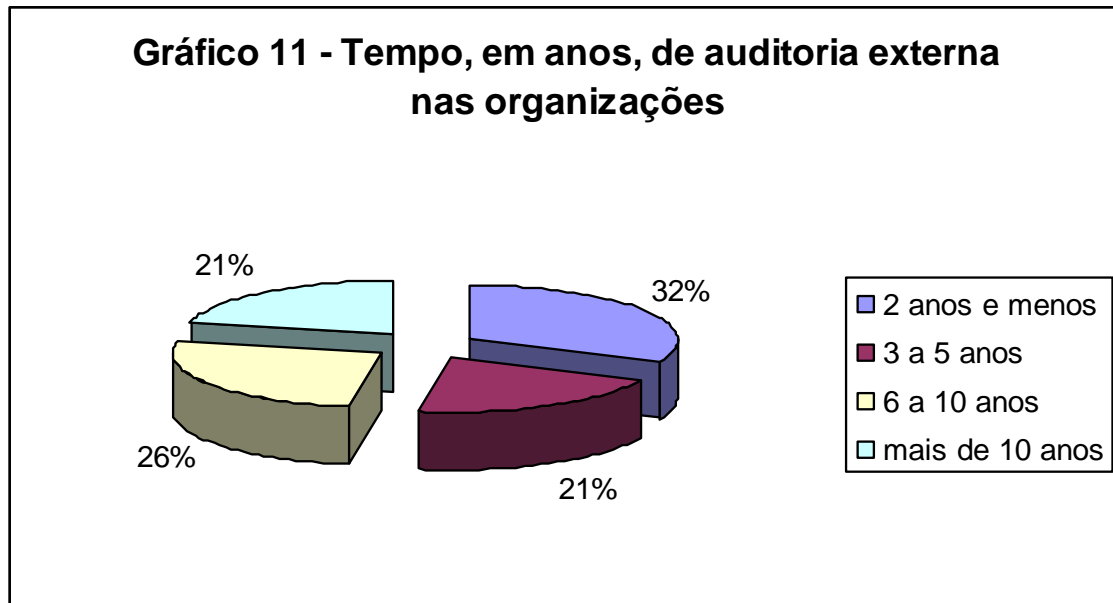
Fonte: Pesquisa Traçando Redes no Centro-Oeste. IBISS | ,CO2007.

Ao observarmos os dados, percebeu-se que 65% afirmam fazer balanço contábil anual. Embora outros 35% não afirmem essa prática exigível legalmente, as organizações que afirmaram não fazer ou utilizar formas de controle como livro caixa ou apenas balancetes mensais, são, em sua maioria composta por grupos que não tem financiamento público, tendo suas ações realizadas com doações e apoios governamentais em bens e serviços e, inclusive, sem movimentação de contas bancárias. Dentro deste grupo ainda, há organizações que somente fazem prestação de contas por meio de livro-caixa que registra doações e utilizações de bens, serviços e material de consumo.

O balancete mensal é citado por 34 (trinta e quatro) organizações cuja apresentação dos mesmos pode ser uma prática de um documento completo com toda a movimentação financeira, como também pode ser a exposição em quadro mural dos valores financeiros, bem como doações em espécie que foram conseguidas pelas organizações. Neste quesito, especialmente, percebeu-se que independe o tamanho financeiro das organizações para que esse procedimento aconteça, pois cada organização desenvolveu processos de maior ou menor complexidade e de diferentes formas de divulgação.

Um dos procedimentos recomendados para obtenção de titulações legais é a realização de auditoria externa. Podemos observar que apenas 36% afirmam realizar auditoria externa. Dentre estas, 09 (nove) não souberam informar há quanto tempo fazem auditoria. Das 19

(dezenove) organizações que informaram o tempo que realizam a auditoria externa, temos a seguinte distribuição temporal:



Fonte: Pesquisa Trançando Redes no Centro-Oeste. IBISS | ,CO2007.

A prática de gestão de Auditoria Externa somente é realizada há mais de dez anos por 4 (quatro) Organizações pesquisadas na região centro-oeste, que são aquelas que vem do movimento de direitos humanos nascido na década de 1980 e que tem na sua base de financiamento, organizações internacionais de Direitos Humanos. Nessas organizações, os próprios financiadores impulsionaram os processos de auditoria externa e, compõem no processo de orçamentação, valores referentes à contratação de auditoria.

Daquelas que fazem esta prática há menos de cinco anos (53% das que fazem), observou-se que a diversificação de apoiadores financeiros foi importante para a implantação da auditoria, compondo, na solicitação financeira, verba específica para esse processo. No entanto, ao questionar as organizações, cujo financiamento principal é governamental, percebeu-se que não há a prática de custeio de auditoria por parte dos órgãos públicos, como inerentes ao processo de gestão.

A diferença entre o número de organizações que afirmam fazer o Relatório de Gestão (52) e a Auditoria Externa (19) sendo questionada entre aquelas que fazem o primeiro e não o segundo, a questão central colocada está em quê, para o Relatório de Gestão, conta-se com o próprio corpo de técnicos da entidade e mesmo voluntários e apoiadores. No caso da Auditoria, o custo financeiro dificulta a contratação, pois não há apoio por parte da maioria dos financiadores. Como observou uma das pesquisadoras, a maioria das organizações que entrevistou, trabalha com praticamente tudo que arrecada nas atividades finalísticas, sendo a gestão colocada como de difícil financiamento e, portanto, feita “conforme se consegue”,

como também há poucos estagiários e apoio das universidades para essa área. Para uma das entrevistadas “como que o governo quer exigir a auditoria externa se não podemos custear nem mesmo as ações administrativas da organização com o repasse para os projetos?”.

Ao observarmos as fontes de recursos das organizações, poderemos compreender parte dos problemas porque passam as ONGs/AIDS do Centro Oeste, como apresentado no quadro a seguir:

QUADRO 5: Fontes de Recursos das ONGs/AIDS e número de citações

Fonte de Recursos	No. Citações
Doações	47
Governo Federal	41
Eventos, Promoções e Campanhas	28
Governo Estadual	24
Organizações Internacionais	21
Governo Municipal	19
Contribuição dos associados	17
Empresas Privadas	14
Prestação de serviços	11
Organizações Religiosas	4
Institutos e Fundações	3
Próprio	2
Poder Judiciário	1
Parcerias Diversas	1
FNAS /FMAS	1

Fonte: Pesquisa Traçando Redes no Centro-Oeste.IBISS | ,CO2007.

Há uma diversificação importante nas fontes de recursos das organizações não governamentais, tendo como a principal, as doações, representando 61% do total de organizações entrevistadas, seguida do acesso a recursos provenientes do Governo Federal com 53% das organizações. As citações das Organizações sobre o acesso a recursos provenientes dos governos estaduais e municipais, se somadas, perfazem 43, número próximo ao total que sozinho o governo federal foi citado (41 vezes). Dado que o processo de descentralização dos recursos federais, no que tange ao Programa de HIV/AIDS, já ocorre há mais de 5 anos, verifica-se que ainda não estão estabelecidos critérios de regularidade do acesso aos fundos públicos para as ONGs/AIDS, sendo ainda menor o acesso no âmbito municipal, somente sendo citado por 19 (dezenove) organizações. Note-se que o acesso a recursos de organizações internacionais foi citado por 21 (vinte e uma) entidades.

Os quesitos eventos, promoções e campanhas como também a contribuição de sócios demonstram que a sustentabilidade financeira tem sido operada por mobilização das próprias pessoas envolvidas que se voluntariam na busca de sustentação para as atividades das

Organizações. Assim também aparece a prestação de serviços (11 citações) como fonte possível. Neste item, especificamente, as ONGs/AIDS têm transformado seu conhecimento técnico e político sobre a gama de assuntos que envolvem a epidemia em possibilidades de desempenho de atividades que traga retorno financeiro. Ministrando cursos, palestras e oficinas, atividades desenvolvidas internamente nas organizações, passa a ser um produto que pode ser oferecido a outras organizações governamentais e não governamentais, como também a empresas.

Causa surpresa, nesta questão, a pouca citação dos Fundos Nacional e Municipais de Assistência Social, posto que 47(quarenta e sete) organizações, conforme gráfico 3, anteriormente apresentado, afirmaram relacionar-se com a Política de Assistência Social e no Quadro 4, quando elencou-se o tipo de serviços oferecidos pelas Organizações, uma grande parte deles, é de financiamento possível, como Serviço de Ação Continuada da Assistência Social. Cite-se de forma indubitável os abrigos e casas de passagem que inclusive estão classificados como de média e alta complexidade no Sistema Único de Assistência Social – SUAS. É possível, então, que essa fonte de financiamento não esteja sendo acessada pelas ONGs/AIDS ou, de outra forma, o relacionamento com Órgão Gestor da Assistência Social esteja sendo por meio do repasse de produtos e recursos humanos, não havendo disponibilidade de recursos financeiros na forma de convênios e contratos. Há ainda a possibilidade que as ONGs/AIDS estejam recebendo recursos e não os reconheça como sendo dos fundos da Política de Assistência Social.

Embora apareça com apenas uma citação, o Poder Judiciário tem sido parceiro de algumas Organizações Não-Governamentais por meio da designação das entidades para recepção de serviços, materiais de consumo e bens seja para o cumprimento de penas alternativas ou de produtos apreendidos e em condições de consumo e/ou comercialização. Neste caso, o recurso inicialmente não é financeiro, mas pode se constituir em aporte significativo para sustentação do cotidiano das entidades.

5.2.4 Força de trabalho nas ONGs/AIDS do Centro Oeste

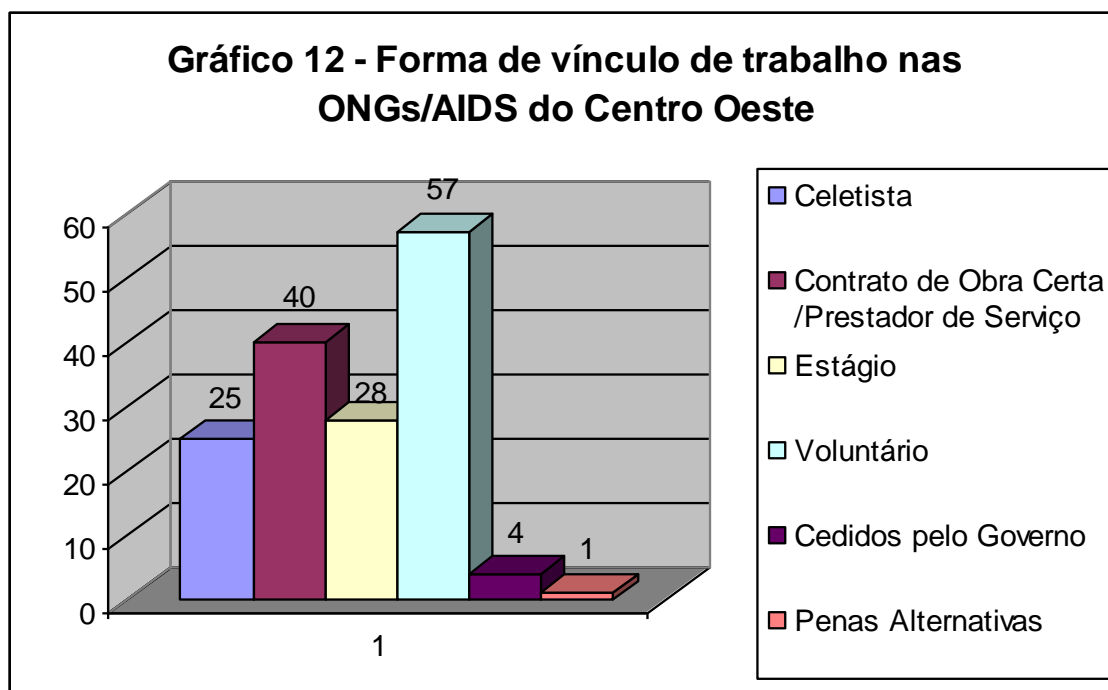
A força de trabalho que compõe as ONGs/AIDS é diversificada na forma de ingresso, vínculo de trabalho e formações profissionais. A forma de ingresso ao trabalho pode ser por meio de seleção, busca de estágio, cedência por Órgãos Governamentais ou na forma de demanda espontânea a partir da informação sobre as atividades desenvolvidas pelas

Organizações Não-Governamentais. Independentemente da forma de acesso, conta como importante a entrevista inicial com pessoas das organizações, em especial para conhecimento da entidade, suas temáticas e verificação de perfil para o trabalho.

A mobilização de recursos humanos pode ocorrer por divulgação e seleção pública, indicação de membros da entidade, encaminhamento de Universidades, convênios com órgãos públicos ou demanda espontânea de voluntários. Se, de um lado, há a busca de profissionalidade no desenvolvimento das atividades das Organizações, de outro, observou-se que 32% das organizações compõem sua força de trabalho com pessoal indicado por aqueles que dirigem as organizações. Mesmo que insinue uma atitude pouco democrática, a indicação, conforme afirmaram gestores de ONGs/AIDS, mesmo que pareça contraditória à prática democrática, a contratação de recursos humanos precisa primar pelo perfil e identidade com a causa. O preparo universitário, capacitações prévias e disponibilidade para o trabalho, não são suficientes para sensibilidade com a causa e desenvolvimento de padrões éticos comprometidos com os destinatários das ações das entidades.

A busca do equilíbrio entre a qualidade técnica e o comprometimento político torna-se uma demanda no processo de composição da equipe das Organizações, considerando que, dentre elas, há diferenças na compreensão do papel e forma de atuação junto aos destinatários de suas ações, não havendo, portanto, possibilidade de um perfil prévio para o conjunto das Organizações, mas cada qual tem seus critérios de avaliação para ingresso da força de trabalho.

O tipo de vínculo de trabalho também é diversificado conforme apresenta o gráfico a seguir:



Fonte: Pesquisa Trançando Redes no Centro-Oeste. IBISS | ,CO2007.

A forma de vínculo mais presente é o voluntário, sendo citado por 74% das organizações, sendo que também foi considerado pelas organizações o grupo dirigente e aquelas pessoas envolvidas em ações pontuais. Percebeu-se que a presença de voluntários exclusivamente ocorre nas organizações que não tem financiamento das ações, como também os grupos que se auto-organizaram. A situação de legalidade da presença dos voluntários nas organizações não foi observada durante a pesquisa, sendo percebido um certo receio por parte de gestores das organizações, quando o voluntariado não está regularizado, podendo advir problemas trabalhistas.

O contrato por obra certa vinculando o desenvolvimento de ações com prestadores de serviços temporários e pontuais foi citado por 40 (quarenta) Organizações. Esse dado deriva diretamente do tipo de sustentação financeira das ONGs/AIDS que é feito majoritariamente por projetos conveniados com Órgãos Públicos. Os projetos em regra geral, impedem a contratação com carteira assinada e recolhimento de direitos trabalhistas. A própria elaboração dos projetos, para a concorrência em editais pontua a contratação de “consultores”, modalidade disseminada pelas orientações emanadas a partir do financiamento do Banco Mundial. O contrato por obra certa implica em vulnerabilidade trabalhista para as Organizações Não-Governamentais na medida em que a Justiça do Trabalho não reconhece a legalidade das orientações emanadas pelas Coordenações de DST/AIDS no que se refere às formas de contrato e custeio dos direitos trabalhistas, ficando à cargo das entidades conveniadas o ônus da questão em tela.

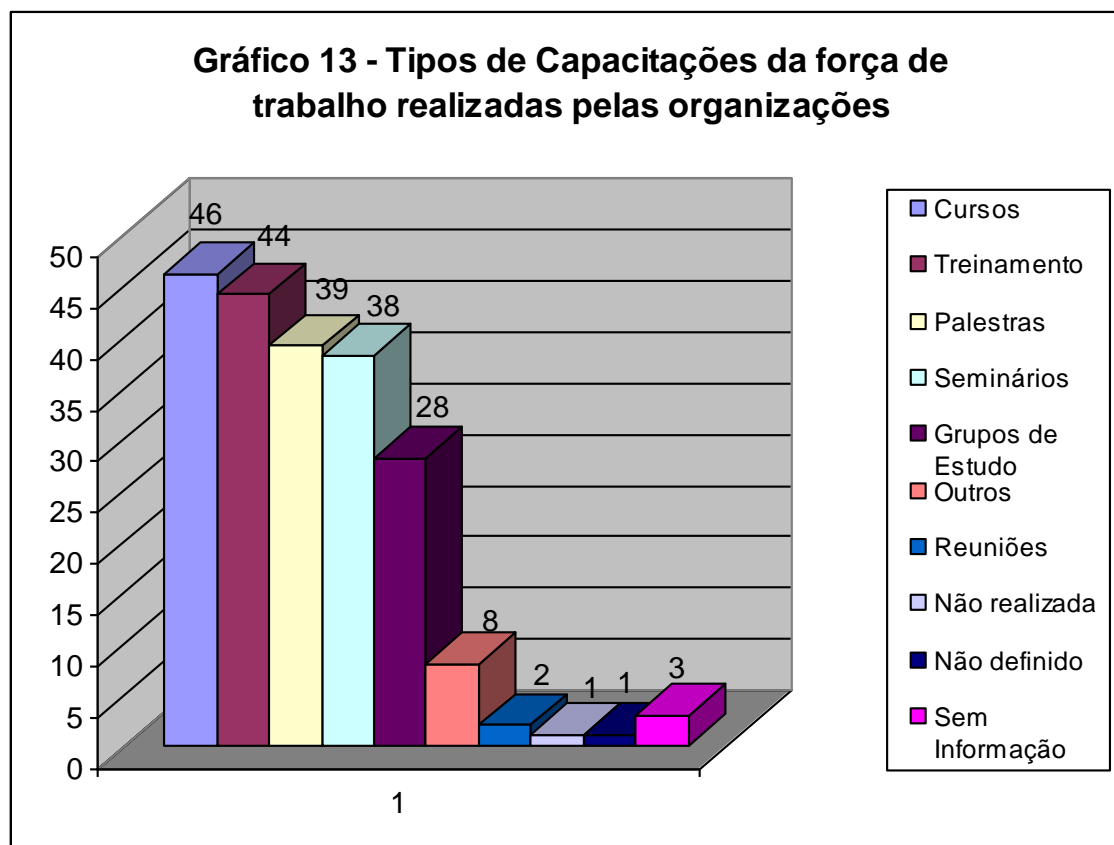
As contratações com carteira assinada ocorrem por tempo determinado e indeterminado e apresenta maior incidência nas instituições religiosas e que tem diversidade de financiadores, principalmente fontes internacionais, como também aquelas que têm o Certificado de Entidade Beneficente da Assistência Social – CEBAS, cujo documento a isenta de uma série de recolhimentos tributários.

A presença de estagiários, citada por 28 Organizações, tem motivações diversas e importantes, como a presença de recursos humanos com qualificação, a preparação de futuros trabalhadores da Organização e parcerias, como também e fundamental, a diminuição de encargos trabalhistas. Por parte dos entrevistados, ocorreram comentários no sentido de se reconhecer que a presença de estagiários tem custos para a Organização, posto que há necessidade de supervisão profissionalizada e específica, orientação e condições mínimas para o trabalho como auxílio locomoção, bolsas e espaços para estudos e pesquisas .

Os cedidos por meio de convênios públicos podem ser uma fonte de recursos humanos importantes, como também pode ser uma dificuldade para as Organizações, posto que não tem governabilidade sobre a seleção das pessoas encaminhadas. Conforme um dos entrevistados, o ideal é quando Governo e ONG conseguem dialogar para encontrar procedimentos comuns visando selecionar o pessoal que será designado ou cedido. Em outro entrevistado, uma das dificuldades da cedência é quando os recursos humanos são designados sem perfil para o trabalho.

Com exceção de uma Organização mapeada, todas as demais têm na capacitação da força de trabalho envolvida, um ponto importante da sua atuação. Como afirmaram alguns entrevistados, não se trata de capacitação técnica apenas, mas de um processo de formação permanente que envolve o desenvolvimento da qualidade técnica, a sensibilização para as causas e missão institucional da Organização, como também um investimento em pessoal que poderá permanecer na organização ou estar disponível para o conjunto da sociedade.

As formas de capacitação são diversificadas, como apresenta o gráfico a seguir:



Fonte: Pesquisa Traçando Redes no Centro-Oeste. IBISS | ,CO2007.

A maioria das Organizações, ou seja, 60%, têm nos cursos a modalidade de capacitação de recursos humanos. É um conceito amplo que possibilita às Organizações diferentes experiências metodológicas, temáticas e que podem influenciar na formação dos recursos humanos tanto na qualidade técnica, política, como também no envolvimento das pessoas com a causa da entidade.

Contraditoriamente, o treinamento aparece em segundo lugar, considerando que as práticas pedagógicas das Organizações Não-Governamentais primam pelos processos participativos. É possível que a denominação e a metodologia não sejam coerentes e que as ONGs/AIDS utilizem pouco de treinamento, embora denominem práticas educativas, inclusive as participativas, como treinamento.

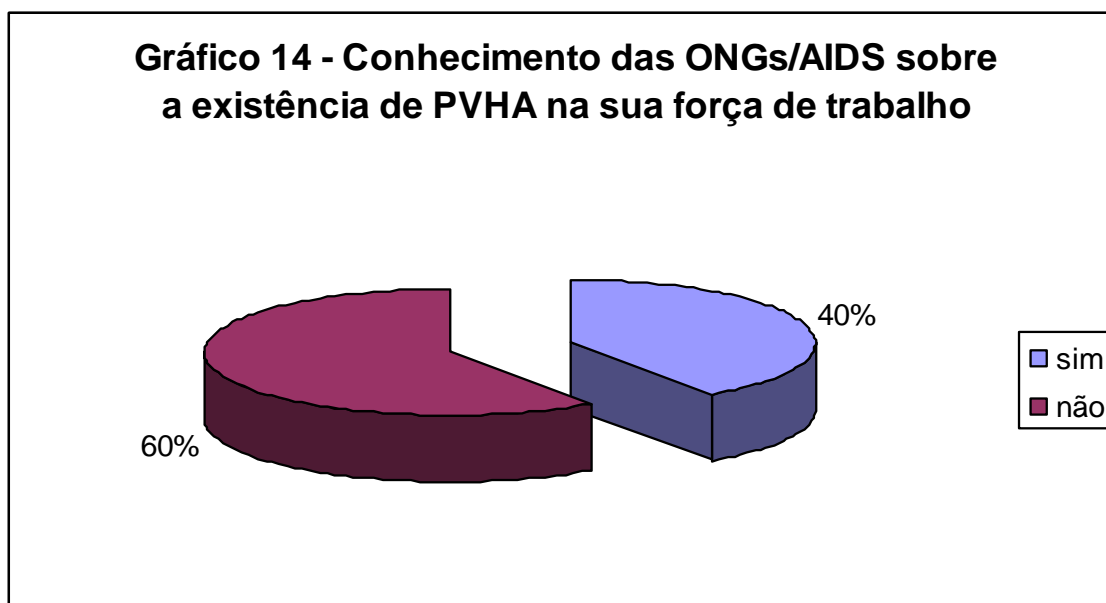
Percebe-se que a sinalização de grupos de estudos e reuniões, como também outras formas de capacitação são bastante utilizadas, muito embora as Organizações não as reconheça prontamente como a formação de recursos humanos em serviço. Como afirmou um dos entrevistados, “somente de ler os boletins informativos que chegam pela Internet todos os dias já é uma formação que ocorre em serviço”. Apareceu em apenas duas organizações as oficinas temáticas e a orientação rotineira daqueles que estão ingressando na Organização ou quando um assunto novo merece aprofundamento. Observou-se, no entanto, que os processos mais informais, como rodas de conversa e sessões de filmes (02 organizações), não foram

incorporados pelo conjunto das Organizações mapeadas como sendo formação, embora os realize.

As Organizações ao serem questionadas se há capacitação específica para o trato com pessoas vivendo, 19 (dezenove) delas afirmaram que não há formação nessa temática. Dentre estas, 10 (dez) informaram a inexistência de capacitação e se abstiveram de comentários, sendo que duas delas, durante a entrevista disseram que essa era uma lacuna do processo formativo da entidade. No entanto, 09 (nove) delas se referiram à questão como não cabendo resposta posto que a organização não trabalha com PVHA e há desnecessariedade de formação específica para a temática. Percebeu-se que esse conjunto de Organizações, muito embora tenham sido envolvidas pela epidemia de HIV/AIDS e tenham pautado essa temática na vida institucional, o debate e a preparação para a convivência, passa ao largo do seu cotidiano.

Nas Organizações que afirmaram preparar a sua força de trabalho na temática do HIV/AIDS e sobre a convivência com PVHA, num total de 58 (cinquenta e oito), representando 75% do total das organizações entrevistadas, percebeu-se que os mesmos procedimentos utilizados para capacitação geral da sua força de trabalho são utilizados para as questões específicas apresentadas pela pesquisa. O acréscimo que se fez na metodologia foi o envolvimento de PVHA nos processos de capacitação e atividades coletivas com mais de uma Organização, propiciando troca de informações e experiências. Os assuntos que emergiram das respostas referem-se à ética, sigilo, formas de infecção, acolhida, convivência, preconceito, estigma, formas de prevenção, direitos humanos e redes de serviços para encaminhamento. Constatou-se que as capacitações também contam com conteúdos técnicos, na medida em que 25% dessas organizações informaram convidar técnicos das Coordenações de DST/HIV/AIDS, Universidades e pessoas de outras Organizações para as atividades.

No que se refere à presença de PVHA participante da força de trabalho da organização, obteve-se que:



Fonte: Pesquisa Trançando Redes no Centro-Oeste. IBISS | ,CO2007.

O fato de 46 (quarenta e seis) Organizações afirmarem não saber se há PVHA no seu quadro pode significar a inexistência ou a invisibilidade. Como afirma um entrevistado: “Não faz diferença em saber ou não saber a soropositividade das pessoas da equipe, pois são tratadas de forma igual” ou então, como afirma outra entrevistada: “As PVHA deveriam ter atendimento específico, mas estão sendo discriminadas (então é melhor) ter a identidade da pessoa preservada”

Ambas as situações podem indicar que não há, por parte dessas ONGs/AIDS processos de envolvimento das PVHA nas suas ações, independentemente do eixo em que estão inseridas. Como constatado anteriormente (gráfico 3), 96% das Entidades realizam ações de prevenção e, neste caso, não estão utilizando o potencial das pessoas vivendo em seu campo de atuação, conforme reivindicado pelas Redes e movimentos envolvidos com a temática do HIV/AIDS, como podemos observar nestas declarações: “a instituição trabalha com prevenção” ou “ as ONGs precisam reafirmar a política de prevenção”

Entre as organizações que responderam contar em seus quadros com pessoas vivendo, constatou-se variações no nível de visibilidade, podendo ser algo discreto, somente com algumas pessoas conhecendo a sorologia como também ser missão da própria organização a visibilidade das PVHA. Como exemplo, temos: “É ainda algo bem restrito entre as pessoas vivendo e a instituição pelo próprio receio dessas pessoas com os outros” (01 Organização) e, de outro lado “ é da missão institucional a garantia do convívio” (06 organizações). Nestas últimas constatou-se que a Direção das Organizações é exclusivamente PVHA ou compõem a Direção com pessoas soronegativas.

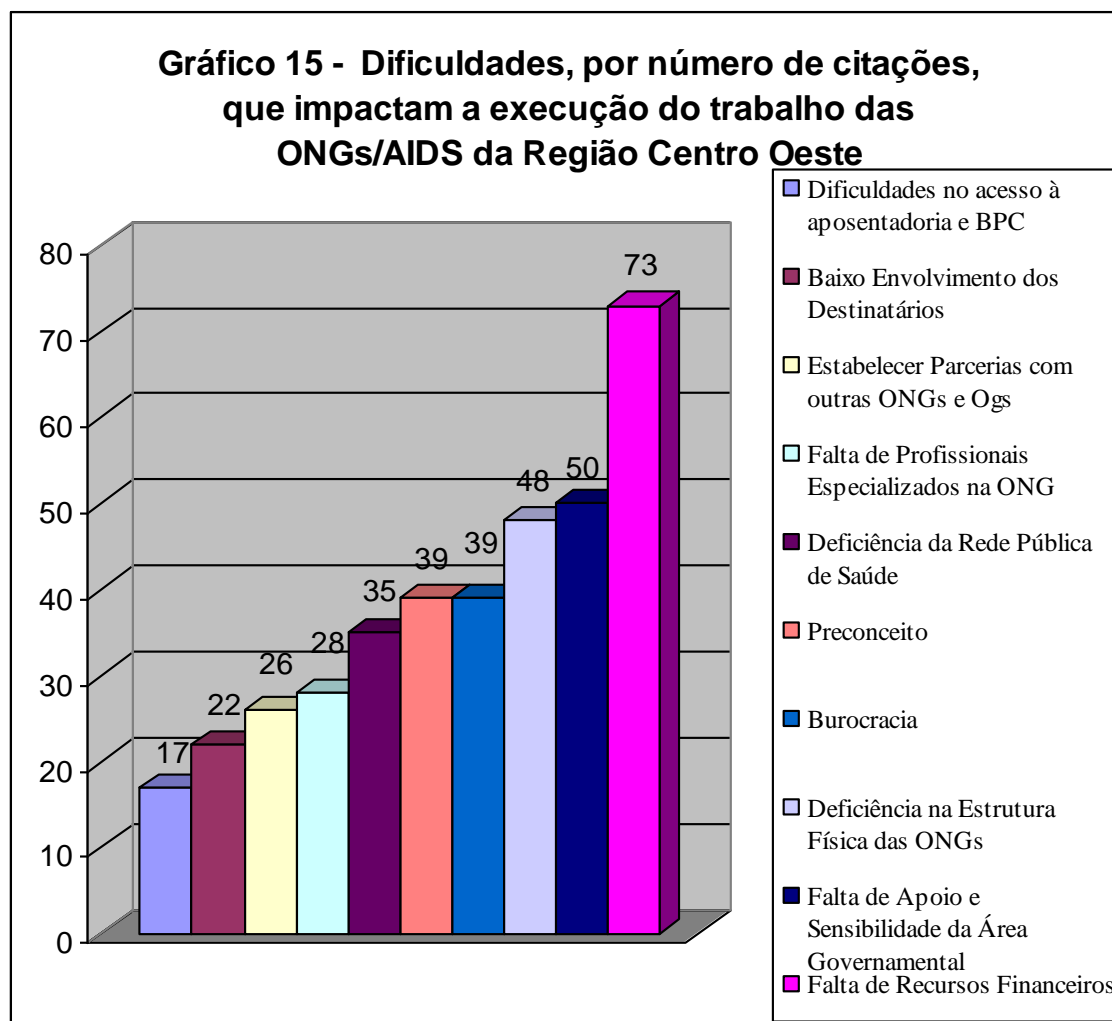
As Organizações Não-Governamentais, por vezes reproduzem as contradições existentes no conjunto da sociedade, como por exemplo, os motivos pelos quais as pessoas vivendo estão ou não trabalhando nas entidades. O antagonismo pode ser percebido nas seguintes falas: “ as pessoas acham que por serem doentes são incapazes. Alguns utilizam a sorologia para justificar posturas equivocadas” e, “ tudo isso (o acesso ao trabalho nas ONGs) deveria ocorrer, mas o estigma que a pessoa carrega, atrapalha”.

Sobre o relacionamento de trabalho com as PVHA, há diferentes posicionamentos acerca do tratamento a ser dispensado. A afirmação da igualdade no relacionamento, independentemente da sorologia, é o mais comum e foi citado por 40% das Organizações, como por exemplo: “por trabalhar com direitos humanos, acredita que todos devem ter as mesmas oportunidades” ou “não tem porquê haver diferenças”. Há que se considerar que este dado, de princípio, é bom, pois denota que há uma disposição das organizações em não fazer distinção no trato das pessoas em relação ao estado sorológico, reconhecendo sua capacidade produtiva, como afirma: “Se a pessoa tem condições e está a fim, tem que ser inserida no trabalho”. O mito da igualdade é usualmente utilizado como sinônimo de justiça, o que pode ser um equívoco e provocar injustiça.

Considerar e/ou reconhecer as necessidades das pessoas vivendo em suas múltiplas dimensões não significa excluí-la do trabalho, mas compreender suas especificidades, por exemplo, quando são acometidas por doenças oportunistas, efeitos colaterais de medicamentos, tratamentos sequenciais, suas vulnerabilidades, dores, medos e expectativas de vida presentes e futuras que, como afirmam pessoas entrevistadas, “ as PVHA são pessoas fortes, mas com auto-estima muito baixa” e “as instituições tem que ter um olhar atento, pois as pessoas estão vulneráveis no momento” . Nesta linha, 3 (três) Organizações afirmam que a participação de PVHA no seu quadro tem garantia de direitos iguais e atenção específica, pautando-se pelo respeito à individualidade e intimidade, propiciando a elevação da auto-estima e resguardando sua saúde, que, conforme um dos registros “ se por um lado não pode haver discriminação, por outro lado a pessoa, em algumas situações pode exigir uma política de afirmação positiva, uma demanda específica”.

5.2.5 Auto reconhecimento de fragilidades e fortalezas

As organizações da sociedade civil organizada da Região Centro-Oeste envolvidas com a garantia dos direitos humanos em HIV/AIDS compõem um cenário de fragilidades e fortalezas que remetem a algumas análises, como demonstra o gráfico que segue:



Fonte: Pesquisa Trançando Redes no Centro-Oeste. IBISS | ,CO2007.

Há um conjunto de dificuldades vividas pelas Organizações que estão fora da governabilidade da sociedade civil e que impactam negativamente na sua atuação, como por exemplo, a debilidade dos serviços do SUS e as dificuldades de acesso à aposentadoria e ao Benefício de Prestação Continuada - BPC. Como afirmaram entrevistados “às vezes uma pessoa vem do serviço de saúde pra pegar um encaminhamento nosso e voltar pro mesmo serviço de saúde pra ser atendido” ou seja, há uma dispensação de tempo, atenção e infraestrutura que é realizada com vistas a garantir um direito que legalmente já está inscrito. No caso da Previdência Social, “em muitas situações temos que ir junto com a pessoa porque atendem tão mal e dão informações que as pessoas não compreendem e correm o risco de não conseguir o benefício ou perder aqueles que já tem o mesmo”.

Dois problemas apontados são de ordem do conjunto da sociedade como o preconceito e a burocracia. O preconceito afeta organizações, conforme uma das entrevistadas, em dois âmbitos: de forma intensa quando seus destinatários são afetados, refletindo diretamente nas pessoas da Organização, pois já criaram vínculos afetivos com as pessoas e com a causa e, de

outro lado, as Organizações são afetadas porque são discriminadas dentre as demais por estarem envolvidas com a temática, especialmente quando o seu público, além da AIDS estão sob a égide de outros estigmas como a homossexualidade, a dependência química e o trabalho sexual.

A burocracia afeta as organizações e pode ser analisado em conjunto com a situação da gestão das Organizações, na medida em que, como já apresentado anteriormente, muitas entidades têm seu trabalho desenvolvido exclusivamente por voluntários e, quando ocorrem financiamentos para suas ações, este é exclusivo para atividades finalísticas sem aporte para a gestão.

Reconheceu-se na pesquisa a dificuldade de envolvimento dos destinatários nas ações das Organizações. Isso foi apontado por 22 (vinte e duas) pessoas entrevistadas, ou seja, perto de 30% das entidades, sendo que a maioria que apontou este problema são as organizações que trabalham diretamente com PVHA. Duas Organizações apontaram que essa dificuldade está diretamente vinculada a falta de condições para que sejam dadas condições mínimas para participação, como por exemplo, o vale transporte e alimentação quando há alguma atividade que exija presença mais demorada. Percebeu-se também que algumas Organizações compreendem o envolvimento dos destinatários, quando estes fazem-se presentes nas atividades, tendo a necessidade de busca de renda como justificativa para a não participação.

O estabelecimento de parcerias tanto com outras Organizações não Governamentais quanto com o governo foi apontado como dificuldade por 26 (vinte e seis) organizações. Embora as parcerias estejam presentes no cotidiano das organizações, conforme um dos entrevistados, quando não há transparência no acesso aos recursos, uns tem mais que os outros e aí, tem sempre uma quebra de confiança. Um dos pesquisadores, comentando uma das entrevistas, anotou que a “ Organização tem dificuldades de conviver com alguns públicos”, ou seja, também no conjunto das entidades, há processos de não acolhida de alguns públicos específicos. As parcerias, como afirma um das entrevistadas, estabelecem-se pontualmente “para algumas ações e depois vai cada um pro seu lado”.

Sobre o relacionamento com os Órgãos Governamentais, a falta de sensibilidade foi apontada por 65% (sessenta e cinco) das entrevistadas. No âmbito do SUS, ainda as Organizações que tem envolvimento com a epidemia da AIDS relacionam-se quase que exclusivamente com as Coordenações de DST/HIV/AIDS, ficando distante de outros setores do SUS. Como já verificado anteriormente, as demais políticas públicas, pouco envolvimento tem com as ONGs que trabalham com direitos humanos em HIV/AIDS e, como afirmam alguns dos entrevistados, é importante registrar que há “pessoas sensibilizadas com a causa,

sem que isso se traduza em ação institucional”, mesmo porque com a mudança de gestores, o trabalho de sensibilização parte do início novamente com vistas a ganhar parceiros, num processo permanente de busca de relacionamento para diferentes ações, mesmo porque, como visto anteriormente, um conjunto dessas são de ajuda ao próprio setor público governamental.

A dificuldade em ter profissionais especializados trazidos para a pesquisa por 36% (trinta e seis) das Organizações, referem-se aos poucos recursos disponíveis para contratação e, de outro lado, a dificuldade na seleção de pessoal com perfil e compromisso com a missão institucional e temáticas que são trabalhadas nas entidades. Se aliarmos essa discussão às formas de vínculo e às vulnerabilidades das organizações no que se refere ao quadro de pessoal, compreende-se o conjunto de entidades que assinalaram a questão de recursos humanos especializados como uma das questões que dificultam o desenvolvimento dos trabalhos.

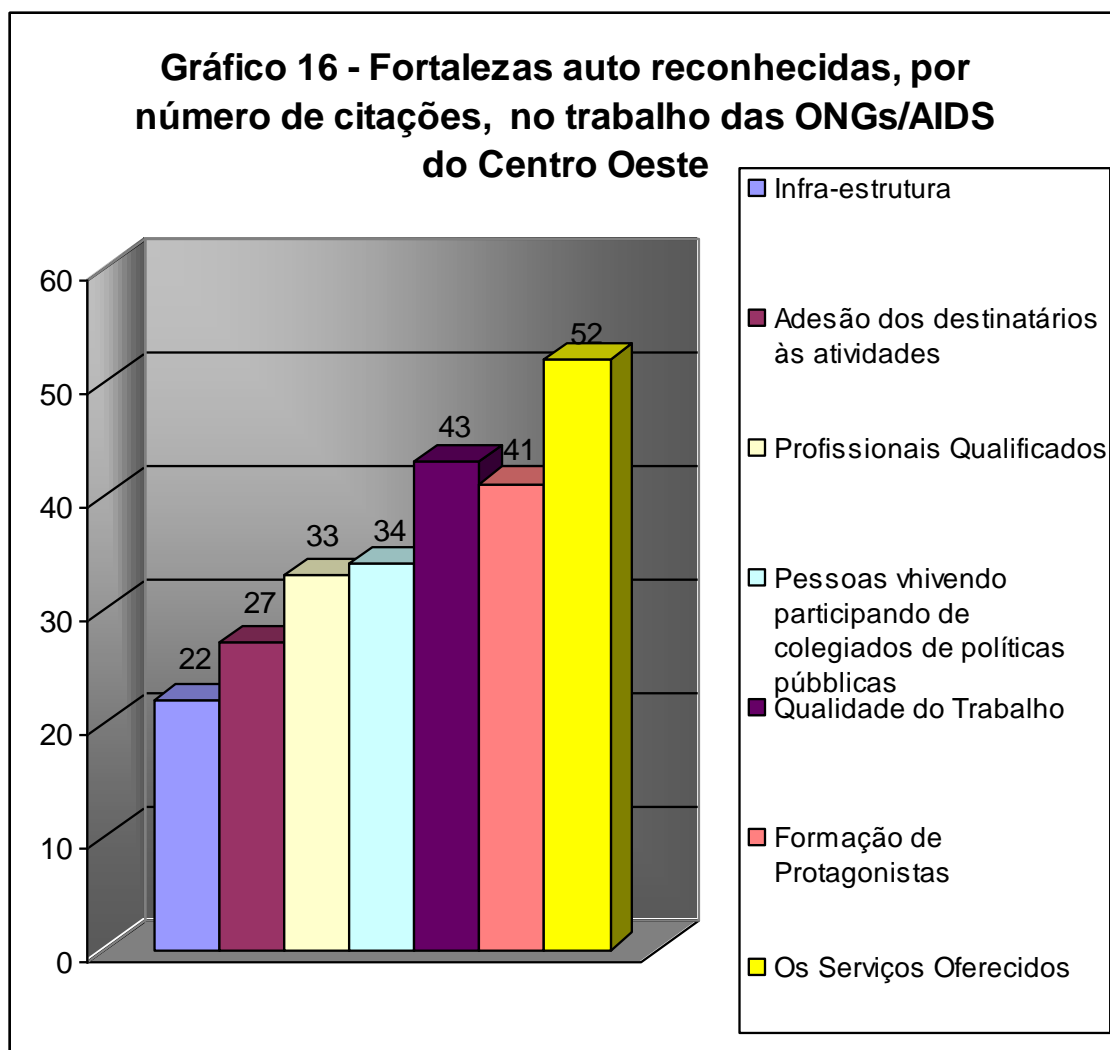
Encontrou-se também, um conjunto de organizações cujas instalações físicas são compartilhadas em serviços públicos e, por vezes, confundem suas ações com as ações de setores públicos com os quais compartilham material, infra-estrutura e serviços, numa simbiose que não se sabe onde começa a Organização Governamental e onde é Não-Governamental. Ao serem questionadas, a resposta recorrente é que não há condições de bancar a sustentabilidade das Organizações Não-Governamentais, como também a proximidade do Serviço de Atendimento que possibilita melhor relacionamento com o público destinatário. Também algumas organizações têm na sua sede a constituição de moradia para dirigentes e destinatários dos serviços, independentemente de serem abrigos ou casa de passagem.

Verificou-se que em torno de 62% (sessenta e duas) Organizações pautaram a infraestrutura física como um dos problemas que enfrenta na execução de suas atividades, corroborando com as observações dos pesquisadores e com o relato de entrevistados.

Sobre a maior dificuldade apontada, a falta de recursos financeiros foi assinalada por 95% (noventa e cinco) dos representantes das Organizações entrevistadas. Esse dado compõe juntamente com o quadro 5 uma percepção das dificuldades porque passam as entidades, na medida em que a forma de captação mais citada foram as doações. O envolvimento das pessoas das Organizações na captação de recursos, concorre com a necessidade de se dedicarem na execução das atividades. Dada a irregularidade dos editais públicos no âmbito dos governos estaduais e municipais, o acesso aos recursos orçamentários públicos é inconstante e as ações, como afirma um dos entrevistados “não podem parar”, especialmente

quando são de atendimento às PVHA, no que se refere à dispensação de serviços de saúde, orientação jurídica e assistência social.

Contrariamente a todas as dificuldades, as Organizações apresentam um conjunto de fortalezas que foram assinaladas por entrevistados, conforme gráfico a seguir:



Fonte: Pesquisa Traçando Redes no Centro-Oeste. IBISS | ,CO2007.

Infra-estrutura e recursos humanos compõem fragilidades e fortalezas, sendo que algumas Organizações dispõem de condições satisfatórias nestes quesitos, tendo 28% (vinte e oito) com infra-estrutura e 43% com profissionais qualificados como fortalezas.

A adesão dos destinatários às atividades é assinalada por 35% (trinta e cinco) como uma fortaleza, pontuando a disponibilidade formas de atuação capazes de desenvolver tecnologia social para tal e, portanto, diversamente do que foi apontado como fragilidade anteriormente. Essas posições podem, inicialmente, parecer contraditórias, constituem em pontos importantes a serem considerados nas possibilidades de atuação em rede com troca de experiências.

Contrariando todas as possibilidades, considerando as fragilidades apontadas, quando solicitadas a anunciar suas fortalezas, as Organizações entrevistadas, colocam no seu próprio agir, praticamente suas maiores potencialidades: os serviços oferecidos, a qualidade do seu trabalho, a formação de protagonistas e a participação das PVHA nos colegiados. O quesito considerado como sendo sua maior fortaleza, são os serviços oferecidos e foi indicado por 67% (sessenta e sete) das Organizações. O que pode se inferir, em conjunto com a qualidade dos serviços que presta que as entidades se reconhecem como importantes no processo de enfrentamento da epidemia, e se colocam na execução das ações independentemente das condições adversas.

5.3 Produtos obtidos

a) Mapa de 84 (oitenta e quatro) Organizações de direitos humanos em HIV/AIDS na região Centro-Oeste;

b) Diagnóstico de 77 (setenta e sete) Organizações de direitos humanos em HIV/AIDS na região Centro-Oeste referente à atuação e relação com políticas públicas, gestão, força de trabalho, fragilidades e fortalezas;

c) Banco de Dados das Organizações da Região Centro-Oeste em funcionamento e envolvidas com a epidemia de HIV/AIDS;

d) Metodologia sistematizada sobre mapeamento e diagnóstico de organizações da sociedade civil, desenvolvidos de forma participativa, incluindo PVHA, diferentes organizações e pesquisadores.

6 DIFICULDADES CIENTÍFICAS, METODOLÓGICAS E PRÁTICAS ENCONTRADAS NO DECORRER DA EXECUÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA

A principal dificuldade vivida pelas Coordenadoras da pesquisa e pelo conjunto das organizações envolvidas nesta, foram as decisões tomadas pela Coordenação Nacional de DST/HIV/AIDS no workshop de Intercâmbio ocorrida em junho de 2007, contrapondo-se ao Projeto concorrente no Edital e aprovado sem restrições.

O Projeto de Pesquisa Traçando Redes no Centro Oeste tinha um escopo, objetivos e metodologia, não coadunantes com a avaliação da banca que se apresentou. As mudanças solicitadas impuseram novo objetivo e número de organizações a serem mapeadas e entrevistadas, restando o período de seis para a nova demanda, requerendo capacitação, deslocamento e entrevistas, situação para as quais a organização priorizou seus melhores quadros.

Operacionalmente, a dificuldade que se apresentou tem a ver com as distâncias geográficas da região e os deslocamentos de pesquisadores visando localizar e entrevistar representantes das Organizações.

As dificuldades científicas da pesquisa ocorreram dentro do previsto, sendo necessário apenas registrar a ausência de literatura específica sobre a sociedade civil do Centro Oeste.

Do ponto de vista metodológico, a desatualização dos bancos de dados oficiais, especialmente do Ministério da Saúde, proponente do edital da pesquisa, demandou uma ação prévia de levantamento e conferência de dados não previstas inicialmente. Outra dificuldade residiu no fato das Organizações e seus representantes terem pouco tempo disponível e/ou desconsiderarem a importância do mapeamento e as dificuldades de deslocamento.

7 CONCLUSÃO

Há um número importante de Organizações na região Centro-Oeste envolvidas na garantia dos direitos humanos em HIV/AIDS, distribuídas de forma equitativa nas quatro Unidades da Federação pesquisadas, como também em municípios do interior, com cobertura para diferentes públicos destinatários. O conjunto das Organizações é composto por aquelas que nasceram a partir da temática do HIV/AIDS; por aquelas que incorporaram a temática nas suas ações, muito embora tenham outros focos de atuação; as que trabalham de forma mais abrangente na temática dos direitos humanos e, ainda aquelas que tem seu foco principal em outra questão social e transite por atividades relacionadas à temática de forma complementar e esporádica.

As Organizações Não-Governamentais do Centro-Oeste envolvidas com direitos humanos e HIV/AIDS nasceram majoritariamente a partir de 1990, sendo que os grupos demandatários da criação foram PVHA, seus familiares e os trabalhadores do serviço público de saúde. Nesta década também surgiram as primeiras organizações que tratam da diversidade sexual. A partir de 2000 as organizações diversificam as motivações de criação, incorporando temáticas relacionadas ao HIV/AIDS, como também ampliam seus eixos de atuação, inserindo o combate à discriminação.

As ONGs pesquisadas atuam de forma generalista no que se refere à cobertura populacional e, com maior incidência, crianças e adolescentes. O eixo prioritário de atuação é a prevenção, com menor foco a organização de PVHA. A saúde é a política social com maior foco das Organizações, seguidas pela educação e assistência social, muito embora esta última seja a menos acessada visando sustentação financeira.

Os serviços oferecidos pelas Organizações compõem um conjunto de ações que, na maioria, são paralelas e complementares ao SUS e SUAS.

Sobre a gestão das ONGs, grande parte mantém processos democráticos para a escolha de seus dirigentes assim como para avaliação de suas atividades, realizadas por meio de reuniões. O registro das atividades é feito no cotidiano e o Relatório de Gestão é uma prática recente, executado pela maioria, há menos de meia década.

Os controles contábeis são feitos regularmente e o mais comum são os balanços anuais e a auditoria é prática de pequena parte das ONGs pesquisadas.

As fontes de recursos mais citadas são as doações e o acesso a financiamentos advindos do governo federal, compondo com força de trabalho sistemática de voluntariado, seguido de prestadores de serviços temporários.

Os recursos humanos têm processos de capacitação diversificados e grande parte inclui a temática do HIV/AIDS uma vez que, apenas 40% sabem se tem PVHA no interior de sua instituição. Há um paradoxo nas organizações que trabalham com prevenção e atendimento, quando se trata de convivência com PVHA, a participação destas nas ações da organização e de suas possibilidades e necessidades.

Os dados acima expostos, de maneira resumida, nos apontam que o neoliberalismo não é uma receita apenas econômica, mas pauta o conjunto da sociedade no cerne de sua sobrevivência: corte de gastos públicos, precarização do trabalho, focalização e privatização das ações públicas. É nesse marco ideo-teórico-sócio-econômico que está pautada a existência das ONGs/AIDS.

As relações pautadas pela sociedade civil até a década de 1980, baseadas no confronto entre governo e movimentos sociais tiveram uma mutação significativa, diluindo os conflitos e tensões e passando, individualmente para relações complementares aos serviços públicos, muito embora esses tenham mandado jurídico para realizá-los como dever.

O barateamento dos serviços a partir da transferência de execução das ações para organizações da sociedade civil ocorre mediante o trabalho de um contingente significativo de voluntários e militantes que mantém uma teia de garantia de direitos e sobrevivência à custa da não remuneração dos serviços prestados.

A forma de repasse financeiro para as Organizações Não-Governamentais mantém processos políticos paternalistas, corporativos e destinados à manutenção de ações finalísticas, em condições subalternizadas que vulnerabiliza as ONGs no que se refere à gestão, impondo contradições entre a parte do governo que oferece financiamento e a outra parte que fiscaliza tributos e gestão.

Na relação com as pessoas vivendo e convivendo, a maioria das ONGs mantém contradições significativas que agudizam discriminação na medida em que não inserem as PVHA nas suas ações, muito embora tenham nelas a justificativa do seu trabalho e da busca de financiamentos.

Contraopondo-se ao conjunto dos mandos neoliberais e diante do não-viver, um conjunto de gentes eclodiu em visibilidade coletiva participando de entidades que transitam entre o existir para o outro, com o outro e ser a própria Organização. Em quaisquer situações é no encontro das organizações da sociedade civil que se processam as possibilidades de

construção da identidade de movimento social, momento em que não é mais o somatório de várias entidades, mas um coletivo que constrói uma identidade societária para além do esgarçamento ideológico imposto pela hegemonia das relações duais.

As dificuldades apresentadas pelas organizações são expressões de compreensões multifacetadas de uma realidade sócio-política mais ampla, denunciando as relações pactuadas em acentuadas assimetrias de poder entre governo e sociedade civil, fundadas em preceitos burocráticos e discriminatórios e procedimentadas em regras interpretadas a partir da exclusão dos sujeitos coletivos, representados em organizações de direitos humanos, especialmente quando buscam a autonomia diante das forças políticas operantes na realidade local.

De outro lado, à mercê de regras morais e coativas, para além das legais, disciplina-se o agir da sociedade civil organizada, condicionando o acesso a recursos públicos baseados em um Estado tomado por forças conservadoras que, para cumprir a exceção, compõe seus quadros com egressos dos movimentos. O discurso formado na práxis do movimento social, ao alçar o assento governamental, mantém-se em fragmentos de falas e práticas que confundem o espaço de governo e não governo, situação em que a participação da sociedade e o controle social mais se parecem com pactuação do quê com incidência política.

Como afirmado no documento final do XIV Encontro Nacional de ONGs/AIDS,

esse momento de construção política possui desafios e possibilidades que são: o controle social também para o Movimento Social de Luta Contra a AIDS; renovação do ativismo; fortalecimento dos espaços de formação política; reconhecer as diversidades que compõem o próprio movimento e, que, qualquer que seja o governo, o movimento precisa continuar com suas reivindicações próprias.

Dado que a AIDS não pode ser considerada um problema apenas para o Sistema Único de Saúde, mas uma questão social que requer uma ação articulada no conjunto das políticas públicas, sendo que as ONGs entrevistadas apresentam-se para a sociedade como possibilidades de avanço, especialmente aquelas que, mesmo embora não tendo sua missão institucional escrita, se permitem vivenciar os diferentes eixos de envolvimento com a epidemia, não se furtando ao convívio com as PVHA, na perspectiva da cidadania, do sonho e da solidariedade.

Sobretudo, reconhecendo a importância dos serviços oferecidos, a qualidade do seu trabalho, sua capacidade de organização das PVHA e as possibilidades de participação cidadã, como afirma o próprio Pacto da Saúde, as ONGs/AIDS tem o desafio de repolitizar a esfera verdadeiramente pública que são os colegiados, posto que apresentam como fortaleza a sua presença nesses espaços de decisão política. É tornando pública a ação governamental e

não governamental, firmando relações identitárias autônomas que se vai construindo o campo dos direitos humanos em HIV/AIDS, que se interrelaciona com os direitos historicamente conquistados das outras esferas da vida e que pendulam entre a barbárie e o vislumbrar de vida no cotidiano. Neste e, em busca de contrapor-se, construir valores de alteridade, pluralidade, equidade e coletividade... tão elementares, humanas e revolucionárias.

8 SUGESTÕES E COMENTÁRIOS PARA APROVEITAMENTO DOS RESULTADOS NO SUS.

Esta pesquisa é do SUS e, como tal destina-se, de forma orgânica, servir de instrumento para indicar ações de fortalecimento e politização do Sistema que, no ocorrido, beneficia toda a sociedade. É uma pesquisa que tem no seu bojo a defesa da saúde como direito humano e o SUS como universal, eqüitativo e com participação da sociedade, compreendendo os cidadãos e cidadãs como destinatários e sujeitos integrais.

Ao olharmos os resultados dessa pesquisa como um recorte histórico da realidade porque passa a sociedade civil organizada, é possível desenhar ações que atuem diretamente sobre as problemáticas de modo a garantir que as ONGs sejam compreendidas como sujeitas contraditórias. Estas compõem o caldo do movimento de AIDS no Brasil, servindo como base para o desenvolvimento dos Fóruns e Redes e fazendo-se representar nos colegiados de políticas públicas, visibilizando a questão social que, para a maioria da sociedade, tem no gueto o lugar destinado.

O fortalecimento das ONGs de base comunitária que atuam diretamente com PVHA na perspectiva da cidadania, exige repensar a burocracia dos governos, posto que o dinheiro público, gerido pelos governos, tem melhores condições de chegar aos fins de empoderamento, articulação e mobilização social, repolitizando os espaços de pressão social e de participação dos grupos, alavancando condições precípuas para impulsionar mudanças.

Compreender as ONGs que tem o predicado composto por AIDS, nas dimensões do preconceito aos indivíduos que a compõem como também da discriminação coletiva porque passa, requer ações de enfrentamento desenhadas para o cotidiano e para ações políticas globais, articuladas aos demais movimentos de direitos humanos, buscando alargar o escopo da sociedade civil envolvida com a temática. Neste sentido, ações de sensibilização, formação, mobilização e articulação, inerentes às estratégias políticas históricas da sociedade civil, necessitam serem compreendidas e incorporadas na pauta das Organizações como ações que compõem sua identidade, espalhando idéias e buscando novas sujeitas para o movimento.

Apoiar a formação política de ativistas precisa incorporar discussões das relações pessoais impactadas pela epidemia, da ação coletiva dos grupos informações e organizações legalizadas e, aliar tudo isso à compreensão dos efeitos das Instituições Financeiras Multilaterais e suas condicionalidades para o desenho de programas e financiamentos para o país, como também, com sua atuação no Brasil, enfrentada pelos movimentos sociais, obriga

os bancos multilaterais negociarem suas diretrizes a partir das conquistas históricas legalmente registradas na Constituição Federal de 1988. O caldo contra hegemônico pode tornar-se alento e visibilizar possibilidades para a latinoamérica e países do sul, em contraposição ao poder econômico engendrado pelos países do norte por meio de suas empresas transnacionais e do poder que exercem nas instituições multilaterais como a Organização Mundial do Comércio – OMC e Banco Mundial.

O apoio financeiro e os critérios dos editais públicos necessitam ser compreendidos como uma ação do Estado brasileiro que compreende o papel estratégico de sociedade civil forte e articulada, como condição inerente ao fortalecimento da democracia participativa. O trato com a sociedade civil necessita sair das relações duais e eivadas de vícios políticos para o diálogo com os sujeitos coletivos e coletivizados a partir dos fóruns e colegiados de políticas públicas, sendo estes os *lóci* verdadeiramente públicos e legítimos para negociação da coisa pública.

Investir no desenvolvimento da gestão das ONGs não pode ser um desafio somente da sociedade civil, com normas ditadas por práticas e leis vivenciadas no setor governamental e/ou empresarial. A sociedade civil tem uma ordem de prioridade que se baseia na defesa da vida e incorporar a gestão como atuação importante, nos atuais moldes burocráticos necessita de dois movimentos: de um lado a sensibilização de gestores públicos, Legislativo, Executivo e Judiciário, sobre a incompatibilidade de tratar sujeitos tão diferentes por regras padronizadas que excluem organizações pequenas do acesso aos bens e serviços públicos. De outro lado, é necessário investir na formação de pessoas para a gestão das organizações da sociedade civil, tendo nos apoios financeiros, exigências e rubricas destinadas a essa finalidade, como também para os processos de avaliação e auditorias internas e externas.

No que se refere aos recursos humanos, há que se caminhar na busca de justiça no trato aos trabalhadores que compõem a força motriz das organizações não governamentais, compreendendo seu papel estratégico e seu valor político comprometido com o enfrentamento da epidemia do HIV/AIDS. Nesse sentido, a precarização do trabalho deve ser enfrentada não como uma ação individual de cada organização, mas como uma meta coletiva entre executores, apoiadores financeiros e ativistas, num movimento capaz de compreender valorizações equitativas entre todos os que se envolvem com a temática do HIV/AIDS, independentemente se o vínculo é governamental ou não governamental, no caminho da compreensão da função pública que encerra todas as pessoas.

O Pacto pela Saúde precisa incorporar as negociações referentes ao apoio às organizações da sociedade civil, na compreensão da sua função social e relevância capilar e

política diante do avanço que se faz necessário para o acesso aos recursos públicos nos âmbitos estaduais e municipais, posto que nessas esferas de gestão, ainda o acesso à informação, aos espaços de pactuação e controle social, bem como a regularidade dos editais públicos contrapõe-se às orientações nacionais, tão arduamente conquistadas pelos movimentos de ONGs/AIDS que primam pela transparência, participação social e repolitização dos espaços públicos.

Por fim, sugere-se que essa pesquisa, além da ação da instituição proponente e executora, seja disseminada para o conjunto das organizações e setores internos do governo, como também possam ser propiciadas condições para apresentação da mesma nos diferentes espaços públicos que são inerentes ao SUS.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, P.; SADER, E. (Org) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1996;
- BOAVENTURA, de Souza Santos. O Estado e os modos de produção de poder social. In: **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2005;
- BUZANELLO, José Carlos; GUERRA, Sidney (orgs). **Direitos humanos – uma abordagem interdisciplinar II**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2006;
- DEMO, Pedro. Dureza: **pobreza política de mulheres pobres**. Campinas/SP: Autores Associados, 2005;
- FREIRE, Paulo. Educação: o sonho possível. In: Metodologia, métodos e técnicas na educação popular. In: **A busca do tema gerador na práxis da educação popular: metodologia e sistematização de experiências coletivas populares**. Curitiba: Popular Cefuria, 2005;
- FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: Metodologia, métodos e técnicas na educação popular. In: **A busca do tema gerador na práxis da educação popular: metodologia e sistematização de experiências coletivas populares**. Curitiba: Popular Cefuria, 2005;
- GALBRAITH, John Kenneth. **A Economia Política: Uma História Crítica**; Europa-América; Mem Martins, 1987;
- GOFFMAN, Erving. **Estigmas: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Trad. Márcia Bandeira de Melo Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC, 1988;
- GOHN, Maria da Glória (org). **Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores**. Petrópolis: Vozes, 2003;
- GOSS, Karine Pereira; PRUDENCIO, Kely. **O conceito de movimentos sociais revisitado**. Em tese, volume 02, nº 01, janeiro-julho, 2004;
- <http://www.ibiss-co.org.br/blogspot.com>. ENONG – “teoria dos três ciclos e das três crises” para entender o movimento ONG AIDS. Acessado em 18/12/2007;
- JACOBI, Pedro. **Movimentos Sociais e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 1993;
- KERN, Francisco Arseli. Estratégias de fortalecimento no contexto da Aids. In: **Revista Quadrimestral de Serviço Social**. Ano XXIV – nº 74- julho, São Paulo: Cortez, 2003;

LESSA, Renato. Que drama? Tudo intriga e trama. In: **Caderno Aliás**, Estado de São Paulo: 31/12/2006;

MACRAE, Edward. **Abordagens qualitativas na compreensão do uso de psicoativos**. Artigo disponível no endereço eletrônico: www.neip.info, consultado em: 01 nov. 2007;

MARTINS, José de Souza. O fim das esperanças sem fim. In: **Caderno Aliás**, Estado de São Paulo:2006;

MAZZEO, Antonio Carlos. Notas sobre o Capitalismo e Contemporaneidade. In: **Sociologia Política Marxista**. São Paulo: Cortez, 1995;

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. Abrasco, São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec, 1996;

MOI, Izabela. Bernard Hours: crítica à ideologia humanitária. **Disponível no endereço eletrônico** <http://arruda.rits.org.br>. Consultado em: 10 dez, 2007;

NETTO. José Paulo. **A Crise do Socialismo e a Ofensiva Neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1994;

OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo à brasileira. In: GENTILI, P.; SADER, E. (Org) **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1996;

PARKER, Richard; AGGLETON, Peter. **Estigma, discriminação e Aids**. Coleção ABIA - Cidadania e Direitos, nº 1. Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids. Rio de Janeiro: 2001;

PARKER, Richard; MATTOS, Ruben Araújo de; JR, Terto Veriano. **As estratégias do Banco Mundial e à resposta à Aids no Brasil**. In: As estratégias dos Bancos Multilaterais para o Brasil. Flávia Barros (org.), Brasília, Rede Brasil, 200;

PELIANO, Anna Maria (org). **Desafios e Perspectivas das Políticas Sociais**. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Brasília: 2006;

PIRES, Cecília Pinto; KEIL, Ivete; ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de; VIOLA, Solon Eduardo Annes (orgs). **Direitos humanos - pobreza e exclusão**. São Leopoldo: Unisinos, 2000;

PONTUAL, Pedro. Metodologia, métodos e técnicas na educação popular. In: **A busca do tema gerador na práxis da educação popular**: metodologia e sistematização de experiências coletivas populares. Curitiba: Popular Cefuria, 2005;

RAMOS, Silvia. **O papel das ONGs na construção de políticas de saúde: a Aids, a saúde da mulher e a saúde mental**. Ciência e Saúde Coletiva, 2004;

RAMOS, Leonardo César Souza. **A sociedade civil em tempos de globalização: uma perspectiva neogramsciana**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Relações Internacionais Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro:, 2005

Relatório Direitos Humanos no Brasil. Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2006;

Relatório XIV. Encontro nacional de ONGs/AIDS-ENONG. Goiânia:2007;

ROCHA, Solange; FERREIRA, Verônica. Uma breve contextualização sobre o Sistema Único de Saúde (SUS). In: **Articulando o ativismo em Aids no nordeste**. Org ROCHA, Solange; HOLANDA, Violeta, Grupo de Resistência Águia Branca, 2006;

SCANDOLA, Estela Márcia. Monitoramento do Programa Pantanal: exercício busca, descobertas, acordos, desacordos...In: **Dimensão da desigualdade no desenvolvimento do turismo no Nordeste**. MARIA, Sílvia; SAMPAIO, Camurça (org), Recife: SOS Corpo – Gênero e Cidadania, 2003;

SILVA, Antonio Fernando Gouvêa da. **A busca do tema gerador na práxis da educação popular**: metodologia e sistematização de experiências coletivas populares. Curitiba: Popular Cefuria, 2005;

SILVA, Jacqueline Oliveira. **Relatório Final da Pesquisa Organizações Não Governamentais e Assistência Social no Vale do Rio Sinos**. Universidade do Vale do Rio Sinos. São Leopoldo: 2002;

TOSI, Giusepe. Direitos Humanos, Direitos Humanizantes - disponível em www.dhnet.org.br

VENTURA, Miriam. Instrumentos Jurídicos de Garantia dos Direitos das Pessoas Vivendo Com HIV/Aids. In: **Avessos do Prazer**: drogas, aids e direitos humanos. Org. Gilberta Acelrad. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005;

VIEIRA, Evaldo. Estado e políticas social na década de 90. In: **Estado e Políticas Sociais no Brasil**. NOGUEIRA, Francys M. Guimarães (org.), Cascavel: Edunioeste, 2001.

ANEXOS

ANEXO 01

Instrumental de Entrevista

Município/Estado: _____
DATA: ___/___/___
ENTIDADE: _____
ENTREVISTADO: _____
ENDEREÇO: _____
TELEFONE: _____ **E-MAIL:** _____
ANO DE FUNDAÇÃO: _____

Este instrumental faz parte dos projetos “Direito de Ter Direito” e “Trançando Redes” realizado pelo Instituto Brasileiro de Inovações Pró-Sociedade Saudável da Região Centro-Oeste IBISS-CO, com o intuito de mapear e levantar dados de organizações da sociedade civil, quanto ao seu modelo de gestão, nível de cobertura, agente e à natureza de algumas de suas ações direcionadas a pessoas vivendo com HIV/AIDS no que diz respeito aos serviços prestados, políticas sociais e Direitos Humanos.

Constitui-se de instrumental quali-quantitativo, sendo composto em grande parte, por questões fechadas, que podem possuir, cada uma, mais de uma resposta.

1. Caráter da organização:

() governamental () não-governamental () empresarial

2. Área de atuação:

() Educação	() Auxílio ao Poder Público
() Promoção à saúde	() Trabalhista
() Assistência social	() Direitos Humanos
() Cultura	() Previdência Social
() Assistência jurídica	() Outros: _____
() Habitação popular	

3. O que motivou a criação da entidade?

4. A organização possui missão institucional oficializada? Se sim, qual?

5- A entidade desenvolve políticas ou programas referentes à problemática das pessoas vivendo com hiv/aids? Se sim, quais? Se não, por que?

() Sim _____

() Não _____

6- A instituição conhece as exigências da Portaria Interministerial nº 3195/88, referente a implementação de programas de prevenção e esclarecimento sobre HIV/ AIDS, no interior do ambiente de trabalho ?

() conhece () não conhece

7. Quais certificados esta entidade possui?

() Cnas

() Ceas

() Cmas

() utilidade pública municipal

() utilidade pública estadual

() utilidade pública federal

() outros: _____

8. Quais serviços são oferecidos?

() atendimento psicológico

() alfabetização

() colocação profissional

() profissionalização

() orientação e apoio familiar

() assistência jurídica

() orientação e acompanhamento jurídico

() provisão de documentos

() terapia ocupacional

() encaminhamento para rede de serviços

() exames clínicos

() serviços de saúde em geral

() atividades religiosas

() sócio-recreativas

() abrigo

() apoio à auto organização

() outros: _____

9. Qual o horário de funcionamento da entidade?

- integral noturno
 matutino internato
 vespertino

10. A entidade é:

- auto-sustentável mantenedora mantida

11- Qual a principal fonte de recursos da entidade?

- Governo federal
 Governo estadual
 Governo municipal
 contribuição dos associados
 doações
 eventos e promoções
 empresas privadas
 Fnas/Fmas
 prestação de serviços
 órgãos internacionais
 outros: _____

12- A entidade faz relatório de gestão? Caso a resposta seja afirmativa, há quantos anos?

- sim _____ não

13. Como são realizados os controles contábeis na instituição?

- balanço anual balancete mensal
 livro caixa outros: _____

14. A entidade tem auditoria externa? Se sim, há quanto tempo?

- sim _____ não

15. O trabalho da instituição é avaliado através de:

- reuniões avaliação externa
 relatórios auditoria externa
 questionários outros: _____
 monitoramento técnico

16. Em relação ao representante maior da entidade, como acontece o processo de eleição?

- eleição em assembleia de sócios
 indicação da diretoria anterior
 indicação da mantenedora

() outros: _____

17. No que se refere aos recursos humanos qual o método de seleção e contratação da força de trabalho?

() estagiário

() entrevista

() concurso

() análise de currículo

() cargo de confiança

() indicação de membros da entidade

() outros: _____

18. A força de trabalho é composta por:

() contratado por obra certa

() celetista

() prestador de serviço

() estagiário curricular

() estagiário remunerado

() voluntário

() outros: _____

19. Ainda no quesito recursos humanos como é feita a capacitação da força de trabalho?

() seminários

() cursos

() palestras

() treinamento

() grupo de estudo

() outros _____

20. Há alguma capacitação específica voltada para as pessoas vivendo com as DST/HIV/AIDS? Se não, por que?

() sim

() não

—

21. Que tipo de capacitação os funcionários recebem para atender as pessoas vivendo com HIV/AIDS?

—

—

—

24. Como se dá o critério de seleção para o atendimento da pessoa vivendo com hiv/aids?

- () idade
 - () situação física
 - () situação financeira
 - () ordem de chegada
 - () encaminhamento de outra instituição
 - () critérios são definidos de acordo com financiamento existente para o trabalho
 - () não há critérios específicos
 - (_____) outros:
-

25. A população atendida é composta por:

- () crianças
 - () adolescentes
 - () adultos
 - () melhor idade
 - () população em geral
 - (_____) populações específicas:
-

26. Em relação às pessoas não atendidas, quais os procedimentos adotados?

- () encaminhamento para outras instituições
 - () lista de espera
 - (_____)
- outros: _____

27. Qual o número de atendimentos realizados pela entidade?

Mensal: _____
 Bimestral: _____
 Semestral: _____
 Anual: _____

Obs:

28. Quais aspectos são considerados positivos no trabalho da entidade ?

- () a qualidade do atendimento
- () o número de vagas oferecidas
- () infra-estrutura adequada
- () profissionais qualificados
- () sensibilização das pessoas vivendo com HIV/AIDS para participação nos colegiados de políticas públicas
- () a formação de protagonistas

- disponibilização de materiais informativos
- encaminhamento
- notável adesão ao tratamento
- outros: _____

29. Quais as maiores dificuldades encontradas na execução do trabalho em sua organização?

- falta de recursos financeiros
- estrutura física
- o preconceito
- falta de profissionais especializados
- deficiência da rede pública de saúde
- dificuldade de sensibilizar as pessoas vivendo com hiv/aids para adesão ao tratamento
- falta de apoio governamental
- falta de sensibilidade dos representantes políticos
- dificuldades no encaminhamento de aposentadorias
- estabelecer a parceria
- saber onde o governo disponibiliza recursos
- burocracia
- outros: _____

30. O mercado de trabalho, de forma geral, está aberto e preparado para receber trabalhadores vivendo e convivendo com HIV/AIDS?

- sim
- não

31. Como a instituição avalia a inserção do cidadão que vive com HIV/AIDS no mercado de trabalho?

32- qual a ótica da entidade em relação as pessoas vivendo com HIV/ AIDS?

- As PVHA possuem necessidades especificas que estão além da responsabilidade da instituição.
- Não atendem as PVHA, pois estas necessitam de tratamento específicos.

- () o trabalhador vivendo com HIV/ AIDS requer atenção especial que dificulta o empregador a mantê-lo na instituição.
- () os cidadãos vivendo com HIV/ AIDS devem trabalhar em outras áreas que não as da saúde, pois deve se evitar quaisquer tipos de situações de risco.
- () a entidade não possui infra-estrutura adequada para atender ou empregar pessoas vivendo com HIV/AIDS.
- () As PVHA podem trabalhar em quaisquer atividades, nas quais se sintam aptos e que não ofereçam prejuízo a sua saúde e a saúde de terceiros.
- () o trabalhador vivendo com HIV/AIDS tem os mesmos direitos e deveres dos outros trabalhadores.
- () o atendimento das pessoas vivendo com HIV/AIDS segue as mesmas normas dos demais cidadãos.
- () outros

Comente:

33. Há o conhecimento por parte da instituição da existência de funcionários vivendo com HIV/AIDS? Caso a resposta seja afirmativa, qual a política adotada visando a garantia de um bom convívio interno?

(_____)
 sim: _____

() não

34. A instituição estabelece parcerias com ONGs, órgãos públicos e/ou privados na prevenção, no tratamento e no combate à discriminação as DST/HIV/AIDS?
 Comente:

(_____) sim:

(_____) não:

ANEXO 02

Rol das Organizações citadas em diferentes fontes

Quadro geral de Organizações mapeadas para entrevistas em diferentes fontes

Nome da Organização	UF	Fontes de Informações			
		Prog Nac	Coord Est	Fóruns	Outros
Agência de Notícia dos Direitos da Infância - ANDI	DF	X			
Ágere - DF	DF				X
Águia morena de redução de Danos	MS	X	X	X	
Aids, apoio, Vida, Esperança - Grupo AAVE	GO	X	X	X	
Amparo à Vida	MT	X	X	X	
Arcana Instituto de Arte e Desenvolvimento Humano	DF	X	X		
ASA	MT			X	
Associação Corumbaense gays e lésbicas	MS				X
Assoc Comunitária de educação e Assistência Social de Nova Andradina	MS	X	X		
Associação de Apoio aos Mendigos de Rua São Francisco de Assis	MS	X			
Assoc de Apoio aos Portadores de AIDS - Esperança no Senhor	MS	X	X		
Associação de Auxílio e Recuperação dos Hansenianos - Casa Abrigo Rever	MS	X			
Assoc de Cooperação Agrícola no Estado de Goiás - ASCAEG	GO	X	X		
Assoc desportiva de Gays, Lésbicas e Transgêneros - ADGLT	GO	X			
Associação Astral	GO	X		X	
Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária	DF	X			
Associação Brasileira de combate a Aids - Arco Íris	DF	X	X	X	
Associação Comunitária da Brasil Central	MS	X			
Associação das travestis do Mato Grosso do Sul - ATMS	MS	X	X	X	
Associação de apoio a Portadores de AIDS Esperança	MS	X			
Associação de gays transgêneros e lésbicas de Anápolis - AGLTLA	GO	X		X	
Associação de Gays, Lésbicas e transgêneros de Dourados	MS	X		X	
Associação de Mulheres de Pontes e Lacerda - AMPLA	MT	X	X		
Associação de Mulheres em ação de MT	MT				X
Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais - MS AMTR	MS	X	X		

Associação dos Travestis de Mato Grosso - ASTRAMT	MT	X			
Associação Estadual de Cooperação Agrícola - AESCA	MS	X	X		
Associação GLS Vida Ativa	MT	X	X		
Associação Goiana de Gays, Lésbicas e Travestis	GO	X	X		
Associação de Gays, Lésbicas e Transgêneros - GO	GO	X	X		
Associação Grupo de apoio e Solidariedade Douradense	MS			X	
Associação Grupo de Mulheres	MS	X			
Associação Hospital São Pio X - Grupo Amor e Vida	GO	X	X		
Associação Ipê Rosa	GO	X	X	X	
Associação Jataiense de Direitos Humanos - Nova Mente	GO	X			
Associação Lésbicas feminista de Brasília - Coturno de Vênus	DF			X	
Associação São Gabriel Anjos do Bem	MS			X	
Associação Três Lagoense de Gays, Lésbicas e Travestis	MS	X			
Casa Bethânia	GO	X			
Casa da criança e adolescente Talitha Kum	GO	X	X		
Casa da juventude Padre Burnier	GO				X
Centro Comunitário de Valparaíso de Go - CCVG	GO	X	X		
Centro Dandara de Promotoras Populares Legais	DF				X
Centro de apoio ao Doente de Aids - CADA	GO	X	X	X	
Centro de apoio de Prevenção ao HIV/AIDS de Sinop - CAPAS	MT	X			
Centro de Defesa da Cidadania e dos Direitos Humanos Marçal de Souza "Tupã I"	MS	X	X	X	
Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biennés	MT				X
Centro de Organização e defesa da Criança e Adolescente	MT				X
Centro de Protagonismo Juvenil - CPJ	MS	X	X	X	
Centro de referência para estudos - CECRIA	DF	X			
Centro de valorização da Mulher Consuelo Nasser - CEVAM	GO	X	X		
Centro Voluntário do Distrito Federal - Voluntários Candango	DF	X			
CFEMEA	DF	X			
Cidadã Positiva	MS			X	
Cidadania.com	MS	X	X		
Colcha de Retalho: a UFG saindo do armário	GO				X

Comissão Pastoral da Terra de Corumbá	MS	X	X		
Comunidade Fale	DF				X
Comunidade Herdeiros da Luz	GO	X	X	X	
Condomínio Solidariedade	GO	X		X	
Curumins Cia Teatral	MS	X	X		
DASSC	MS				X
Estruturação - Grupo LGBT	DF	X	X	X	
Eu sou você amanhã	GO	X			
Fórum de transexuais de Goiás	GO			X	
Fórum Luta contra AIDS	GO				X
Fraternidade Assistencial Lucas Evangelista - Comunidade FALE	DF	X			
Fundação Biótica	MS			X	X
Fundação Athos Bulcão	DF	X			
Fundação Uniselva	MT	X	X		
Fundação dos amigos das pessoas portadoras HIV/AIDS "Viva a Vida"	GO	X			
GAPP	MS				X
GASP Corações Amigos	MT	X	X	X	
Grupo Amor e Vida	GO	X			
Grupo Assistencial Experiência da Vida "Ivandro Reis de Matos" - GAE VIDA	MS	X	X	X	
Grupo Atitude ok	DF	X			
Grupo de Ação e Recuperação de recursos ambientais - GARRA ok	MT	X	X		
Grupo de Apoio e Prevenção à Aids - GAPA - Df ok	DF	X	X	X	
Grupo de apoio e Solidariedade Itumbiareense - GASI ok	GO	X	X		
Grupo de apoio e Solidariedade Sul-Mato-Grossense de Ação e Prevenção a AIDS - GASS ok	MS	X	X	X	
Grupo de Mulheres Negras - Malunga Ok	GO			X	
Grupo de Orientação ao Soropositivo - GOSP HIV (Atividades suspensas) ok	GO	X			
Grupo Iguais de MS ok	MS	X	X	X	
Grupo Livre Mente Conscientização Direitos Humanos GLBT ok	MT	X		X	
Grupo Luz e Cura (Atividades suspensas) ok	DF	X			
Grupo pela Vidda ok	GO	X	X	X	
Grupo Tartaruga Gay ok	MS	X			

Grupo transas do corpo ok	GO	X			
Grupo Vida Ativa ok	MT	X		X	
Grupo Vida Ativa de Direitos Humanos e cidadania LGVT ok	MT			X	
Harpazo MCD - Movimento Cristão pela Diversidade ok	DF			X	
Instituto Brasil Central - IBRACE ok	GO				X
Instituto Brasileiro de Inovações em Saude ok	MS	X			
Instituto Brasileiro de Inovações Pró-Sociedade Saudável - IBISS CO	MS	X	X	X	
Instituto Cidade Saudável - ICISA - ok	DF	X			
Instituto de Assistência Social do estado de Goiás ok	GO			X	
Instituto Exército de Cristo	DF	X	X		
Interativa - Projetos de intervenção	MS	X	X		
Memorial Chico Mendes	DF	X			
Mescla Latina (Atividade suspensa)	MS	X			
MESCLA - MT	MT			X	
Movimento de Meninos e Meninas de Rua	DF	X			
Movimento Nacional Cidadãs Positivas - HIV	DF			X	
Movimento Nacional de Direitos Humanos	DF				X
Movimento Nacional de Meninos e Meninas de rua	GO				X
NEAMCES - Universidade de Brasília	DF	X			
Núcleo de Estudos e Atenção à Exclusão Social	DF	X			
O Hierofante - Companhia de Teatro	DF	X	X		
ONG Azul	MS			X	
Pastoral da Criança da Diocese de Coxim	MS	X	X		
Pastoral da AIDS	MT				X
Pastoral da AIDS da Diocese de Três Lagoas	MS				X
Pastoral da Mulher Marginalizada - PMM	MT	X	X	X	
Pastoral da Sobriedade	MT			X	
Paz e Natureza - Pantanal	MS				X
Piramundo (Instituto Arcano)	DF	X			
RNP + DF	DF			X	

Sociedade Oásis	GO	X	X	X	
Sociedade Viva Camapuã	MS				X
Teatral Grupo de Risco	MS	X	X		
Transforme Ações Sociais e Humanitária	GO	X	X		
UNEMAT - Sinop	MT	X	X		
Vida e Liberdade	MS	X	X		
Voluntários Candangos	DF	X	X		
OBS: A coluna outros representas as informações que obtivemos por meio das organizações que foram entrevistas e/ou quando não encontramos as organizações presentes nas relações das três fontes de dados que utilizamos para confrontar as informações.					
Os quadro estão dividos por cores: Amarelo - Organização não localizada, Azul - Atividades Suspensas, Branco - Organização não respondeu à solicitação, Cinza - duplicidade de nomes, Lilas - Organizações que responderam a entrevista, Verde - Instituição citadas que não possuem caráter de organização não-governamental					

ANEXO 04

Mapa das Organizações de Direitos Humanos em HIV/AIDS do Centro Oeste do Brasil.

ENTREVISTADOS

Entidade GASP Corações Amigos Rodrigues		Entrevistado Leiry Maria	
ENDEREÇO Município/UF Av Filinto Miller, 1804 Cuiabá/MT	TELEFONES (65) 3027-2248	E-MAIL coracoesamigos@ig.com.br	
Entidade Agência de notícia dos direitos da Infância - ANDI Abreu		Entrevistado Carlos Ely Luto de Plano	
ENDEREÇO Município/UF SDS/CONIC - Ed Piloto/DF Boulevard Center BI A Sala 101	TELEFONES (61)21026530	E-MAIL carlosely@andi.org.br	
Entidade Ágere		Entrevistado Patrícia Paiva	
ENDEREÇO Município/UF SHIS QUADRA 11 Bloco Brasília/DF M Sala 101 a 106	TELEFONES (61) 3248-4742	E-MAIL patricia@agere.org.br	
Entidade Amparo a Vida Fernandes		Entrevistado Marcos Antonio Macedo	
ENDEREÇO Município/UF Rua 13 de maio, 1740 Rondonópolis/MT Sala 4	TELEFONES (65) 3426-8500	E-MAIL	
Entidade Arcana - Instituto de Arte e Desenvolvimento Humano Nunes Rocha		Entrevistado Vanessa Gelli Plano	
ENDEREÇO Município/UF SCLN 114 Bloco A Loja 104 Piloto/DF	TELEFONES (61)3347-0618	E-MAIL arcana@rododemulheres.org.br	
Entidade Arco-Iris - Associação Brasileira de Combate a Aids. Gonçalves		Entrevistado Antônio Lisboa	
ENDEREÇO Município/UF SER A/E Bloco D20 Sala Brasília/DF 423 e 505 Cruzeiro Velho	TELEFONES (61) 3361-9511	E-MAIL abcagrupoarco_iris@terra.com.br	
Entidade Associação Aguiá Morena de Redução de Danos		Entrevistado Edina Flores	
ENDEREÇO Município/UF R:BARREIRAS, S/nº CAMPO GRANE/MS	TELEFONES (067)33934400	E-MAIL aguiamorena@yahoo.com.br	

Entidade

Associação AIDS Apoio Vida e Esperança - Grupo AAVE
Alves

Entrevistado

Claudete Lopes

**ENDEREÇO
Município/UF**

Rua Iporá, 170 Cidade
Goiania/GO
Jardim

TELEFONES

(62) 3271-4510

E-MAIL

aave@grupoaave.org.br

Entidade

Associação Comunitária da Brasil Central
Secretario

Entrevistado

Airton Guedes -

**ENDEREÇO
Município/UF****TELEFONES**

(61) 3242-2238
Brasilia/DF

E-MAIL

airtonguedes@gmail.com

quarta-feira, 19 de dezembro de 2007

Página 1 de 10

ENTREVISTADOS

Entidade Associação Comunitária de Educação e Assistência Social de Nova Andradina Souza -			Entrevistado Marlene Rosa de Presidente Nova
ENDEREÇO Município/UF Andradina/MS	TELEFONES (67)3341-4458 / 3441- 1481	E-MAIL	
Entidade Associação corumbaense de gays e lésbicas Pazzolynny - Presidente			Entrevistado Jacklyny
ENDEREÇO Município/UF Luis Feitosa Rodrigues, Corumbá/MS 1715	TELEFONES (67) 3231 5506	E-MAIL pazzosexy@yahoo.com.br	
Entidade Associação das Travestis de Mato Grosso do Sul - ATMS			Entrevistado Cris Stefany
ENDEREÇO Município/UF Rua Nicolal Frageli 232 Campo Grande	TELEFONES 338/49585	E-MAIL ATMS.MS@BOL.COM.BR	
Entidade ASSOCIAÇÃO DE APOIO A PORTADORES DE AIDS ESPERANÇA Diretora ESPERANÇA NO SENHOR			Entrevistado Ir Silvânia Perin -
ENDEREÇO Município/UF Rua Do Seminário, 2170 Campo Grande/MS Jd Seminário	TELEFONES (67) 3365-0590	E-MAIL aapacsms@terra.com.br	
Entidade Associação de apoio aos mendigos de rua São Francisco de Assis Furtado da Silva			Entrevistado Lucia Maria
ENDEREÇO Município/UF Rua Monte dos Oliveiras, Campo Grande/MS 113 Center Park	TELEFONES (67) 3351-4013	E-MAIL casadeapoiosfa@ig.com.br	
Entidade Associação de auxílio e recuperação dos hansenianos - Casa Abrigo REVER Assistente			Entrevistado Erica Madalena - Social
ENDEREÇO Município/UF Rua Lino Villachá, 125 - Campo Grande/MS Nova Lima	TELEFONES (67) 3358-1500	E-MAIL	
Entidade Associação de Gays Lésbicas e Transgêneros de Dourados Assunção			Entrevistado Cláudia
ENDEREÇO Município/UF Rua Floriano Peixoto, 928 Dourados/MS	TELEFONES (67) 9903-7506	E-MAIL _____	

BNH 1º Plano

Entidade**Associação de Gays Transgeneres e Lesbicas de Anápolis - AGTLA**
da Silva**Entrevistado**

Cicero Aparecido

ENDEREÇO**Município/UF**Vielas Ferno de Velasco, 90
Anápolis/GO
- Centro**TELEFONES**

(62) 9254-6038

E-MAIL

agtla_agtla@yahoo.com.br

Entidade**Associação de Gays, Lésbicas e Transgêneres - GO**
Socio fundador**Entrevistado**

Leo Mendes -

ENDEREÇO**Município/UF**Rua 8, 311 Sala 2 Ed.
Goiania/GO
Coelho**TELEFONES**

(62) 3224-4380

E-MAIL

aglt@bol.com.br

quarta-feira, 19 de dezembro de 2007

Página 2 de 10

ENTREVISTADOS

Entidade Associação de Mulheres de Pontes e Lacerdas - AMPLA			Entrevistado Regiane
ENDEREÇO Município/UF Rua Virginia Azambuja, Pontes e Lacerda/MT 507 - Centro	TELEFONES (65) 3266-5739	E-MAIL ampla_10@hotmail.com	
Entidade Associação de Mulheres em Ação de MT Amorim			Entrevistado Vera Aparecida
ENDEREÇO Município/UF Rua I casa Várzea Grande/MT	TELEFONES (65) 9216-4402	E-MAIL amamt_mt@yahoo.com.br	
Entidade Associação dos Travestis de Mato Grosso - ASTRAMT			Entrevistado Liliti - Presidente
ENDEREÇO Município/UF Rua Governador Silva Várzea Grande/MT Rondon, 3 Q42 Cristo Reis	TELEFONES (65) 9609-6204	E-MAIL	
Entidade Associação Estadual de Coperação Agrícola - AESCA responsável pelo formaç			Entrevistado Atiliana - departamento de
ENDEREÇO Município/UF Av Bandeirantes, 865 piso Campo Grande?MS superior - Amambai	TELEFONES (67) 338300095	E-MAIL aescapc@terra.com.br	
Entidade Associação Grupo de Apoio e Solidariedade Douradense Lima Quirino			Entrevistado Ronaldo Jorge de
ENDEREÇO Município/UF Rua Monte Castelo, 2950 Dourados/MS Jardim Santo André	TELEFONES (67) 9261-7953	E-MAIL ong_agasd@yahoo.com.br	
Entidade Associação Hospital São Pio X - Grupo Amor e Vida Mariano Junior			Entrevistado Acylyno do Amaral
ENDEREÇO Município/UF Praça São Pio X s/m Ceres/GO	TELEFONES (62) 3307-1767	E-MAIL marinos2010@hotmail.com	
Entidade Associação Ipê Rosa Sousa			Entrevistado Elair Dias Bezerra
ENDEREÇO Município/UF Rua 8 n° 331 Sala 2 Goiania/GO Edifício Coelho	TELEFONES (62) 3223-0129	E-MAIL eperosa@yahoo.com.br	

Entidade
Associação Jataiense de Direitos Humanos-Nova Mente
Oliveira

Entrevistado
Gilbtan Assis de

ENDEREÇO
Município/UF
Rua José Manoel Vilela,
Jatai/Go
412 Centro

TELEFONES

E-MAIL

ajdh_novamente@yahoo.com.br

Entidade
Associação Lésbica Feminista de Brasília - Coturno de Vênus
LúciaBorges Queiroz

Entrevistado
Karen

ENDEREÇO
Município/UF
CNB 13 Lote 01 Apt 403
Taguatinga/DF
Ed Sandra Muniz

TELEFONES

E-MAIL

karen@coturnodevenus.org.br

quarta-feira, 19 de dezembro de 2007

Página 3 de 10

ENTREVISTADOS

Entidade Associação treslagoensse de gays, lésbicas e travestis			Entrevistado Pola Botreck
ENDEREÇO Município/UF Rua esplanada NOB, 70 Lagoas/MS	TELEFONES (67) 3524-6391 / 6207-5381	E-MAIL atglet@hotmail.com	Três
Entidade Associação São Gabriel Anjos do Bem			Entrevistado Rosinei Dias
ENDEREÇO Município/UF rua Paiva neto, 48 Campo Grande/MS	TELEFONES (67) 33361 - 1240	E-MAIL assoc_saogabriel@yahoo.com.br	
Entidade ASTRAL/GO			Entrevistado beth Fernandes
ENDEREÇO Município/UF Rua Marechal Deodoro, Goiania/GO 731 Campuas	TELEFONES (62) 8419-2523	E-MAIL astralgoias@bol.com.br	
Entidade Casa Bethânia Silva			Entrevistado Iraci Ramos da
ENDEREÇO Município/UF Rua Joaquim Propicio de Anapolis/GO Pina, 163	TELEFONES (62) 3324-1174	E-MAIL casabethania- anapolis@hotmail.com	
Entidade Casa da criança e do adolescente "Thalita Kum" de Oliveira			Entrevistado Normalene Sena
ENDEREÇO Município/UF Rua 2 Quadra A21 L7, 846 Goiania/GO Jardim Goiás	TELEFONES (62) 3218-2070	E-MAIL thakita-kum@brturbo.com.br	
Entidade Casa da Juventude Padre Burnier- CAJU Avelar			Entrevistado Rzende Bruno de
ENDEREÇO Município/UF 11ª Avenida, 953 Setor Goiania/GO Universitário	TELEFONES (62) 4009-0339	E-MAIL caju@casadajuventude.org.br	
Entidade Centro Comunitário de Valparaíso de GO - CCVG			Entrevistado Regiane
ENDEREÇO Município/UF Rio de Janeiro, Q17 Valparaíso/GO Chácara 8 Setor da Chácaras	TELEFONES (62) 3627-1825	E-MAIL	
Entidade			Entrevistado

Centro Dandara de Promotoras Populares Legais

Lisandra Arantes

ENDEREÇO**Município/UF**
SMLN Trecho 7 Chácara
Ceilândia - Brasília/DF
262 - Lago Norte**TELEFONES**

(61) 8115 6831

E-MAIL

lisandrarantes@hotmail.com

Entidade**Centro de Apoio à Prevenção ao HIV/Aids de Sinop - CAPAS**
Gruen**Entrevistado**

Sr. Jonas Edu

ENDEREÇO**Município/UF**
R. Dos Canários, 837, Jd.
Campo Grande/MS
Nações I**TELEFONES**

(67) 3531-7373

E-MAIL

capasmt@ibest.com.br

quarta-feira, 19 de dezembro de 2007

Página 4 de 10

ENTREVISTADOS

Entidade Centro de Apoio ao Doente de AIDS - CADA Rezende			Entrevistado Brasílio M
ENDEREÇO Município/UF Avenida Anapólis Q42-A Aparecida de L4 Vila Brasília Goiania/GO	TELEFONES (62) 3249-1634	E-MAIL apoi@cada.com.br	
Entidade CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS - MARÇAL DE CECILIA DA			Entrevistado ROSEMEIRE COSTA -
ENDEREÇO Município/UF RUA BARÃO DO RIO CAMPO BRANCO, 2270 - GRANDE/MS CENTRO	TELEFONES 67 3024 2335	E-MAIL CCDDHMS@TERRA.COM.BR	
Entidade Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biennès Mendes -			Entrevistado Edson Penha Coordenador
ENDEREÇO Município/UF Rua Antonio João, 294 - Cáceres/MT Centro	TELEFONES (65) 3223-3667	E-MAIL cdhdmb@terra.com.br	
Entidade CENTRO DE ORGANIZAÇÃO E DEFESA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE ALBERTO			Entrevistado CARLOS
ENDEREÇO Município/UF RUA DOS CUIABÁ/MT NHAMBIGUARS, 45 STA HELENA	TELEFONES 65 3023 3530	E-MAIL CAETA@POP.COM.BR,CAETAT A@HOTMAIL.COM,CAETATA@ YAHOO	
Entidade Centro de Protagonismo Juvenil - CPJ Campos Arinos			Entrevistado Sebastião de Júnior - Presidente
ENDEREÇO Município/UF Rua Goiatuba, 269 - Campo Grande/MS Jardim Botafogo	TELEFONES 	E-MAIL protagonismo@pop.com.br	
Entidade Centro de referência para estudos sobre crianças e adolescentes - Cecria			Entrevistado Neide Castanho Plano
ENDEREÇO Município/UF Av W 3 Norte Q 506 Bloco Piloto/DF C	TELEFONES (61)3274-6632	E-MAIL 	
Entidade Centro de Valorização da Mulher Consuelo Nasser Machado do			Entrevistado Sra. Maria Celia Vale - diretora.

ENDEREÇO
Município/UF

R. SNF, 02, Q 1A, L 1 A4,
Goiânia/ GO
setor norte.

TELEFONES

(67) 3273-2233

E-MAIL

cevam@uol.com.br

Entidade

Centro de Voluntariado do DF - Voluntários Candango
Diretora

Entrevistado

Olivia Rauter -

ENDEREÇO

Município/UF

SEPN 506 Bloco C Sala
Piloto/DF
04 - Subsolo Asa Norte

TELEFONES

(61) 3340-6127

E-MAIL

olivia.rauter@voluntario.org.br

Plano

Entidade

CFEMEA

Entrevistado

Leila/Ismaia

ENDEREÇO

Município/UF

Setor Comercial Sul, Q2
Brasília/DF
Edif. Goias Sala 602/4

TELEFONES

(61) 3224-1791

E-MAIL

cfemea@cfemea.org.br

quarta-feira, 19 de dezembro de 2007

Página 5 de 10

ENTREVISTADOS

Entidade Comissão Pastoral da Terra - Diocese de Corumbá Pereira de Santana			Entrevistado Sra. Amélia Zanella
ENDEREÇO Município/UF Av. General Rondon Corumbá/MS	TELEFONES 3231-8537	E-MAIL cpsocial@terra.com.br	
Entidade Comunidade dos Herdeiros da Luz Tavares			Entrevistado Laurita Maria Rockenbach
ENDEREÇO Município/UF Avenida das Palmeiras Q Aparecida de 47 L 20 Jardim Buritos Goiania/GO	TELEFONES (62) 3091-6704 recado	E-MAIL herdeirodeluz@yahoo.com.br	
Entidade Currumis Cia Teatral			Entrevistado Conceição
ENDEREÇO Município/UF	TELEFONES (67) 3354-2690 Campo Grande/MS	E-MAIL	
Entidade Dignidade, Ação, Sexualidade Saúde e Cidadania - DASSC Pinho -			Entrevistado Ivanete Bezerra de Presidente da Ong
ENDEREÇO Município/UF Alameda Xingu, 146 Bairro Corumbá/MS Dom Bosco	TELEFONES (67) 3231-9418	E-MAIL dasscdiginidade@yahoo.com.br	
Entidade Estruturação			Entrevistado Márcia Koshaka
ENDEREÇO Município/UF SRTVS Edifício Assis Distrito Federal Chatraubird sobre loja 1 Sala	TELEFONES (61) 3036-4544	E-MAIL estruturacao@estruturacao.org.br	
Entidade Fraternidade Assistencial Luca Evangelista - FALE			Entrevistado Sr. José Rivaldo
ENDEREÇO Município/UF Núcleo Rural Vargem da DF/Recanto das Emas Benção, Chac. A1, Q 108	TELEFONES (61) 3331-3556	E-MAIL	
Entidade Fundação Athos Bulcão Pereira da Silva			Entrevistado Fionara Talito
ENDEREÇO Município/UF R. San Quedo, nº1, Bloco E Piloto/ DF	TELEFONES (61) 3322-7801	E-MAIL fundathos@fundathos.org.br	Plano

Entidade

Fundação Biótica
- Diretor

Entrevistado

Sr Jorge Pfitseher

ENDEREÇO

Município/UF
Rua Padre João Cripa,
Campo Grande/MS

TELEFONES

(67)

E-MAIL

fbiotica@terra.com.br

Entidade

Fundação dos Amigos das Pessoas portadoras de HIV/AIDS - "Fundação Viva
Silva -
Vida"

Entrevistado

Nilzete Pereira da
Presidente

ENDEREÇO

Município/UF
Av Dalvo Garcia, 933
Jussara/GO
Setor Nortista

TELEFONES

(62) 3373-1186

E-MAIL

quarta-feira, 19 de dezembro de 2007

Página 6 de 10

ENTREVISTADOS

Entidade GASI- Grupo de Apoio e Solidariedade Itubiarense dos Santos			Entrevistado Sra. Keyla Dias
ENDEREÇO Município/UF R. V18, 547, Cidade Itumbiara/ GO Jardim II	TELEFONES (64) 3432-0767	E-MAIL keylads@hotmail.com	
Entidade Grupo Assistencial Experiência da Vida Ivandro Reis de Matos - GAE Vida Ferreira			Entrevistado Maria Aparecida
ENDEREÇO Município/UF Rua Manoel Mendes, 562 Lagoas/MS - Bairro Colmios	TELEFONES (67) 9965-3117	E-MAIL bizofago@terra.com.br	Três
Entidade Grupo de Ação e Prevenção as Pessoas Vivendo com HIV/AIDS - GAPP Bittencourt -			Entrevistado Simone Aparecida Presidenta
ENDEREÇO Município/UF Rua Castro Alves, 172 - Porã/MS Bairro Saudade	TELEFONES (67) 3431 9523	E-MAIL gappms@terra.com.br	Ponta
Entidade Grupo de Apoio e Prevenção a Aids - GAPA-DF Thânia Amda,			Entrevistado Narda Camargo,
ENDEREÇO Município/UF SEPN 515 Bloco A Sala Brasília/DF 501	TELEFONES (61) 3349-2163	E-MAIL dapadf@terra.com.br	
Entidade Grupo de Apoio e Solidariedade Sul- Matogrossense Ação e Prevenção a Aids Martins - - GASS			Entrevistado Sebastião da Silva Presidente
ENDEREÇO Município/UF Rua Do Touro, 493 - Campo Grande/MS NhaNha	TELEFONES (67) 3346-5066	E-MAIL msgass.ms@yahoo.com.br	
Entidade Grupo de Mulheres Negras - Malunga Silva -			Entrevistado geralda Pereira da Gerente Executiva
ENDEREÇO Município/UF Rua C 161 Q 391 L 15 - Goiania/Go Jardim America	TELEFONES (62) 3286-4896	E-MAIL secretariamalunga@hotmail.com	
Entidade Grupo Iguais de MS Júnior - Primeiro			Entrevistado Sebastião Arinos Secretario
ENDEREÇO Município/UF	TELEFONES	E-MAIL	

Rua Maracaju, Centro
Campo Grande/MS

(67) 8408-2007

grupoiguais@pop.com.br

Entidade

GRUPO LIVRE-MENTE: CONSCIENTIZAÇÃO, DIREITOS HUMANOS, GLBT

Entrevistado

Sr. Clovis Arantes

**ENDEREÇO
Município/UF**

R. General Vale, nº 200, B.
Cuiabá - MT
Poção

TELEFONES

9957-0022

E-MAIL

clovaran@hotmail.com

Entidade

Grupo Pela Vidda

- Secretaria

Entrevistado

Suely Silva Santos

**ENDEREÇO
Município/UF**

Rua 24, 224 Centro
Goiania/GO

TELEFONES

(62) 3212-7178

E-MAIL

quarta-feira, 19 de dezembro de 2007

Página 7 de 10

ENTREVISTADOS

Entidade Grupo Transas do Corpo Calderano		Entrevistado Sra. Fernanda
ENDEREÇO Município/UF Av. antonio Fidelis, 1808, Gioânia/ GO Parque Amazônia	TELEFONES 3095-2301	E-MAIL fernanda@transasdocorpo.org.br
Entidade Grupo vida ativa de direitos humanos e cidadania de Morais		Entrevistado Cicero Francisco
ENDEREÇO Município/UF Avenida Cuiabá, 1841 - Rondonopolis/MT Centro	TELEFONES (66) 3421-7077	E-MAIL cicerodemorais@yahoo.com.br
Entidade Harpazo MCD - Movimento Cristão pela Diversidade Bezerra de Siqueira		Entrevistado José Nova
ENDEREÇO Município/UF SLN 315 Bloco A Brasília/DF Sobreloja 48	TELEFONES (61) 3272-4770	E-MAIL gharpazo@gmail.com/harpazo.in clusao@gmail.com
Entidade Instituto Brasil Central - IBRACE Santos		Entrevistado Irene Maria dos
ENDEREÇO Município/UF 1ª Avenida, 364 Setor Goiania/GO Universitário	TELEFONES (62) 3203-1620	E-MAIL ibrace@cultura.com.br
Entidade Instituto Brasileiro de Inovações Pró-Sociedade Saudável do Centro-Oeste IBISS-CO		Entrevistado Eliane Bitencourt
ENDEREÇO Município/UF Rua dos Ferroviarios, 94 Campo Grande/MS Centro	TELEFONES (67) 3383-4191	E-MAIL administracao@ibiss-co.org.br
Entidade Instituto de Assistência Social e Saúde do estado de Góias Teixeira -		Entrevistado Kamillo de Sousa Coordenador
ENDEREÇO Município/UF Rua 109, 122 Setor Sul Goiania/Go	TELEFONES (62) 3378-4621	E-MAIL iassgo@gmail.com
Entidade Instituto Exército de Cristo Sena		Entrevistado Aldereci de Sousa
ENDEREÇO Município/UF QNM 25 Conjunto E Casa Ceilândia/DF	TELEFONES (61) 3581-4707	E-MAIL sena2001@terra.com.br

45

Entidade**Mescla - MT****ENDEREÇO****Município/UF**Rua B, casa 91
Várzea Grande/Mt
Residencial Acácia**TELEFONES**

(65)8416-8346

E-MAIL

grupomesclamt@yahoo.com.br

Entrevistado

Rosana Pitanga

Entidade**Movimento Nacional de Direitos Humanos - DF****ENDEREÇO****Município/UF**SEPN Quadra 506 Bloco C
Brasília/DF
Mezanino Sala 14-a**TELEFONES**

(61) 3273-7320

E-MAIL

secetariamndh@gmail.com

Entrevistado

Roseana Queiroz

quarta-feira, 19 de dezembro de 2007

Página 8 de 10

ENTREVISTADOS

Entidade Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua Pereira Martins		Entrevistado Maria Aparecida	
ENDEREÇO Município/UF Rua 229, nº 110 Setor Goiani/GO Universitário	TELEFONES (62) 3229-0457	E-MAIL mnmrg@hotmail.com	
Entidade O Hierofante - Companhia de Teatro Floriano		Entrevistado Anderson Ferreira	
ENDEREÇO Município/UF Colônia Agrícola Arnigqueira Taguatinga/DF - Chacara 85 Lote 10 C	TELEFONES (62) 9555-5288	E-MAIL afloriano@pop.com.br	
Entidade Ong Azul PortoCarrero		Entrevistado Marco Aurelio Naveira	
ENDEREÇO Município/UF Botucatu, 153, Coafama Campo Grande/MS	TELEFONES 3382-5412	E-MAIL fronteiraazul@yahoo.com.br	
Entidade Pastoral da Aids Rodrigues		Entrevistado Irmã Maria Flora	
ENDEREÇO Município/UF Avenida São João, 61 - Cáceres/MT Cavalhada	TELEFONES (65) 3223-2085	E-MAIL maccho2002@yahoo.com.br	
Entidade Pastoral da Aids - Três Lagoas		Entrevistado Jeferson da Costa	
ENDEREÇO Município/UF Rua Davi Alexandria, 67 Lagoas/MS	TELEFONES (67) 3521-6519	E-MAIL jefinhocosta@yahoo.com.br	Três
Entidade Pastoral da Criança de Coxim Cleasen		Entrevistado Sra. Nivalda Maria	
ENDEREÇO Município/UF Felicifino Cerro Cami Coxim/MS	TELEFONES 	E-MAIL 	
Entidade Pastoral da Mulher Marginalizada Monteiro Junior		Entrevistado Francisco	
ENDEREÇO Município/UF rua 13 de maio, 1740 - Rondonópolis/MT Bairro Lasalle	TELEFONES (65) 3426-7633	E-MAIL pmmroo@bol.com.br	

Entidade**Pastoral da Sobriedade****ENDEREÇO****Município/UF**Rua 13 de maio, 1740
Rondonópolis/MT
Sala I**TELEFONES**

(65) 3426-8056

E-MAIL

pastoralsobriedaderoo@yahoo.co

m.br

Entrevistado

Doroty Carnaheba

Entidade**Paz e Natureza - Pantanal**

Mendez de Rosales

ENDEREÇO**Município/UF**Avenida General Rondon,
Corumbá/MS
743**TELEFONES**

(67) 9264-7679

E-MAIL

guiaviviana@yahoo.com.br

Entrevistado

Alicia Viviana

quarta-feira, 19 de dezembro de 2007

Página 9 de 10

ENTREVISTADOS

Entidade Sociedade Oasis Dores		Entrevistado Nestor José das
ENDEREÇO Município/UF Avenida Presidente Vargas Anapólis/Go S/N, Vila Goiás	TELEFONES (62) 3314-2922	E-MAIL sociedadeoasis@yahoo.com.br
Entidade Teatral Grupo de Risco Presidente		Entrevistado Leandro Melo -
ENDEREÇO Município/UF Rua José Antonio, 2170 - Campo Grande/MS Centro	TELEFONES (67) 3387-2126	E-MAIL bomleandro@yahoo.com.br
Entidade Transforme - Ações Sociais e Humanitárias Batista		Entrevistado Danilo Cerqueira
ENDEREÇO Município/UF MI3 Conjunto 02 Casa 08 Brasília/DF Lago Norte - Plano Piloto	TELEFONES (61) 3968-7856	E-MAIL transformeong@ig.com.br

Total de Entidades 84

ANEXO 05

Instrumental de Entrevista

DISTRIBUIÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS ENVOLVIDAS COM DIREITOS HUMANOS EM HIV/AIDS DO CENTRO-OESTE.

DISTRIBUIÇÃO POR UNIDADE E FEDERAÇÃO, POR MUNICÍPIOS E CIDADES SATÉLITES.

ESTADO DE GOIÁS - 23 ORGANIZAÇÕES

MUNICÍPIOS	NOME DAS ORGANIZAÇÕES
APARECIDA DE GOIÁS	<ol style="list-style-type: none"> 1- CENTRO DE APOIO AO DOENTE COM AIDS – CADA 2- COMUNIDADE HERDEIROS DA LUZ
ANÁPOLIS	<ol style="list-style-type: none"> 1. ASSOCIAÇÃO DE GAYS E TRANSGÊNERO E LÉSBICAS - AGTLA 2. ASSOCIAÇÃO HOPITAL SÃO JOÃO PIO X – GRUPO AMOR E VIDA 3. CASA BETHANIA 4. SOCIEDADE OASIS
GOIANIA	<ol style="list-style-type: none"> 1. AIDS, APOIO, VIDA, ESPERANÇA - GRUPO AAVE 2. ASSOCIAÇÃO IPE ROSA 3. ASSOCIAÇÃO ASTRAL 4. ASSOCIAÇÃO DE GAYS LÉBICAS E TRANSGENEROS DE GOÁS 5. CASA DA CRIANÇA TALITA KUM 6. CASA DA JUVENTUDE PADRE BURNIER – CAJU 7. CENTRO DE VALORIZAÇÃO DA MULHER CONSUELO NASSER 8. GRUPO DE MUHERES NEGERAS MALUNGA 9. GRUPO PELA VIDA 10. GRUPO TRANSA DO CORPO 11. INSTITUTO BRASIL CENTRAL – IBRACE 12. INSTITUTO DE ASSINTENCIA SOCIAL E SAÚDE 13. MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA
JATAÍ	<ol style="list-style-type: none"> 1. ASSOCIAÇÃO JATAIENSE DE DIREITOS HUMANOS – NOVAMENTE
JUSSARA	<ol style="list-style-type: none"> 1. FUNDAÇÃO DOS AMIGOS DAS PESSOAS PORTADORAS HIV/AIDS 2. FUNDAÇÃO VIVA VIDA
ITUMBIRA	<ol style="list-style-type: none"> 1. GRUPO DE APOIO E SOLIDARIEDADE ITUMBIARENSE – GASI

ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - 29 ORGANIZAÇÕES

MUNICÍPIOS	NOME DAS ORGANIZAÇÕES
CAMPO GRANDE	<ol style="list-style-type: none"> 1. ÁGUA MORENA DE REDUÇÃO DE DANOS 2. ASSOCIAÇÃO DAS TRAVESTIS DO MATO GROSSO DO SUL – ATMS 3. ASSOCIAÇÃO DE APOIO AOS PORTADORES DE AIDS - ESPERANÇA NO SENHOR 4. ASSOCIAÇÃO DE APOIO AOS MENDIGOS DE RUA SÃO FRANCISCO DE ASSIS 5. ASSOCIAÇÃO DE AUXÍLIO E RECUPERAÇÃO DOS HANSENIANOS - CASA ABRIGO REVER 6. ASSOCIAÇÃO ESTADUAL DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA – AESCA 7. ASSOCIAÇÃO SÃO GABRIEL ANJOS DO BEM 8. CENTRO DE DEFESA DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS MARÇAL DE SOUZA "TUPÃ I" 9. CENTRO DE APOIO À PREVENÇÃO AO HIV/AIDS - CAPAS 10. CENTRO DE PROTAGONISMO JUVENIL – CPJ 11. CURUMINS CIA TEATRAL 12. FUNDAÇÃO BIÓTICA 13. GRUPO DE APOIO E SOLIDARIEDADE SUL-MATO-GROSSENSE DE AÇÃO E PREVENÇÃO A AIDS – GASS 14. GRUPO IGUAIS DE MS 15. INSTITUTO BRASILEIRO DE INOVAÇÕES PRÓ-SOCIEDADE SAUDÁVEL - IBISS CO 16. TEATRAL GRUPO DE RISCO 17. ONG AZUL
CORUMBÁ	<ol style="list-style-type: none"> 1. ASSOCIAÇÃO CORUMBAENSE DE GAYS E LÉSBICAS 2. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA DE CORUMBÁ 3. DIGNIDADE, AÇÃO, PAZ E SEXUALIDADE, SAÚDE E CIDADANIA- DASSC 4. PAZ E NATUREZA – PANTANAL
COXIM	<ol style="list-style-type: none"> 1. PASTORAL DA CRIANÇA DE COXIM
DOURADOS	<ol style="list-style-type: none"> 1. ASSOCIAÇÃO DE GAYS, LÉSBICAS E TRANSGÊNEROS DE DOURADOS 2. ASSOCIAÇÃO GRUPO DE APOIO E SOLIDARIEDADE DOURADENSE
NOVA ANDRADINA	<ol style="list-style-type: none"> 1. ASSOC COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NOVA ANDRADINA
PONTA PORÁ	GRUPO AÇÃO E PREVENÇÃO- GAPP
TRÊS LAGOAS	<ol style="list-style-type: none"> 1. ASSOCIAÇÃO TRÊS LAGOENSE DE GAYS, LÉSBICAS E TRAVESTIS 2. GRUPO ASSISTENCIAL EXPERIÊNCIA DA VIDA "IVANDRO REIS DE MATOS" - GAE VIDA
SIDROLÂNDIA	<ol style="list-style-type: none"> 1. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BRASIL CENTRAL

DESTRITO FEDERAL- 18 ORGANIZAÇÕES

MUNICÍPIOS	NOME DAS ORGANIZAÇÕES
CEILÂNDIA	<ol style="list-style-type: none"> 1. CENTRO DANDARA DE PROMOTORAS POPULARES LEGAIS
PLANO PILOTO	<ol style="list-style-type: none"> 1. AGÊNCIA DE NOTÍCIA DOS DIREITOS DA INFÂNCIA – ANDI 2. ÁGERE 3. ARCANA INSTITUTO DE ARTE E DESENVOLVIMENTO HUMANO 4. ASSOCIAÇÃO BRASILENSE DE COMBATE A AIDS - ARCO ÍRIS 5. CENTRO DE REFERÊNCIA PARA ESTUDOS – CECRIA 6. CENTRO VOLUNTÁRIO DO DISTRITO FEDERAL - CANDANGO 7. CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA - CFEMIA 8. ESTRUTURAÇÃO - GRUPO LGBT 9. FUNDAÇÃO ATHOS BULCÃO 10. GRUPO DE APOIO E PREVENÇÃO À AIDS - GAPA – DF 11. HARPAZO MCD - MOVIMENTO CRISTÃO PELA DIVERSIDADE 12. INSTITUTO EXÉRCITO DE CRISTO 13. MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS 14. TRANSFORME – AÇÃO SOCIAL E HUMANITÁRIA
RECANTO DAS EMAS	<ol style="list-style-type: none"> 1. FRATERNIDADE ASSISTENCIAL LUCAS EVANGELISTA - COMUNIDADE – FALE
TAGUATINGA	<ol style="list-style-type: none"> 1. O HIEROFANTE - COMPANHIA DE TEATRO 2. ASSOCIAÇÃO LÉSBICAS FEMINISTA DE BRASÍLIA - COTURNO DE VÊNUS

MATO GROSSO – 14 ORGANIZAÇÕES

MUNICÍPIOS	NOME DAS ORGANIZAÇÕES
CÁCERES	<ol style="list-style-type: none"> 1. CENTRO DE DIREITOS HUMANOS DOM MÁXIMO BIENNÉS 2. PASTORAL DA AIDS
CUIABÁ	<ol style="list-style-type: none"> 1. GASP- CORAÇÕES AMIGOS 2. CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DEFESA DA CRIANÇA ADOLESCENTE 3. GRUPO LIVRE MENTE 4. ASSOCIAÇÃO DOS TRAVESTIS DE MATO GROSSO - ASTRAMT
RODONÓPOLIS	<ol style="list-style-type: none"> 1. AMPARO A VIDA 2. GRUPO VIDA ATIVA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA 3. PASTORAL DA MULHER MARGINALIZADA 4. PASTORAL DA SOBRIEDADE
VARZEA GRANDE	<ol style="list-style-type: none"> 1. ASSOCIAÇÃO DE MULHERES EM AÇÃO DO MT 2. MÊSCLA- MT
PONTES LACERDA	ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DE PONTES E LACERDA - AMPLA

ANEXO 06

Quadro das ONGs/AIDS do Centro Oeste por ano de fundação.

Quadro das Organizações Não-Governamentais envolvidas com direitos humanos em HIV/AIDS no Centro-Oeste

Ano de Fundação	Total	Organizações
1941	1	São Julião
1981	1	CEVAM
1982	1	MNDH
1984	3	Ibrace e o CDDH, e CAJU Pe. Burnier
1986	1	MNMMR
1987	4	Pastoral e Transas do Corpo e CDH Máximo Bienés, CDDH Marçal de Souza
1990	1	Arco Íris DF
1991	1	Gapa DF
1992	3	Athos Bulcão, FALE, Pela Vidda
1993	8	GASS, GAE Vida, CADA, Pio X, CECRIA, ANDI, CODCA, IBISS
1994	2	PMM, Herdeiros da Luz
1995	2	Ipê Rosa, Livrement GASP Corações Amigos, Estruturação , O Hierofante, Inst de Assist Social GO,
1996	5	Esperança no Senhor
1997	4	Candango, AESCA, AGLT GO, São Francisco
1998	3	Biótica, TGR, Cas Thalita Grupo Vida Ativa LGVT, pastoral da sobriedade, AAVE, Oásis (HIV),
1999	7	Transforme, Exército de Cristo, Malunga
2000	6	Past da AIDS, ASTRAL, AGASD, Ong Azul, CPJ, Viva a Vida
2001	4	ATMS, SINOP, GASI, Assoc Nova Mente
2002	3	As Corumbasense GL, Ágere, Bethania
2003	3	Mescla, Coturno, Grupo Iguais
2004	4	GAPP, Anjos do Bem, Águia Morena, AGLTD

Sem Informação	2005	Mulheres em ação de MT, DASSC, Harpazo, Promotoras Legais, 6 AGLTLA, ARCANA, AGLTL 4 Past AIDS, amparo à vida, Paz e Natureza Pantanal, CPT
----------------	------	---

